

Relatório de Gestão

Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Biênio 2014/2015



Biênio 2014/2015

Presidente

Desembargador José Renato Nalini

Vice-Presidente

Desembargador Eros Piceli

Corregedor-Geral da Justiça

Desembargador Hamilton Elliot Akel

(de 1º/1/14 a 15/10/15)

Desembargador Sérgio Jacintho Guerrieri Rezende

(em exercício – 15/10/15 a 23/10/15)

Desembargador José Carlos Gonçalves Xavier de Aquino

(em exercício – 26/10/15 a 31/12/15)

Decano

Desembargador José Gaspar Gonzaga Franceschini

(1º/01/14 a 25/02/14)

Desembargador Sérgio Jacintho Guerrieri Rezende

(25/02/14 a 23/10/15)

Desembargador José Carlos Gonçalves Xavier de Aquino

(26/10/15 a 31/12/15)

Desembargador José Damião Pinheiro Machado Cogan

(em exercício – de 26/10/15 a 31/12/15)

Presidente da Seção de Direito Público

Desembargador Ricardo Mair Anafe

Presidente da Seção de Direito Privado

Desembargador Artur Marques da Silva Filho

Presidente da Seção Criminal

Desembargador Geraldo Francisco Pinheiro Franco

ÍNDICE

1 - Orçamento e finanças

- 1.1- Redução dos valores dos alugueis
- 1.2- Parcerias e convênios
- 1.3- Licitações
- 1.4- Economia em iniciativas no âmbito da STI
- 1.5- Controle de passagens aéreas e pagamento de diárias
- 1.6- Otimização e controle de recursos empenhados

2 - Carreira, condições de trabalho e aperfeiçoamento dos servidores

- 2.1- Transformação e extinção dos cargos de agentes administrativos judiciários
- 2.2- Pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividades Cartorárias (GDAC)
- 2.3- Implantação do adicional de qualificação (AQ)
- 2.4- Reajuste de vencimentos
- 2.5- Reajuste do auxílio-saúde
- 2.6- Reajuste do auxílio-alimentação
- 2.7- Pagamento de indenizações relativas a férias e licenças-prêmio
- 2.8- Pagamento de FAM
- 2.9- Antecipações
- 2.10- Pagamento de valores atrasados
- 2.11- Ações judiciais
- 2.12- Disponibilização dos demonstrativos de pagamento
- 2.13- Reativação da comissão de insalubridade
- 2.14- Concursos, nomeações e vagas oferecidas a estagiários
- 2.15- Remoções
- 2.16- Escola Judicial dos Servidores do TJSP (EJUS)
- 2.17- Teletrabalho ou Home office
- 2.18- Flexibilização de horário de trabalho nos escritórios judiciais
- 2.19- Coordenadoria de Apoio aos Servidores do TJSP (CAPS)
- 2.20- Melhorias nos setores de execução fiscal de todo o Estado
- 2.21- Melhoria da segurança nos locais de trabalho - Projeto DEJEM
- 2.22- Curso de aprimoramento para agentes de segurança
- 2.23- Carona Legal

3 - Carreira e condições de trabalho dos magistrados

- 3.1- Auxílio-saúde aos magistrados do TJSP
- 3.2- Auxílio-moradia aos magistrados do TJSP
- 3.3- Diárias
- 3.4- Pedidos de férias, faltas e licenças
- 3.5- Auxílio às unidades judiciais e aos juizes sobrecarregados
- 3.6- Ampliação das hipóteses de compensação aos magistrados
- 3.7- Simplificação de algumas rotinas na Secretaria da Magistratura
- 3.8- Concursos de ingresso na carreira e movimentação de magistrados
- 3.9 - Escola Paulista da Magistratura (EPM)

4 - Iniciativas para a saúde de magistrados e servidores

- 4.1- Atendimentos médicos, de enfermagem e odontológico

- 4.2- Perícias médicas
- 4.3- Vacinação contra gripe
- 4.4- Programas e campanhas de prevenção de doenças
- 4.5- Outras atividades

5 - Expansão e aprimoramento da atividade jurisdicional

- 5.1- Instalação de unidades judiciais
- 5.2- Grupo de Apoio às Ordens Judiciais de Reintegração de Posse (GAORP)
- 5.3- Audiência de Custódia
- 5.4- Semana Nacional da Conciliação (SENAICON)
- 5.5- Divulgação à população de alternativas à judicialização dos conflitos
- 5.6- Cartório do Futuro – Unidade de Processamento Judicial (UPJ)
- 5.7- Unidade remota de processamento digital (URPD)
- 5.9- Certidão cível na Capital pela internet
- 5.10- Integração do SAJ com o Portal da Defensoria
- 5.11- Mandado de citação com senha e sem contrafé
- 5.12- Curso de aperfeiçoamento para magistrados
- 5.13- Projeto de implantação do Boletim Informativo de Jurisprudência (BIJ)
- 5.14- Congresso 'Justiça & Imprensa – Temas e Propostas'
- 5.15- 101º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil
- 5.16- Regulamentação de honorários periciais nas ações de desapropriação
- 5.17- Custeio de perícias pelos fundos de direitos difusos da lei de ação civil pública
- 5.18- Comarcas de difícil provimento
- 5.19- Juízos privativos para conflitos fundiários urbanos e agrários
- 5.20- Aperfeiçoamento do NURER da Presidência
- 5.21- Oitiva de presos por videoconferência
- 5.22- Guarda regionalizada de armas de fogo
- 5.23- Sessões do E. Órgão Especial, do C. Conselho Superior da Magistratura e da D. Câmara dos Especial de Presidentes

6 - Informatização das atividades do Tribunal de Justiça

- 6.1- Projeto 100% Digital
- 6.2- Informatização dos sistemas judiciais e administrativos
- 6.3- Outros projetos na área de informática
- 6.4- Modernização da infraestrutura e dos softwares do Tribunal de Justiça
- 6.5- Treinamento e suporte aos servidores

7 - Patrimônio e contratos

- 7.1- Investimento em capacitação de servidores
- 7.2- Economia com imóveis utilizados pelo TJSP
- 7.3- Economia nas licitações

8 - Modernização e democratização da gestão

- 8.1- Conselho Consultivo Interinstitucional (CCI)
- 8.2- Incubadora de Ideias
- 8.3- Criação de Assessorias, Comissões, Comitês e Grupos de Trabalho

8.4- Gestão junto às Regiões Administrativas Judiciárias

8.5- Revista Eletrônica “Justiça SP”

9 - Projetos de lei apresentados e aprovados

9.1- Projetos enviados ao Governador do Estado

9.2- Projetos enviados à Assembleia Legislativa

10 - Sustentabilidade

10.1- TJ + Sustentável

10.2- Plano de Logística Sustentável do TJSP

10.3- Junte Óleo

10.4- Campanhas e medidas técnicas para redução do consumo de água e energia elétrica

11 - Projetos culturais, museu, biblioteca e cerimonial

11.1- Projeto Arte & Cultura no TJ

11.2- Concursos

11.3- Coral dos Servidores

11.4- Museu do Tribunal de Justiça

11.5- reinauguração do Salão da Biblioteca do Palácio da Justiça

11.6- Eventos realizados pelo Cerimonial

12 - Projetos sociais

12.1- Comitê de Ação Social e Cidadania

12.2- Convênio com a APAE para contratação de aprendizes

13 - Projetos de preservação da memória do Judiciário Paulista

13.1- Programa “Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal Bandeirante”

13.2- Livro “140 Anos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo”

13.3- Livro “Galeria dos Presidentes – Memória Histórica da Justiça Bandeirante através de seus Presidentes”

13.4- Livro digital “Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e seus Desembargadores”

13.5- Dia do Patrono

13.6- Equipe de restauro

14 - TJSP em números

14.1- Eventos da Coordenadoria de Apoio aos Servidores do Tribunal de Justiça de São Paulo (CAPS), em atuação conjunta com a EJUS

14.2- Situação imobiliária do TJSP

14.3- Obras, serviços e projetos de engenharia de maior relevância nas Regiões Administrativas Judiciárias

14.4- Licitações e contratos

14.5 - Lista dos homenageados no Programa Agenda 150 Anos

Repositório das principais medidas adotadas pela Presidência do Tribunal de Justiça, no biênio de 2014/2015, o presente relatório é verdadeiro instrumento de prestação de contas, de uma Administração comprometida com a transparência e ética de seus atos.

Corporifica um convite à avaliação e discussão sobre os rumos deste que é o maior Tribunal de Justiça do país, firme na convicção de que os juízos emitidos por sua comunidade interna, pelos operadores jurídicos, e pela sociedade civil, no âmbito do debate público, só tendem a aprimorar a prestação jurisdicional. Constitui também importante instrumental para o planejamento e a tomada racional de decisões, a servir eventualmente como fonte de informações para a próxima gestão que se inicia em 2016.

Considerando que várias das ações empreendidas e em andamento decorrem da atuação coordenada e conjunta de duas ou mais assessorias e/ou secretarias, optou-se em agrupá-las sob 14 (quatorze) grandes rubricas:

- 1 - Orçamento e finanças;
- 2 - Carreira, condições de trabalho e aperfeiçoamento dos servidores;
- 3 - Carreira e condições de trabalho dos magistrados;
- 4 - Iniciativas para a saúde de magistrados e servidores;
- 5 - Expansão e aprimoramento da atividade jurisdicional;
- 6 - Informatização das atividades do Tribunal de Justiça;
- 7 - Patrimônio e contratos;
- 8 - Modernização e democratização da gestão;
- 9 - Projetos de lei apresentados e aprovados;
- 10 - Sustentabilidade;
- 11 - Projetos culturais, Museu e Cerimonial;
- 12 - Projetos sociais;
- 13 - Projetos de preservação da memória do Judiciário Paulista;
- 14 - TJSP em números.

1 - Orçamento e finanças

A temática do orçamento e finanças constituiu ponto central e estratégico da gestão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, diante da costumeira insuficiência de recursos destinados pelo Tesouro Estadual à Corte Bandeirante.

Para o ano de 2014, o valor orçamentário reservado ao Tribunal de Justiça, com a edição da Lei nº 15.265/13, atingiu a importância de R\$ 8.427.298.492,00 (oito bilhões, quatrocentos e vinte e sete milhões, duzentos e noventa e oito mil, e quatrocentos e noventa e dois reais), montante 26,49% inferior ao valor proposto – R\$ 11.464.432.838,00 (onze bilhões, quatrocentos e sessenta e quatro milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, e oitocentos e trinta e oito reais) – como adequado para fazer frente às despesas do Judiciário Bandeirante.

Já no que se refere ao exercício de 2015, a proposta orçamentária apresentada pelo Tribunal de Justiça foi de R\$ 12.895.754.263,00 (doze bilhões, oitocentos e noventa e cinco milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e sessenta e três reais). No entanto, o orçamento disponibilizado ao Poder Judiciário, após a aprovação da Lei Orçamentária nº 15.646/14, foi de R\$ 9.477.317.592,00 (nove bilhões, quatrocentos e setenta e sete milhões, trezentos e dezessete mil, quinhentos e noventa e dois reais).

Por esta razão, ao longo do biênio de 2014/2015, a Presidência manteve diálogo constante junto ao Governo do Estado, com o intuito de incrementar a verba disponibilizada. Adotou, no âmbito interno, uma política de contenção de gastos desnecessários, com vistas a combater o desperdício. Buscou, diuturnamente, racionalizar os recursos disponibilizados, empenhando-se, sempre, em obter o melhor custo-benefício em suas licitações e contratações de obras, serviços, compras e locações. Persistiu, enfim, com os investimentos em inovação tecnológica, providência que aumenta a produtividade, imprime celeridade, ‘desmaterializa’ o processo e, conseqüentemente, torna o serviço menos custoso.

Tudo, com o propósito de obter os recursos necessários ao aprimoramento da prestação jurisdicional oferecida à população do nosso Estado, que diariamente se socorre do Poder Judiciário em busca da solução célere dos mais variados conflitos, e à valorização dos magistrados e colaboradores, mediante a instituição de gratificações e pagamento de auxílios legais, sem que o pagamento das indenizações devidas sofressem solução de continuidade.

Dentre as várias medidas implementadas, destacam-se as seguintes:

1.1- Redução dos valores dos alugueis

Foram engendradas tratativas junto aos locadores de forma a obter redução ou desconto dos valores do alugueis pagos pelo Tribunal de Justiça, resultando numa economia para o Erário, até o momento, de R\$ 153.016,43/mês ou R\$ 1.836.197,16/ano.

1.2- Parcerias e convênios

No âmbito da Assessoria de Patrimônio e Contratos realizaram-se várias reuniões com as diversas Secretarias do TJSP para dar seguimento aos projetos de convênios com outras entidades públicas e privadas.

Ressalte-se que tais parcerias, estimuladas em razão do interesse público envolvido, e concretizadas a partir da disponibilização de recursos humanos e materiais pela iniciativa privada ou por outras esferas do

Poder Público, possibilitam a imediata implantação de ações para expansão da atividade jurisdicional, o que de outra forma restaria dificultado diante da já mencionada limitação orçamentária.

Durante a gestão 2014/2015, firmaram-se:

a) Convênios com Prefeituras para locação de imóveis e cessão para fóruns, varas judiciais, serviços anexos ou setores técnico-administrativos locais, sem ônus ao Tribunal de Justiça:

- 20 concluídos (São Carlos, Paranapanema, Juquitiba, Várzea Paulista, Maracá, Içanga, Rio das Pedras, Caraguatuba, Jaboticabal, Pirapora, Carapicuíba, Jarinu, São Manuel, Mogi das Cruzes, Itápolis, Nova Odessa, Atibaia, Itupeva, Maracá e Santana de Parnaíba).

- 5 em curso (Dourado, Álvares Machado, Araçoiaba da Serra, Martinópolis e Vargem Grande Paulista).

b) Convênios para cessão de imóveis pelas Prefeituras para fóruns, varas judiciais, serviços anexos ou setores técnico-administrativos locais, sem ônus ao Tribunal de Justiça:

- 7 concluídos (Cesário Lange, Salesópolis, Limeira, Guariba, Três Fronteiras, Salto e Natividade da Serra).

- 3 em curso (Bernardino de Campos, Bofete e Tabatinga).

c) Convênios com Prefeituras para construção e reforma de imóveis para fóruns locais:

- 5 concluídos (Andradina, Registro, Iguape, Jaboticabal e Junqueirópolis).

- 3 em curso (Ferraz de Vasconcelos, Carapicuíba e Poá).

d) Convênios com Prefeituras para climatização de fóruns locais:

- 1 concluído (Ibitinga).

e) Convênio com Ministério Público para ocupação de espaço (rateio de parte de aluguel e condomínio):

- 1 concluído (Fórum Regional de Santo Amaro).

f) Permissões de uso para instalação de restaurante e/ou lanchonete:

- Fóruns Regionais de Pinheiros e São Miguel Paulista; nas Varas da Infância e da Juventude; nos Fóruns das Comarcas de Barretos, Araçatuba, Birigui, Praia Grande, Tatuí e Botucatu; no Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães e no GADE 9 de Julho.

g) Recebimentos de prédios construídos pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania:

- 11 prédios (São João da Boa Vista, São Carlos, Bragança Paulista, Bastos, Avaré, Teodoro Sampaio, Mongaguá, Pacaembu, José Bonifácio, Ilha Solteira e Peruíbe).

h) Benfeitorias em prédios pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania:

- Execução de infraestrutura para instalação de aparelhos de ar condicionado no Centro Administrativo Consolação – projeto em curso.

1.3- Licitações

No biênio 2014/2015 foram realizadas 658 licitações envolvendo recursos na ordem de R\$ 904.542.647,34 (novecentos e quatro milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, seiscentos e quarenta e sete reais, e trinta e quatro centavos).

Registrou-se uma economia de 81,32% em relação aos valores originalmente orçados e reservados junto à Secretaria de Orçamento e Finanças, conforme segue:

MODALIDADE	VALOR REFERENCIAL (R\$)	VALOR NEGOCIADO (R\$)	ECONOMIA	
			(R\$)	%
PREGÃO ELETRÔNICO	1.151.529.499,03	798.556.446,91	351.367.801,63	30,51%
TOM. PREÇOS	484.280,41	430.135,80	54.144,61	11,18%
LEILÃO	-	2.639.986,85	-	0,00%
PREGÃO PRESENCIAL	163.975.295,21	100.626.810,61	60.348.484,60	36,80%
CONCORRÊNCIA	985.992,39	2.189.240,27	-	0,00%
CONVITE	102.935,00	100.026,90	2.909,00	2,83%
TOTAL	1.317.078.002,04	904.542.647,34	411.773.339,84	81,32%

Além disso, as Secretarias de Administração e de Abastecimento realizaram reuniões com as empresas fornecedoras e prestadoras de serviços para renegociação dos preços e dos quantitativos, e também visitas externas para verificação de instalações e fiscalização dos serviços terceirizados prestados.

1.4- Economia em iniciativas no âmbito da Secretaria de Tecnologia de Informação

No âmbito da Secretaria de Tecnologia de Informação também foram adotadas várias iniciativas para economia de recursos, destacando-se as seguintes:

a) Realização de 18 (dezoito) processos licitatórios para aquisições técnicas, resultando em economia de contratação de R\$ 70.260.204,39 (setenta milhões, duzentos e sessenta mil, duzentos e quatro reais, e trinta e nove centavos);

b) Reavaliação de orçamentos de desenvolvimento de funcionalidades para sistemas, que resultaram na economia de R\$ 1.061.502,57 (um milhão, sessenta e um mil, quinhentos e dois reais e cinquenta, e sete centavos);

c) Absorção do serviço de reprografia, com fornecimento de impressoras multifuncionais do contrato de outsourcing, gerando economia de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) por mês.

1.5- Controle de passagens aéreas e pagamento de diárias

No concernente à aquisição de passagens aéreas e ao pagamento de diárias, a Assessoria do Gabinete Civil da Presidência analisou, de forma detalhada e criteriosa, a real necessidade do comparecimento de magistrados e servidores a eventos realizados em locais distantes daqueles em que o interessado exercia suas funções, e que por essa razão demandavam transporte aéreo e pagamento de diárias.

Tais análises redundaram numa maior economia e conseqüente contenção de gastos no orçamento do Tribunal, conforme se observa no quadro abaixo:

	Bilhetes aéreos adquiridos	Custo TJ	Custo EPM	Custo Total
2013 (Ata de Registro de Preço nº 08/12)	913	R\$ 893.294,88		R\$ 893.294,88
2014 (Ata de Registro de Preço nº 69/13)	693	R\$ 335.872,99	R\$ 93.936,65	R\$ 429.809,64
2015 (Ata de Registro de Preço nº 56/14)	516	R\$ 209.634,57	R\$ 120,328,79	R\$ 329.963,36

No exercício de 2014 foram adquiridos 693 (seiscentos e noventa e três) bilhetes aéreos e o valor despendido com esse serviço totalizou o montante de R\$ 429.809,64 (quatrocentos e vinte e nove mil, oitocentos e nove reais e sessenta e quatro centavos). Comparado com o mesmo período do ano de 2013, houve uma economia de R\$ 463.485,24 (quatrocentos e sessenta e três mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais, e vinte e quatro centavos), considerando-se que em referido exercício adquiriram-se 913 (novecentos e treze) bilhetes aéreos ao custo de R\$ 893.294,88 (oitocentos e noventa e três mil, duzentos e noventa e quatro reais, e oitenta e oito centavos).

Já no exercício de 2015, o valor despendido com essas despesas totalizou R\$ 329.963,36 (trezentos e vinte e nove mil, novecentos e sessenta e três reais, e trinta e seis centavos). Comparado com o exercício de 2014, houve economia de R\$ 99.846,81 (noventa e nove mil, oitocentos e quarenta e seis reais, e oitenta e um centavos).

Note-se que, nos dois anos da presente gestão, gastou-se bem menos – R\$ 759.773,00 (setecentos e cinquenta e nove mil, setecentos e setenta e três reais) – que o valor expendido apenas para o ano de 2013 – R\$ 893.294,88 (oitocentos e noventa e três mil, duzentos e noventa e quatro reais, e oitenta e oito centavos).

1.6- Otimização e controle de recursos empenhados

No exercício de 2015, a Secretaria de Orçamento e Finanças iniciou os trabalhos de gestão de recursos orçamentárias e financeiros junto aos gestores de contratos com o objetivo de otimização e saneamento das obrigações inscritas em Restos a Pagar.

Nesse trabalho foi enfatizada a importância e a responsabilidade dos gestores com a utilização devida dos recursos empenhados para a execução contratual. Daí foram constatadas inúmeras medidas adotadas para a regularização da execução e comprometimento real e indispensável para a prestação dos serviços contratados.

O resultado dessas reuniões foi alcançado com o cancelamento de recursos na ordem de R\$ 94.519.604,28 do Fundo Especial de Despesa e R\$ 3.800.356,39 do Tesouro, totalizando assim R\$ 98.319.960,67, até a presente data, considerando a continuidade dessa medida.

Outra medida com efeito imediato refere-se aos recolhimentos das verbas não utilizadas e distribuídas aos Juízos de Direito Diretores dos Fóruns do Interior no montante de R\$ 2.269.861,94, até o presente momento, considerando a indisponibilidade bancária em alguns locais.

2 - Carreira, condições de trabalho e aperfeiçoamento dos servidores

Múltiplos são os fatores imprescindíveis ao sucesso institucional – a infraestrutura utilizada, a tecnologia desenvolvida, os equipamentos adotados, os métodos de trabalho empregados –, mas nenhum deles se sustentaria, e alcançaria grau de importância, sem o principal contributo de qualquer empreitada: as pessoas.

Perfilhando a concepção de que os colaboradores das organizações representam seu maior patrimônio, várias foram as iniciativas adotadas pela Assessoria de Recursos Humanos, desenvolvidas em conjunto com a Secretaria de Recursos Humanos, e pela Assessoria de Assuntos Jurisdicionais, em torno da valorização dos servidores, notadamente no concernente à sua carreira, melhorias das condições de trabalho, e seu aperfeiçoamento técnico e intelectual, com nítidos reflexos na qualidade de vida e autoestima dos envolvidos.

São elas:

2.1- Transformação e extinção dos cargos de agentes administrativos judiciários

No âmbito da Assessoria de Assuntos Jurisdicionais, elaborou-se projeto de lei, a tratar da transformação do cargo de agente administrativo judiciário em escrevente técnico judiciário, com o objetivo de compatibilizar as atribuições inerentes ao cargo de agente com a modernização do Poder Judiciário paulista, advinda sobretudo a partir da informatização do processo judicial, instituída pela Lei nº 11.419 de 19 de dezembro de 2006.

Com efeito, a atual realidade do processo digital aproximou sobremaneira as funções desempenhadas pelos agentes administrativos Judiciários àquelas exercidas pelos escreventes técnicos judiciários e, conseqüentemente, tornou quase obsoletas as atribuições originalmente previstas para os primeiros.

Deste modo, tendo em vista que à Administração Pública incumbe o dever de zelar pela eficiência de sua estrutura organizacional, e considerando o incremento salarial aos servidores que optassem pelo reenquadramento e comprovassem certos requisitos, é que se propôs a inovação legislativa, aprovada pela Assembleia Bandeirante como Lei Complementar nº 1.260, de 15 de janeiro de 2015.

Com a promulgação da Lei, a medida foi concretizada no âmbito do Tribunal. Até o final de outubro de 2015, 2.655 (dois mil, seiscentos e cinquenta e cinco) agentes administrativos foram reenquadrados como escreventes técnicos, com implantação na folha de pagamento de setembro de 2015.

2.2- Pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividades Cartorárias (GDAC)

A Presidência, sensibilizada com o tratamento diferenciado entre os servidores do Judiciário, encampou pessoalmente a reivindicação no sentido da implantação da gratificação criada pelo artigo 11 da Lei Complementar nº 1.217/2013, sendo aprovada resolução pelo C. Órgão Especial necessária à regulamentação do benefício.

Houve, desta maneira, pagamento de todos os atrasados da Gratificação de Desempenho de atividades Cartorárias - GDAC (dezembro/13, 13º salário, janeiro a junho/14, mais complementos) em folhas suplementares, beneficiando mais de 6.000 (seis mil) servidores (pagamento mínimo de R\$ 1.260,00) – todos os agentes administrativos, operacionais e de serviço.

2.3- Implantação do adicional de qualificação (AQ)

O adicional de qualificação (AQ), instituído pelos arts. 37-A e 37-B da Lei Complementar nº 1.111/2010, e regulamentado pela Resolução Órgão Especial nº 643/13, é benefício conferido ao servidor ativo e inativo, em razão dos conhecimentos adicionais adquiridos, antes da passagem para a inatividade, e comprovados por meio de títulos, diplomas ou certificados de cursos de graduação e pós-graduação, em sentido amplo ou estrito, e que estejam devidamente registrados.

Implementou-se o benefício no ano de 2015, sendo beneficiados o mês de outubro 27.298 (vinte e sete mil, duzentos e noventa e oito) servidores ativos e inativos.

2.4- Reajuste de vencimentos

Houve reajuste de vencimentos nos anos de 2014 e 2015, nos patamares de 6% e 6,5%, respectivamente, referente à data base, a partir de partir de 1º de março de cada ano, com crédito para abril do mesmo exercício. Em dezembro de 2015 será dado um reajuste de 1,18%, correspondendo então à inflação de 7,68% do período.

2.5- Reajuste do auxílio-saúde

Houve reajuste do valor do auxílio-saúde para R\$ 200,00 (duzentos reais) no ano de 2014.

2.6- Reajuste do auxílio-alimentação

Houve reajuste do auxílio-alimentação no ano de 2015, para o valor de R\$ 33,00 (trinta e três reais), a partir de 1º de outubro.

2.7- Pagamento de indenizações relativas a férias e licenças-prêmio

No exercício de 2014, foram efetuados os pagamentos, por servidor, de 100 (cem) dias de férias ou 129 (cento e vinte e nove) dias de licença-prêmio, relativamente aos pedidos protocolados até 12.12.2014, significando mais de R\$ 370.000.000,00 (trezentos e setenta milhões de reais) em indenizações.

E no exercício de 2015, nas folhas de janeiro a outubro, efetivou-se o pagamento de 70 (setenta) dias de férias ou 90 (noventa) dias de licença-prêmio, relativamente aos pedidos protocolados até 20.10.2015, computando-se um montante de R\$ 325.542.985,14 (trezentos e vinte e cinco milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, novecentos e oitenta e cinco reais, e quatorze centavos) em indenizações.

2.8- Pagamento de FAM

No que concerne ao ano de 2014, houve o pagamento de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de FAM aos servidores inativos, por ordem cronológica dos mais idosos, beneficiando 910 (novecentos e dez) servidores com data de nascimento até 23.8.1943, em folha suplementar, com crédito em 13.1.2015.

Já no período de janeiro a junho de 2015, houve o pagamento total de R\$ 3.145.738,35 (três milhões, cento e quarenta e cinco mil, setecentos e trinta e oito reais, e trinta e cinco centavos) a título de FAM aos servidores inativos, por ordem cronológica dos mais idosos, beneficiando 263 (duzentos e sessenta e cinco) servidores.

2.9- Antecipações

O valor disponibilizado para pagamento de antecipação de indenização de férias/licença-prêmio/FAM, em razão de doença e/ou problemas financeiros, beneficiou 2.308 (dois mil trezentos e oito) servidores no exercício de 2014, e outros 1.206 (mil duzentos e seis) servidores no período de janeiro a setembro de 2015.

2.10- Pagamento de valores atrasados

Houve pagamento de valores atrasados de PROGRESSÃO/PROMOÇÃO, referente ao período de julho de 2013 a junho de 2014, em folha suplementar, beneficiando 6.455 (seis mil, quatrocentos e cinquenta e cinco) servidores.

2.11- Ações judiciais

Cumpriram-se de 444 ações de obrigação de fazer no exercício de 2015, de janeiro a outubro, que beneficiaram 2.542 (dois mil, quinhentos e quarenta e dois) servidores.

2.12- Disponibilização dos demonstrativos de pagamento

Houve disponibilização dos demonstrativos de pagamento dos servidores a partir de dezembro/1994, sendo que anteriormente havia possibilidade de acesso apenas dos últimos 24 meses.

2.13- Reativação da comissão de insalubridade

Numa medida para adequar a remuneração paga aos servidores às reais condições do trabalho por eles desempenhadas, reativou-se a comissão de insalubridade, preordenada à avaliação da existência ou não de fatores insalubres nas funções desenvolvidas no âmbito do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Atualmente, avaliam-se os locais de prestação do serviço de reprografia por terceirizados, afastando o pagamento de adicional de insalubridade para estes funcionários; criou-se endereço eletrônico específico para recebimento dos pedidos de pagamento do adicional; reexaminam-se os casos de pagamento já concedido e acompanham-se as avaliações de insalubridade em andamento.

2.14- Concursos, nomeações e vagas oferecidas a estagiários

Na presente gestão foram autorizados e realizados os seguintes concursos públicos, para preenchimento de:

- a) 816 vagas de escrevente técnico judiciário, consideradas as 10 Regiões Administrativas Judiciárias;
- b) 30 vagas de contador judiciário na Comarca da Capital;
- c) 2 vagas de estatístico judiciário na Comarca da Capital.

Foram ainda nomeados e entraram em exercício nos anos de 2014 e 2015, consideradas as 10 Regiões Administrativas Judiciárias:

- a) 1 analista de sistemas judiciário;
- b) 182 assistentes sociais;
- c) 7 auxiliares de saúde judiciários;
- d) 12 contadores;
- e) 1.716 escreventes técnicos judiciários;
- f) 4 médicos para área de clínica geral;
- g) 127 psicólogos judiciários;
- h) 1 técnico em processamento de dados.

O que totalizou 2.062 (dois mil e sessenta e dois) novos servidores nomeados no biênio.

Também foram disponibilizadas vagas para estagiários no âmbito do Tribunal de Justiça, assim distribuídas:

- a) 6.900 vagas de nível médio - contrato nº 000.194/2015 - Super estágios
- b) 6.000 vagas de nível superior - contrato nº 000.183/2015 - Super Estágios

2.15- Remoções

Foram ainda aprovados e beneficiados com processo de remoção, nos termos da Portaria nº 8.857/13, 1.392 (um mil e trezentos e noventa e dois) servidores, assim distribuídos:

CARGOS	APROVADOS EM 2014	APROVADOS EM 2015
ASSISTENTE SOCIAL JUDICIÁRIO	23	65
PSICOLOGO JUDICIÁRIO	13	49
CONTADOR	04	04
ESCREVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO	425	651
OFICIAL DE JUSTIÇA	49	64
AGENTE ADMINISTRATIVO JUDICIÁRIO	40	05
TOTAL GERAL	554	838

2.16- Criação da Escola Judicial dos Servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (EJUS)

Instituída pela Portaria nºs 8.965/14, a Escola de Servidores utiliza-se da expertise e da estrutura da Escola Paulista da Magistratura (EPM), para valorizar qualitativamente os recursos humanos existentes, capacitando os servidores para atuarem de forma eficiente no ambiente de trabalho.

Trata-se de uma demanda antiga do funcionalismo público.

Criou-se um centro educacional para organizar e executar programas de treinamento e capacitação; elaborar cursos voltados às necessidades específicas das diversas áreas do Tribunal de Justiça; dinamizar o processo de socialização organizacional e capacitação de servidores recém-nomeados; fomentar, enfim, o aprimoramento técnico e intelectual dos servidores, o que de qualquer forma não elimina o acesso dos mesmos aos cursos regulares de pós-graduação, oferecidos pela EPM.

Desde a sua criação, a EJUS realizou, entre 18.3.2014 e 24.11.15, 66 cursos e 74 eventos de curta duração (palestras, simpósios, seminários, aulas magnas). Seu corpo docente é formado por servidores, magistrados e palestrantes externos (especialistas, mestres, doutores e pós-doutores nos temas ministrados). Suas atividades são realizadas na sede – prédio da Consolação na Capital –, nos prédios de gabinetes de Desembargadores, nos Fóruns João Mendes e Barra Funda e nos núcleos regionais da EJUS, localizados nas Regiões Administrativas (RAJs).

Até o presente momento contabilizaram-se 103.902 (cento e três mil, novecentos e duas) inscrições, com expedição de 80.884 (oitenta mil, oitocentas e oitenta e quatro) certificações em seus cursos e eventos de curta duração, ministrados presencialmente, telepresencialmente, ou pelo método de ensino à distância (EAD).

O sucesso da Escola é medido não apenas pela adesão dos servidores, mas também pela verdadeira transformação que provoca no indivíduo, visto que os cursos e palestras buscam não apenas formar e aprimorar os colaboradores enquanto profissionais da Justiça, mas também valorizá-los e melhorar sua qualidade de vida.

Realizações da EJUS

Um dos cursos da EJUS, de destacada relevância, foi o Curso de Gestão Administrativa, ministrado no período de fevereiro a outubro de 2015. Outro curso fundamental é o de Reciclagem do treinamento do Sistema SAJ – Processo Digital, realizado em todos os foros regionais da capital e nas RAJs, com o apoio da STI, SPI e SPRH.

A EJUS também empreendeu cursos para psicólogos e assistentes sociais do TJSP, alguns em parceria com a EPM e Coordenadoria da Infância e Juventude, versando sobre temas como drogadição, atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, família e instituições de acolhimento, entre outros. Foram promovidos também cursos sobre Justiça Restaurativa, gestão de Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) e preparação para a aposentadoria, além do Projeto Transformando Vidas.

O aprimoramento de escreventes técnicos judiciários

Os desafios processuais cotidianos e cambiáveis, aliados às frequentes alterações normativas, geram uma defasagem no conhecimento técnico necessário à condução do processo, razão pela qual existe uma demanda generalizada pela atualização de informação por parte dos profissionais responsáveis pela movimentação do processo e confecção dos instrumentos processuais: os escreventes.

A Escola promoveu, nesse sentido, cursos básicos de Direito, abertos a todos os servidores. Foram realizados módulos de Direito Civil e Processual Civil, Penal e Processual Penal, Administrativo e Constitucional, ministrados por servidores apoiados por juízes.

Elaine Cristina Araújo Pinheiro, chefe de seção judiciário do DICOGE 1.2, testemunhou a excelência da iniciativa e destacou a importância da continuidade dos cursos: “O Curso de Direito Civil superou minhas expectativas, porque me ajudou muito na atualização sobre a matéria, com um conteúdo informativo extenso, muito bem apresentado, e um excelente material didático”.

O valor da experiência para os oficiais de Justiça

Por outro lado, são os oficiais de Justiça que executam os atos contidos nos instrumentos processuais, além do fórum judicial, com todos os riscos inerentes à profissão, por ser a expressão mais visível do braço judicial, em regiões e comunidades muitas vezes assoladas pela violência.

Os servidores desse contingente tiveram a oportunidade de participar do curso de aperfeiçoamento “A atividade de oficial de Justiça”, realizado na sede da Escola, no qual se discutiu a extensão e os limites do exercício dos poderes administrativos, segurança, aspectos polêmicos e vicissitudes do trabalho, entre outros temas.

Eduardo Cerveira Quintas, oficial do Foro Regional VIII – Tatuapé, lembrou que o curso atende a uma antiga reivindicação da classe: “Ficou claro que o caminho do conhecimento é essencial no desenvolvimento de uma nova etapa na vida do Judiciário paulista. Ao aperfeiçoar o conhecimento dos oficiais de Justiça, indispensáveis no cumprimento das sentenças, teremos uma Justiça mais ágil e eficaz. Achamos o caminho. Agora vamos trabalhar para o aperfeiçoamento, passando a experiência aos mais jovens”.

A transformação dos agentes administrativos

Ao longo das últimas décadas, servidores do quadro de agentes administrativos, em razão de sua vocação profissional, já vinham sendo aproveitados em funções de escreventes. Para reconhecimento desse exercício profissional e contrapartida de remuneração adequada, o Órgão Especial do TJSP aprovou projeto e o governo do Estado promulgou a Lei Complementar nº 1.260/15, que transforma os cargos e as funções de agente administrativo judiciário em cargos de escrevente técnico judiciário, desde que os servidores optem pelo reenquadramento e comprovem atender aos requisitos previstos.

Em razão do enquadramento dos agentes administrativos como escreventes, também foram ministrados cursos de capacitação perante a EJUS: “As aulas significaram muito para mim. Eu, que já trabalhava na sala de audiência, agora sou, oficialmente, escrevente de sala. Agradeço a Deus e aos autores da Lei por essa benção, pois eles sabiam das minhas lutas”, testemunhou com orgulho Andréia Aparecida Domingos, do 1º Ofício Cível de Itaquera.

EJUS no interior

Para possibilitar a disseminação de seus cursos para todo o Estado, a EJUS passou a contar, a partir de março de 2015, com núcleos regionais em todas as RAJs. A coordenação é feita por servidores responsáveis pelos eventos em cada região, sob a supervisão dos juízes coordenadores dos núcleos regionais da EPM. O Núcleo de Ribeirão Preto foi o primeiro a ser inaugurado, com a realização do curso “Panorama geral do novo CPC”.

Antes da criação dos núcleos regionais, a EJUS já havia realizado, em fevereiro de 2015, seu primeiro curso presencial no interior, “Reciclagem do Treinamento do Sistema SAJ – Processo Digital”, ministrado em Sorocaba. Em abril, iniciou o “Curso de Educação Financeira”. Esses cursos já foram estendidos e ministrados para funcionários de todas as RAJs. A EJUS promove ainda cursos no interior, em conjunto com a EPM e com outras coordenadorias do TJSP.

Perspectivas da EJUS

A retrospectiva das atividades da EJUS revela que os objetivos anunciados no início da gestão do Presidente Renato Nalini foram plenamente alcançados e até superados em muitos aspectos, graças ao entusiasmo e à participação coletiva.

A maioria dos cursos foi avaliada pelos participantes. Em geral, os funcionários classificaram os eventos como excelentes e desejaram que se perpetuassem, reafirmando a importância da capacitação dos servidores e da melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo TJSP. Elogiaram igualmente os instrutores pela cordialidade, excelente didática, profundo conhecimento técnico dos temas abordados, pontualidade e condução dos eventos.

O diretor Fernando Maia da Cunha comentou a perspectiva de crescimento da Escola, não como um horizonte utópico da administração da Justiça, mas como metas tangíveis pela motivação e vontade concreta de todos os partícipes de seu projeto: *“A EJUS era uma expectativa antiga dos servidores e a responsabilidade de dirigi-la neste seu momento inicial era extremamente preocupante. Visitei todos os núcleos regionais e conversei com servidores sobre a Escola. Ao lado de todo o trabalho desenvolvido, com o apoio e o estímulo do Conselho Técnico, tivemos a melhor ajuda que poderíamos esperar: a espontânea e vibrante participação dos servidores. O sucesso da EJUS hoje se revela pelos números grandiosos dos seus cursos. E o futuro se mostra promissor pela compreensão de todos no sentido de que a melhoria dos serviços judiciários passa obrigatoriamente pelo aprimoramento e pela capacitação dos servidores”*.

2.17- Teletrabalho ou Home office

Iniciativa desenvolvida pela Assessoria de Recursos Humanos e pelas Secretarias de Recursos Humanos, de Primeira Instância e de Tecnologia da Informação, possibilita que os servidores, com atuação em processos digitais, trabalhem em suas residências, mediante acesso remoto ao sistema informatizado do Tribunal, por login e senha.

O projeto piloto, implantando em 18 de março de 2014, em 6 (seis) unidades de 1ª Instância com processos digitais, superou as expectativas e, além de melhorar a qualidade de vida dos envolvidos, aumentou em 30% a produtividade dos servidores participantes.

Com a implantação do processo digital em todo o Estado, as possibilidades de expansão do teletrabalho são enormes. Após esta fase de testes, representará importante medida de mitigação aos efeitos dos problemas de mobilidade urbana das grandes e médias cidades paulistas na vida de seus habitantes.

Atualmente existem 56 (cinquenta e seis) unidades cartorárias participantes (localizadas no Fórum João Mendes Júnior; Fórum Hely Lopes Meirelles; Fórum Vergueiro; nos Foros Regionais I a XII, e XV; e Secretaria Judiciária), com 84 (oitenta e quatro) escreventes autorizados, nos termos do Provimento Conjunto nº 5 da E. Presidência do Tribunal de Justiça e C. Corregedoria-Geral de Justiça.

2.18- Flexibilização de horário de trabalho nos escritórios judiciais

Projeto que também beneficia os servidores, ao possibilitar uma melhor coordenação da vida pessoal com o trabalho, o que tenderia também ao incremento da produtividade.

Implantado no Fórum João Mendes, em caráter experimental.

2.19- Coordenadoria de Apoio aos Servidores do Tribunal de Justiça de São Paulo (CAPS)

Seria mesmo impossível, à Presidência deste que é o maior Tribunal de Justiça do país, atender pessoalmente aos seus mais de 45.000 (quarenta e cinco mil) servidores. Com esse intuito, através da Portaria nº 8.966/14, foi criada a CAPS, para ser um canal de comunicação entre a Administração do Tribunal e os funcionários, que presta apoio aos servidores nas mais diversas áreas.

Com foco no atendimento das demandas dos colaboradores da Justiça, recebe sugestões e questionamentos por via documental escrita, eletrônica ou presencial; recepciona solicitações de instalação de equipamentos em prédios da Capital e do Interior; analisa também pedidos de transferência.

Para tanto, vale-se do instrumental tecnológico, e por meio do gerenciamento do Canal Direto com o Presidente, funcionalidade existente na intranet deste Tribunal, encaminha ao servidor a solução possível no momento. No biênio de 2014/2015, foram enviadas 23.894 (vinte e três mil, oitocentas e noventa e quatro) mensagens, todas respondidas, sendo que 13.922 (treze mil, novecentas e vinte e duas) delas obtiveram resposta direta do próprio Presidente do Tribunal de Justiça. Presencialmente, foram atendidos 243 (duzentos e quarenta e três) servidores nas dependências da CAPS.

O órgão também atua em reclamações dos servidores acerca de dificuldades de relacionamento no ambiente de trabalho, situação que acarreta baixa produtividade. Naturalmente, diante de tantas reclamações, foram ouvidos muitos funcionários e, com isso, conflitos maiores ou processos administrativos foram evitados com simples diálogo. Os servidores são ouvidos pela Presidência e desentendimentos locais são pacificados. Em último caso, verificada a incompetência para tratar do assunto, o tema é encaminhado ao setor responsável para o que se fizer necessário. Sobre o tema, confira-se:

Expedientes atuados no biênio 2014/2015	110
Expedientes em andamento até 21/10/15	29
Funcionários ouvidos	347
Expedientes arquivados, iniciados ou não no biênio 2014/2015	177
Expedientes enviados à Corregedoria no biênio 2014/2015	27
Expedientes enviados à CPP no biênio 2014/2015	01

Além disso, a CAPS, em atuação conjunta com a Escola Judicial dos Servidores – EJUS, organizou palestras de gerenciamento pessoal e profissional, motivacionais e de qualidade de vida. Realizaram-se 29 (vinte e nove) palestras durante a gestão, e 2 (dois) workshops. Em média, 200 (duzentas) Comarcas participaram pelo sistema de transmissão on line – Ensino a Distância.

*Mais detalhes, com o quadro completo de eventos realizados, encontram-se no capítulo 14 deste relatório – ‘TJSP em números’

A CAPS é ainda integrada pelo Grupo de Apoio aos Gabinetes de Trabalho dos Desembargadores e Juizes Substitutos de Segundo Grau (GRUGADE), criado pela Portaria nº 9.050/14. O grupo é composto por 12 servidores, que prestam serviços nos gabinetes, por um período que não pode exceder a 90 dias, durante afastamentos em razão de licença-saúde ou licença-gestante. Na presente gestão, foram recebidos 66 (sessenta e seis) ofícios solicitando servidores, sendo que 54 (cinquenta e quatro) gabinetes foram atendidos, e 9 (nove) aguardam atendimento.

2.20- Melhorias nos setores de execução fiscal de todo o Estado

Estuda-se o deslocamento de servidores e de estagiários, a pactuação de convênios com os Municípios, e a realização de mutirões com auxílio da Corregedoria Geral da Justiça, com intuito de reduzir o acervo dos executivos fiscais.

2.21- Melhoria da segurança nos locais de trabalho - Projeto DEJEM

Ação empreendida para aumentar a segurança dos colaboradores e magistrados e, conseqüentemente, de todos os frequentadores dos fóruns e instalações do Tribunal de Justiça.

Em 7 de outubro de 2015, o Tribunal de Justiça de São Paulo firmou termo de cooperação com o Governo do Estado, que permite aos policiais militares, em horário de folga e de forma voluntária, reforcem a segurança dos fóruns e seus arredores em todo o Estado, mediante remuneração pela Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Policial Militar – DEJEM (Lei Complementar nº 1.227/13).

Os PMs trabalharão fardados, munidos do equipamento de proteção individual e em seus horários de folga - por isso a medida não altera o número de policiais na rua. Cada policial pode trabalhar até oito horas/dia (fora da jornada normal), por até 10 dias no mês (máximo de 80 horas), para que o serviço extraordinário não prejudique o descanso. Com a medida, os fóruns da Capital e da Grande São Paulo terão um reforço de 101 e 78 policiais militares, respectivamente. Todas as regiões do interior paulista terão reforço no patrulhamento em áreas da Justiça.

Durante a cerimônia na qual o convênio foi assinado, o Presidente Nalini destacou a relevância do trabalho dos policiais militares “pessoas que têm formação, educação especializada, expertise, disciplina, hierarquia e apreço ao trabalho que desenvolvem”. Também anunciou a economia de R\$ 378 mil por mês que o Judiciário fará: “é uma quantia bastante considerável em um período de contingenciamento que estamos enfrentando”, disse, complementando que “a vinculação entre a Polícia Militar e a Justiça é sempre intensa e exitosa”.

Para o governador Alckmin, o Termo de Cooperação “é um ganha-ganha”. “Ganha o Tribunal, com os policiais qualificados, ganha a população que frequenta o Tribunal e ganham os policiais militares com um ‘plus’ na remuneração.”

Em reunião posterior, entre as Assessorias de Segurança e de Contratos e Patrimônio, aos 10 de novembro de 2015, chegou-se ao número de 311 (trezentos e onze) policiais para participarem da operação.

2.22- Curso de aprimoramento para agentes de segurança

Elaborou-se curso de reciclagem visando o aprimoramento dos trabalhos desenvolvidos pelos agentes de segurança do Tribunal de Justiça (motoristas dos Desembargadores), com aulas teóricas e práticas (direção defensiva, defesa pessoal, postura, etc.), ministradas no período de novembro a dezembro de 2015, na Escola Judicial dos Servidores.

2.23- Carona Legal

Iniciativa proposta pela Secretaria da Primeira Instância, que pretende incentivar o uso compartilhado de um veículo particular, por dois ou mais funcionários do Tribunal, para o deslocamento até a unidade de trabalho e posterior retorno para suas residências, mediante ferramenta virtual. O servidor cadastra seu itinerário casa – trabalho. E o sistema sugere outros participantes que fazem trajetos próximos para viabilizar as caronas

A ideia surgiu devido às dificuldades na mobilidade urbana, especialmente nas grandes metrópoles, em decorrência de fatores como o trânsito caótico – pelo número excessivo de veículos – deficiência dos meios de transportes públicos e alta emissão de agentes poluentes, que preocupam autoridades, empresas e população em geral, sobre as consequências atuais e futuras.

O TJSP está cadastrado no site <https://www.caronetas.com.br>, no modo gratuito da página, mas há tratativas em andamento para visando a contratação de serviços de monitoramento pelo site responsável.

A adesão dos servidores era de 1.316 (um mil e trezentas e dezesseis) caronas sugeridas, com o cadastramento de 300 (trezentos) usuários na comunidade do TJSP, sendo 165 (cento e sessenta e cinco) na Capital e 135 (cento e trinta e cinco) no interior, em 10.6.2015. O total de trajetos criados foi de 15.722 km.

3 – Carreira e condições de trabalho dos magistrados

A atenção dispensada aos funcionários do TJSP repetiu-se no tratamento dos juízes de direito, que estão na linha de frente do acesso à justiça. Assessores e secretários atuam diuturnamente na produção de resultados concretos, em benefício dos magistrados paulistas. Busca-se a valorização da carreira e a melhoria contínua das condições de trabalho, para fornecer a necessária tranquilidade àqueles que têm a árdua missão de distribuir a justiça.

Os principais projetos instituídos e em andamento são os seguintes:

3.1- Auxílio-saúde aos magistrados do TJSP

As Assessorias Jurisdicional e de Contratos e Patrimônio, após o desenvolvimento de estudos conjuntos, apresentaram minuta de projeto de lei estabelecendo auxílio-saúde aos magistrados do Tribunal de Justiça de São Paulo, minuta esta enviada à “Comissão para estudos com vista à adoção de política de saúde para os magistrados paulistas”.

Com as modificações introduzidas pela Comissão, e após manifestação favorável do Conselho Superior da Magistratura e aprovação pelo Órgão Especial, o projeto de lei foi recentemente encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - Projeto de Lei nº 1.016/14 em tramitação.

3.2- Auxílio-moradia aos magistrados do TJSP

Por força da Resolução CNJ nº 199/14, foi instituído no âmbito do TJSP o auxílio-moradia para 2.230 (dois mil, duzentos e trinta) magistrados.

3.3- Diárias

Quanto às diárias devidas aos magistrados, pelo exercício de funções em local diverso da Comarca ou Circunscrição onde lotado seu cargo, reconheceu-se, na gestão passada, a ilegalidade do teto mensal então definido pelo C. Conselho Superior da Magistratura, porque em desconformidade com a legislação em vigor.

Na atual gestão, o Conselho Superior da Magistratura acolheu o parecer da Assessoria Jurisdicional da Presidência, no sentido de que a regularização dos pagamentos a menor deveria contemplar os realizados desde o dia 4 de março de 2008, o que resultou na edição do Provimento CSM nº 2.202/14.

3.4- Pedidos de férias, faltas e licenças

Com o devido planejamento, todos os pedidos de afastamento (férias, abonos e licenças) solicitados pelos juízes, que geralmente não ultrapassam 30 dias (salvo licenças-saúde, maternidade ou adoção), foram atendidos.

E para isso, mais uma vez, a colaboração de juízes titulares, auxiliares e substitutos (os dois últimos acumulando por vezes mais de duas varas no período) tem sido preciosa.

3.5- Auxílio às unidades judiciais e aos juízes sobrecarregados

De modo excepcional, criterioso e por período determinado, foram designados magistrados titulares ou auxiliares, da mesma comarca ou de comarcas vizinhas, ou substitutos (esses últimos segundo a excepcional disponibilidade), para ajudar as varas muito atarefadas e os juízes sobrecarregados (substitutos acumulando duas varas vagas, por exemplo), nas audiências, despachos e sentenças. É o que ocorreu, entre outras Comarcas, em Ilha Solteira, Peruíbe, Piraju, Rancharia e Teodoro Sampaio.

Também e enquanto viável, tem-se procurado manter (por pelo menos 30 dias) os juízes substitutos, que não estão a assumir varas (e acabam servindo para as pequenas e constantes coberturas e às emergências), em suas Sedes ou Comarcas com grande volume de trabalho, para ajuda e melhoria da prestação jurisdicional. É o caso, por exemplo, de Amparo, Hortolândia, Jacareí, Panorama e Sumaré.

Foram ainda designados magistrados para auxiliar nos mutirões coordenados pela Corregedoria Geral da Justiça.

Houve designação de um juiz auxiliar fixo para a 2ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos relacionados à Arbitragem da Comarca de São Paulo e para a 1ª Vara de Execuções Criminais da Capital.

3.6- Ampliação das hipóteses de compensação aos magistrados

Atendeu-se ao pleito da Associação Paulista de Magistrados – APAMAGIS para ampliação das hipóteses para concessão de dias de compensação aos magistrados, mediante apreciação pelo Conselho Superior da Magistratura.

3.7- Simplificação de algumas rotinas na Secretaria da Magistratura

A assessoria de designação de magistrados empenhou-se em simplificar algumas das rotinas existentes na Secretaria da Magistratura, o que trouxe evidentes benefícios ao serviço:

- a) Nas declarações de suspeição dos magistrados, procurou-se a melhor interpretação do Provimento nº 1.870/2011, reduzindo sensivelmente o número de suspeições encaminhadas ao Conselho Superior da Magistratura;
- b) Criou-se ferramenta para o auxílio-sentença, com a possibilidade de escolha entre a opção de remuneração em pecúnia ou anotação de dias de compensação;
- c) Foram simplificados os termos do requerimento a ser formulado pelo magistrado, no que concerne à indenização em pecúnia de compensações ou licença-prêmio.

3.8- Concursos de ingresso na carreira e movimentação de magistrados

No biênio foram abertos concursos de ingresso na carreira, e também de movimentação (promoção e remoção) para todos os cargos vagos nas respectivas épocas, zelando pela alternância objetiva dos critérios para o correspondente provimento (antiguidade ou merecimento, conforme o anterior provimento da vaga a se colocar em concurso).

Confira-se o quadro de ingresso e de movimentação na carreira:

Nomeação de Juízes Substitutos (184º Concurso de Ingresso na Magistratura)	108
Candidatos aprovados em concurso para Juiz Substituto, com nomeação pendente (185º Concurso de Ingresso na Magistratura)	81
Juízes de 1ª Instância promovidos	414
Juízes de 1ª Instância removidos	131
Remoção de Juízes de Direito Substitutos em 2º grau	33
Desembargadores	Promovidos (carreira) – 42
	Nomeados (quinto const.) – MP 7
	Nomeados (quinto const.) – ADV 6

3.9- Escola Paulista da Magistratura (EPM)

Foi intensa a programação de cursos oferecidos pela Escola Paulista da Magistratura, no biênio 2014/2015.

Entre os cursos exclusivos para magistrados, destacaram-se: cursos para formação inicial dos juízes recém-empossados, cursos de vitaliciamento, cursos de formação continuada, e cursos de aperfeiçoamento para promoção por merecimento.

Foram também ministrados cursos de pós-graduação lato sensu, em turmas formadas por magistrados, servidores e outros profissionais do Direito.

E, finalmente, promoveram-se também cursos de rápida duração, abertos à comunidade jurídica em geral, com as mais variadas temáticas.

4 - Iniciativas para a saúde de magistrados e servidores

O sucesso das instituições depende de seu material humano, não se podendo olvidar, ainda, que a saúde psíquica e emocional do indivíduo está em grande parte relacionada com sua saúde física.

Por essas razões, a prevenção de enfermidades, bem com a atuação face a emergências médicas, constituem preocupações constantes da Presidência do Tribunal de Justiça.

4.1- atendimentos médicos, de enfermagem e odontológico

Somente na Capital, foram prestados 267.026 (duzentos e sessenta e sete mil e vinte e seis) atendimentos, assim distribuídos:

Número de atendimentos nos 15 prédios da Capital	
Ambulatoriais	57.321
Enfermagem	201.250
Odontológico	8.275
Plantões médicos e de enfermagem (em eventos da Capital)	180

4.2- Perícias médicas

Elevado também o número de perícias realizadas, não apenas para ingresso nos quadros do Tribunal de Justiça, mas também para a concessão de licenças ou aposentadorias:

Dados estatísticos consolidados da SAS 3 JAN/2014 a SET/2015			
	SAS 3.3	SAS 3.4	SAS 3
	Capital e Grande São Paulo	Interior	Total
Exames de Deficiência – Candidatos a servidor	89	137	226
Exames Admissionais – Candidatos a servidor	1.115	-	1.115
Exames de Ingresso - Magistratura (5º Constitucional)	14	-	14
Exames de Ingresso - Magistratura (Demais)	436	-	436
Perícias Médicas*	3.625	2.683	6.308
Perícias Documentais**	3.620	1.827	5.447
Servidores periciados	3.448	1.965	5.413
Magistrados periciados	28	-	28
Licenças concedidas até 15 dias	3.836	1.686	5.522
Licenças concedidas por mais de 15 dias	2.253	1.733	3.986
Aposentadoria por invalidez concedidas	68	28	96
Prevalência de doenças (CID 10)	Psiquiatria		
Nº de perícias realizadas	7245		11.755
Despesas com perícias	R\$ 989.395,00		
Pareceres de reconsideração, recurso, nova perícia e inconformismo (SAS 3.5)			1203
O valor de R\$ 989.395,00 (despesas com perícias) deve ser acrescido de R\$ 263.440,00, diferença entre os valores efetivamente pagos em cada mês e os recibos emitidos nos meses subsequentes, perfazendo um total de R\$ 1.252.835,00. *Perícia médica – ato pericial realizado pelo médico credenciado mediante pagamento. **Perícia documental – homologação de relatórios médicos realizados pelos médicos lotados na SAS 3, sem custo para o TJ.			

4.3- Vacinação contra gripe

Medida de grande importância, que melhora a qualidade de vida do servidor, além de minimizar faltas no trabalho, é a vacinação contra gripe.

No biênio, foram aplicadas 32.616 (trinta e duas mil e seiscentas e dezesseis) doses de vacina em magistrados e servidores do TJSP, além de 239 (duzentas e trinta e nove) doses em servidores terceirizados:

“Campanha de Vacinação contra a Gripe”	Atendimentos
De pessoas com mais de 60 anos	2.804
De pessoas com menos de 60 anos	32.616
Servidores terceirizados	239

RAJ	Doses de Vacinas aplicadas em	
	2014	2015
1ª	10.136	9.818
2ª	217	159
3ª	517	443
4ª	1.802	1.674
5ª	551	424
6ª	283	270
7ª	1.221	1.112
8ª	319	328
9ª	1.038	1.103
10ª	521	680
Total	16.605	16.011

4.4- Programas e campanhas de prevenção de doenças

Juntamente com a campanha de vacinação contra a gripe, foram realizados programas de prevenção de doenças, atingindo 50.033 servidores e magistrados, por meio das seguintes ações:

- 1) Prevenir Odontológico;
- 2) Dicas de bem estar e saúde a estagiários;
- 3) Semana da Hipertensão e Diabetes;
- 4) Programa de Hipertensão e Diabetes;
- 5) Simpósio “Qualidade de Vida no Serviço Público”;
- 6) Programa Saúde da Mulher;
- 7) Programa Saúde em Ação;
- 8) Campanha de Detecção da Hepatite C;
- 9) Programa de Ginástica Laboral;
- 10) Exposição – Doenças Sexualmente Transmissíveis;
- 11) Estudo sobre os aspectos jurídicos nos processos que envolvem dependência à nicotina;
- 12) Vamos Caminhar pela Saúde;
- 13) VIII Seminário “A Importância da Saúde na Gestão de Pessoas”;
- 14) IX Seminário “A Importância da Saúde na Gestão de Pessoas”;
- 15) Campanha de Doação de Sangue no TJ;
- 16) Cartilha “Dicas de Conduta Profissional”;
- 17) Programa de Saúde Ocular – Campanha de Prevenção ao Glaucoma;
- 18) Dia Mundial da Hepatite C;
- 19) Programa Saúde do Homem;
- 20) Programa Melhor sem Tabaco;
- 21) Campanha Regras de Conduta Profissional;
- 22) Programa Cuide do Seu Coração;
- 23) Lançamento do Projeto Medida Legal;
- 24) Outubro Rosa no Tribunal de Justiça;
- 25) Programa Prevenir - Cuide da Sua Mente;
- 26) Novembro Azul no Tribunal de Justiça;
- 27) Inclusão da pessoa com deficiência intelectual no TJ;
- 28) Emprego Apoiado para Pessoas com Deficiência;
- 29) Participação na Festa de Natal das Crianças Especiais;
- 30) Aula “Conceitos Atuais das Práticas de Promoção de Saúde e Prevenção de Doenças”.

4.5- Outras atividades

Além das atividades acima mencionadas, foram ainda adotadas as seguintes providências em favor da saúde de servidores e magistrados no biênio 2014/2015:

Secretaria da Área da Saúde 1

- a) Contratação de empresa prestadora de serviços de saúde para atuação no ambulatório do Complexo Judiciário “Ministro Mário Guimarães”;
- b) Implantação do “Sistema MED” nos ambulatórios médicos, em que se possibilita o prontuário e o agendamento eletrônico de atendimentos;
- c) Atualização dos protocolos de atendimento de urgência/emergência para as condições específicas dos ambulatórios da instituição, a fim de se uniformizar as condutas médica e de enfermagem, com base nas melhores evidências em medicina e orientação aos enfermeiros, na eventual indisponibilidade de médico no momento da demanda;
- d) Inauguração do ambulatório médico do Foro Regional de Santo Amaro em 03.07.14;
- e) Inauguração do ambulatório médico do prédio da rua Conselheiro Furtado nº 503, Direito Privado, em 10.08.15;
- f) Implantação de programa de combate à Dependência Química;
- g) Disponibilização das palestras gravadas dos programas de saúde para as Comarcas do Interior pela internet;
- h) Instalação de Ambulatório Oftalmológico, Centro de Reabilitação e Central de Vacinas no prédio localizado na Rua Bela Cintra.

Secretaria da Área da Saúde 3

- a) Isenção de imposto de renda e redução/isenção da contribuição previdenciária de magistrados e servidores, apenas nos casos em que a aposentadoria por invalidez decorrer de perícia no TJSP e, desde que, a doença geradora da aposentadoria esteja expressamente inserida nas hipóteses legais de isenção (neste caso não há perícia, mas apenas verificação do laudo emitido por junta médica);
- b) Treinamento relativo ao sistema informatizado de licença-saúde aos Administradores dos prédios da Capital – 1ª RAJ;
- c) Implantação do serviço de perícias médicas nas 4ª RAJ – Campinas e 9ª RAJ – São José dos Campos a partir de 5/5/14;
- d) Treinamento relativo ao sistema informatizado de licença-saúde aos administradores das 4ª RAJ – Campinas e 9ª RAJ – São José dos Campos;
- e) Instalação de Perícias Médicas (fase final): Continuação do projeto de instalação de Perícias Médicas Administrativas em magistrados e servidores da 5ª RAJ – Presidente Prudente, 7ª RAJ – Santos e 8ª RAJ – São José do Rio Preto, sendo que as salas de perícias já estão prontas para início dos trabalhos;
- f) Credenciamento de Médicos Peritos para as RAJs do Interior a serem instaladas e as RAJs já em funcionamento (em andamento);

g) Aperfeiçoamento do Sistema Informatizado de Perícia Médicas, implantado em 2013, com finalidade de obtenção de Relatórios para fins estatísticos, personalização de despachos, execução de perícias de posse e admissão, execução de perícias em magistrados, pedidos de reconsideração e recursos;

h) Participação em processo de pregão para aquisição de diversos equipamentos médicos, necessários para instalação dos consultórios nas salas de perícias das sedes das RAJs da Capital e Interior.

5 - Expansão e aprimoramento da atividade jurisdicional

A valorização dos quadros do Tribunal de Justiça e de suas condições de trabalho reflete diretamente na qualidade da atividade jurisdicional prestada. Mas não só. O aprimoramento e expansão da distribuição da justiça decorrem de uma série de medidas:

- A instalação de nova novas unidades judiciais;

- A atribuição de um novo protagonismo ao Judiciário, como fomentador do consenso e garantidor dos direitos humanos, numa verdadeira releitura dos dogmas da substitutividade e inércia jurisdicionais;

- A adoção de novas formas de gestão, com uso da tecnologia, e o emprego de práticas desburocratizantes, para aumento da produtividade e celeridade;

- O aperfeiçoamento de magistrados e a definição de novos rumos ao Poder Judiciário;

- A criação de novos instrumentos que solucionem 'gargalos' jurídicos e institucionais.

Vamos a elas.

5.1- Instalação de unidades judiciais

Na presente gestão foram instaladas:

a) 52 Varas Judiciais

Bariri, Bauru (2 Varas), F.R. Butantã – , Cachoeira Paulista, Capital, Carapicuíba, Cerqueira César, Garça, Iacanga, Ilha Solteira, Itapetininga, Itupeva, Jaboticabal, Jales, Leme, Lençóis Paulista, Lorena, Louveira, Mogi das Cruzes (2 Varas), Mogi Mirim, Olímpia, Panorama, Pirapozinho, Santa Cruz do Rio Pardo, Santana do Parnaíba, F.R. Santo Amaro – (12 Varas), Santos, São Carlos (2 Varas), São José dos Campos, São Pedro, Sertãozinho, Santa Bárbara D'Oeste, Santa Rita do Passa Quatro, Caçapava, Guarujá, Piracicaba, Rio Claro (2 Varas)

b) 10 DEECRIMs (Departamentos Estaduais de Execuções Criminais)

Araçatuba, Bauru, Campinas, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo, Sorocaba e Santos

c) 2 Anexos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

Ribeirão Preto e Suzano

e) 1 Anexo Judicial de Defesa do Torcedor

Instalado permanentemente no Fórum Central Criminal da Capital

d) 9 Setores de Execuções Fiscais

Américo Brasiliense, Ibiúna, Mairinque, Matão, Monte Mor, Nova Odessa, Porto Feliz, Várzea Paulista e Itápolis

e) 52 CEJUSCs (Centros Judiciários de Soluções de Conflitos e Cidadania)

Junqueirópolis, Osasco, Paraguaçu Paulista, Agudos, Cruzeiro Brodowski, Santa Fé do Sul, Santa Bárbara D'Oeste, Penápolis, Guaíra, Orlândia, Cajamar, Bastos, Monte Mor, Praia Grande, Conchal, Ourinhos, Boituva, Nazaré Paulista, Garça, Pirajuí, Pereira Barreto, Suzano, Barueri, São Carlos, São Joaquim da Barra, Itapeverica da Serra, Buritama, Salto Adamantina, Panorama, Sumaré, Caieiras, Várzea Paulista, Andradina, Iguape, Ubatuba, Cardoso, Itapeva, General Salgado, Tatuí, Hortolândia, Foro Regional da Vila Prudente, Ipuã, Ituverava, Queluz, Regente Feijó, Piedade, Santana de Parnaíba, Americana, Ouroeste e Santos

f) 2 Unidades Digitais de Atendimento Judiciário

Cesário Lange e Três Fronteiras

Ocorreram ainda:

g) 9 elevações de entrância

Botucatu, Caieiras, Cajamar, Campo Limpo Paulista, Capão Bonito, Ibiúna, Itapira, Jaguariúna e Taboão da Serra.

Departamento Estadual de Execuções Criminais:

Os Departamentos Estaduais de Execuções Criminais (DEECRIMs) foram criados pela Lei Complementar nº 1.208/13 e regulamentados pela Resolução Órgão Especial nº 616/13, para serem instalados em cada uma das sedes das 10 Regiões Administrativas Judiciárias do Estado de São Paulo.

Cada Departamento, uma vez instalado, passa a ter competência correccional sobre as unidades prisionais de abrangidas pela respectiva Região Administrativa, tendo ainda por atribuição o processamento de todas as execuções criminais iniciadas após sua instalação, em ambiência exclusivamente digital.

Antes do DEECRIM, competia a cada uma das comarcas o processamento as execuções criminais, em processo físico (situação que se manterá para os feitos em andamento).

Com sua instalação, haverá uma maior especialização, a padronização de rotinas, e o controle sistematizado de benefícios (progressão prisional, livramento condicional, etc) calculados de forma automática, o que permite melhor gerenciamento da movimentação processual e aumento de publicidade e produtividade, com evidentes reflexos na celeridade da prestação jurisdicional.

Na presente gestão, foram instalados os 10 DEECRIMs previstos – 1ª RAJ Capital (São Paulo), 2ª RAJ (Araçatuba), 3ª RAJ (Bauru), 4ª RAJ (Campinas), 5ª RAJ (Presidente Prudente), 6ª RAJ (Ribeirão Preto, este foi o primeiro a ser instalado, em maio de 2014), 8ª RAJ (São José do Rio Preto), 9ª RAJ (São José dos Campos), 10ª RAJ (Sorocaba) e 7ª RAJ (Santos).

Anexo de Violência Doméstica

A instalação dos Anexos de Violência Doméstica, vinculados a uma Vara Criminal, objetiva a implementação de políticas públicas que visem a garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares, com medidas integradas de prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Para a instalação destes anexos são firmados convênios com as Prefeituras Municipais das Comarcas de entrâncias intermediária e final, que se comprometem a fornecer espaço físico, computadores, pessoal de atendimento, além de assistentes sociais e psicólogos.

Anexo Judicial de Defesa do Torcedor

O Provimento CSM nº 2.258/15, alterou o Provimento CSM nº 2.203/15, ao prever o funcionamento permanente do Anexo Judicial de Defesa do Torcedor no Fórum Central Criminal da Capital – o que efetivamente ocorreu com sua inauguração em 26.05.15 –, e de modo itinerante, em instalações cedidas pela entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo ou pela entidade responsável pela organização da competição.

Outra novidade é que, além de processar e julgar os crimes de menor potencial ofensivo e os previstos no artigo 41-B do Estatuto do Torcedor, o Anexo terá competência para processar e julgar os crimes conexos a eles, praticados em eventos esportivos ou em decorrência, como, por exemplo, lesão corporal de natureza grave, associação de pessoas para a prática de crimes, entre outros. Os inquéritos policiais e os pedidos de natureza cautelar referentes a esses crimes serão distribuídos diretamente ao anexo.

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

Entendendo que a melhor solução para um conflito, em termos de eficácia e celeridade, é aquela dada pelas próprias partes litigantes, e com o intuito de promover o exercício da cidadania, a Presidência do Tribunal priorizou o projeto de expansão dos Centros Judiciários de Soluções de Conflitos e Cidadania no Interior.

No biênio de 2014/2015 foram implantadas 52 novas unidades, totalizando 152 CEJUSCs em todo o Estado.

Unidades Digitais de Atendimento Judiciário

Diante do interesse público em se facilitar o acesso à Justiça aos habitantes de municípios, distritos e bairros distantes das unidades judiciárias já instaladas no Estado, e da notória e crônica insuficiência orçamentária deste que é o maior Tribunal de Justiça do país, editou-se o Provimento CSM nº 2.251/15, prevendo a instalação das unidades digitais de atendimento judiciário.

Por meio de parcerias e convênios, entidades públicas e privadas se comprometem a disponibilizar e manter espaço físico, móveis, linha telefônica, equipamentos de informática, material de consumo, e funcionários em número suficiente para o desenvolvimento dos trabalhos. Já o Tribunal de Justiça tem por incumbência designar ao menos um servidor responsável, nível Chefe de Seção Judiciária, para a direção do trabalhos, sob a coordenação do Juiz responsável pelo Juizado Especial da Comarca ou Foro Distrital do Município atendido, salvo deliberação contrária do Conselho Superior da Magistratura.

As Unidades Digitais de Atendimento Judiciário têm competência para a recepção e o processamento de alimentos 'de balcão', pedidos da competência dos Juizados Informais de Conciliação, ações dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, além de guarda e visita consensuais, autorização de viagem, comunicação de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, comunicações do Conselho Tutelar, habilitação de pretendentes à adoção, controle do comparecimento periódico em processos e em execuções criminais, orientação e obtenção de certidões dos serviços extrajudiciais, observados os limites territoriais do Município conveniado.

5.2- Grupo de Apoio às Ordens Judiciais de Reintegração de Posse (GAORP)

Instituído pela Portaria nº 9.102/14, o Grupo de Apoio às Ordens Judiciais de Reintegração de Posse (GAORP) é uma iniciativa inédita e valorosa destinada a acompanhar ações de reintegração de posse de alta complexidade, com grande impacto social e com potencial violação de direitos humanos, seja em relação ao número de pessoas envolvidas, local ocupado e outras circunstâncias a serem ponderadas.

O GAORP, coordenado pelo Gabinete de Planejamento e Gerenciamento de Riscos e Crises (GPGR) do TJSP, é composto por autoridades integrantes do Governo Federal, Estadual e Municipal, das áreas

da segurança pública, desenvolvimento social e cidadania, e assuntos jurídicos, servindo como espaço interinstitucional de produção de soluções consensuais e/ou menos onerosa possível às partes envolvidas, com efetivo apoio a estas oferecido, bem como ao magistrado responsável pelo respectivo processo, em tudo o que for necessário.

Seus membros foram empossados pelo Presidente do TJSP em 26/11/14 e, nas reuniões que se sucederam, diversas ações de reintegração foram pautadas, com a presença dos integrantes do Grupo e de representantes das partes em litígio, com o firme propósito de resolver os conflitos através da conciliação ou, na impossibilidade, amenizar o desgaste causado às partes em decorrência de uma reintegração de posse.

Desde novembro de 2014, mês de instalação do GAORP, foram encaminhados ao Grupo 17 processos: 12 referentes a áreas privadas (sendo que um desses refere-se a recurso de apelação) e 5 de áreas públicas.

Seu ineditismo não impediu o desenvolvimento de ações exitosas. A criação do GAORP aumenta o protagonismo do Poder Judiciário, como centro irradiador de soluções pactuadas, com a participação das três esferas de Poder da República (União, Estado e Município) e das partes em conflito.

Podem ser citadas:

a) Comunidade Nelson Mandela: na primeira reunião realizada aos 16/12/14 sobre área ocupada em Osasco, de 200 mil m², na qual havia cerca de 3 mil barracos e 10 mil pessoas, a representante do MP vislumbrou a necessidade de elaboração de laudos sobre o local, pois havia informação nos autos de que a área era de preservação permanente; na reunião seguinte, de 9/03/15, nova manifestação ministerial reafirmou que os laudos comprovavam restrições ambientais, habitacionais e geológicas do terreno, impossibilitando a fixação de residências no local e que a decisão judicial de reintegração de posse deveria ser cumprida; foram concedidos 90 dias para a desocupação voluntária da área, sendo que a empresa autora e a Prefeitura de Osasco ofereceram apoio necessário às famílias para a efetivação do ato; excetuando-se alguns incidentes isolados, a desocupação foi pacífica, e considerada satisfatória pela Polícia Militar;

b) Vila Nova Cachoeirinha: na reunião realizada aos 16/12/14, sobre a área ocupada localizada na Av. Parada Pinto, na Capital, de 2 mil m² e aproximadamente 39 famílias, o autor da ação propôs o transporte de bens dos ocupantes, com a custódia dos pertences por 30 dias, e a entrega em local por eles determinados, sem prejuízo de cadastro das famílias nos programas habitacionais pela Prefeitura; embora nesta reunião os demandados não tivessem aceitado a proposta, em momento posterior, aos 16/4/15, o Juiz do processo comunicou ao GAORP que a desocupação tinha ocorrido de forma pacífica;

c) Estrada do Porto de Areia: na primeira reunião realizada aos 3/8/015, sobre área ocupada em Carapicuíba, localizada na antiga estrada do Porto de Areia, com quase 65 mil m², e 55 famílias instaladas, o Juiz Coordenador do GAORP, após os debates, sugeriu à juíza do processo que a Prefeitura apresentasse o cadastro contendo dados das 60 famílias, bem como a data da invasão da área a ser desocupada, o que foi deferido pela magistrada e aceito pelos presentes; na reunião seguinte, realizada dia 17/8/015, representantes dos moradores e demais partes do processo firmaram acordo no encontro; pela proposta da Prefeitura, ficou estabelecido o atendimento no programa “Minha Casa Minha Vida” para os ocupantes que se enquadrassem nos requisitos; as demais famílias com renda acima da permitida pelo programa, seriam atendidas com bolsa-aluguel, até conclusão de empreendimento habitacional na região do Pequiá; para os demais casos que não abrangidos nos referidos benefícios, seria concedido 6 meses de bolsa-aluguel; em contrapartida, os ocupantes da área (restrita à faixa identificada como necessária para a construção de um viaduto) deveriam desocupar o local em até 60 dias, de forma voluntária, nos próximos 45 dias, ou coercitivamente, nos 15 dias seguintes;

d) Guaianazes: em reunião ocorrida em 27/11/15, sobre área ocupada em Guaianases, zona leste da Capital, chamada pela mídia de ‘Pinheirinho 2’, que conta com 9.750 m² de área e aproximadamente 900 ocupantes, representantes dos moradores e do proprietário do terreno firmaram acordo; entabulou-se o encaminhamento da documentação necessária à Caixa Econômica Federal (CEF), assessorada pela

Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), para aprovação de projeto de construção de moradias sociais do programa Minha Casa, Minha Vida; até o momento em que o proprietário vier a receber da CEF o valor do imóvel, os ocupantes, em conjunto, pagarão aluguel mensal no valor de R\$ 40 mil (quarenta mil reais); aprovado o projeto de construção os ocupantes deverão deixar a área voluntariamente para execução da obra; o acordo, que implica ainda a suspensão da ordem de reintegração de posse, e que só será executada no caso de descumprimento; será encaminhado ao juízo da 2ª Vara Cível de Itaquera para apreciação e homologação, com a conseqüente extinção do processo.

5.3- Audiência de Custódia

Instituída pelos Provimentos Conjuntos nº 3/15 e nº 4/15 da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria Geral da Justiça, o projeto prevê a apresentação dos presos em flagrante ao Juiz competente, até 24 horas após a sua prisão. Depois da oitiva do detido, e das manifestações do Ministério Público e da Defesa, o magistrado decide pelo relaxamento do flagrante, sua conversão em prisão preventiva, ou concessão de liberdade provisória, com ou sem imposição das medidas cautelares do artigo 319 do Código de Processo Penal.

A medida é parte do equacionamento dos problemas de superlotação do sistema penitenciário do Estado, pois objetiva manter a custódia dos presos em flagrante quando isso for estritamente necessário, nos estritos termos da lei. Além disso, dá efetividade à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (pacto de San Jose da Costa Rica), da qual o Brasil é signatário, e que em seu artigo 7º, item 5, dispõe: “toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais”.

O projeto piloto foi implantado na Capital, no Fórum Criminal da Barra Funda. No período de 24/2/15 até 29/9/15 foram realizadas 9.532 audiências, decidindo-se por:

- a) 496 relaxamentos de prisão;
- b) 53 liberdades provisórias sem fiança;
- c) 31 liberdades provisórias com fiança;
- d) 2.645 liberdades provisórias sem fiança e com medida cautelar;
- e) 923 liberdades provisórias com fiança e com medida cautelar;
- f) 5.349 conversões em prisão preventiva;
- g) 4 conversões de prisão preventiva em domiciliar (CPP art. 318);
- h) 763 encaminhamentos assistenciais.

Os resultados foram positivos e há estudos em andamento para ampliação das audiências de custódia para o interior do Estado e para os plantões de finais de semana e recesso forense.

5.4- Semana Nacional da Conciliação (SENACON)

A fim de incentivar e promover a solução amigável de conflitos, o Tribunal de Justiça de São Paulo participou das 9ª e 10ª edições da Semana Nacional de Conciliação, evento promovido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Na capital paulista, as audiências pré-processuais cíveis e de família da SENACON ocorreram em tenda montada no Parque da Água Branca, contando no ano de 2015 com 42 salas de audiência e o trabalho de 260 pessoas, entre conciliadores, servidores, juizes, promotores e defensores.

Nos dois anos, o evento foi um grande sucesso:

Ano	Número de audiências	Acordos gerados/ percentual de êxito / movimentação econômica
2014	2.176	- 1.984 acordos - êxito em 91% dos conflitos apresentados - movimentação de R\$ 4.470.507,04
2014	1.060	- 955 acordos - êxito em 90% dos conflitos apresentados - movimentação de R\$ 2.900.000,00

Além das sessões realizadas no Parque da Água Branca, a Justiça de São Paulo promoveu sessões de conciliação em todo o Estado. E afora as questões cíveis e de família, a Senacon propiciou também a realização de audiências criminais, homologações de transação penal, composições cíveis e suspensões condicionais de processos.

5.5- Divulgação à população de alternativas à judicialização dos conflitos

Na presente gestão, divulgou-se à população alternativas à judicialização de conflitos. Buscou-se com isso aumentar a eficiência e produtividade do Tribunal de Justiça, uma vez que o deslocamento de demandas mais simples, para a via consensual, permite o uso da máquina judiciária para imprimir maior celeridade às demandas que efetivamente carecem da apreciação do Estado-Juiz.

Criaram-se folders, cartazes e banners. Desenvolveu-se também uma cartilha de orientação, que se encontra disponível no Portal do Tribunal de Justiça na internet para consulta, download e impressão, com distribuição de 19.950 exemplares de sua versão impressa para os seguintes órgãos:

LOCAL	QUANTIDADES
Subprefeituras	6.200 exemplares
PROCONS	2.750 exemplares
ARISP (cartórios extrajudiciais)	2.750 exemplares
Poupatempo	2.750 exemplares
Comarcas de Entrância inicial	5.500 exemplares
TOTAL	19.950 exemplares

5.6- Cartório do Futuro – Unidade de Processamento Judicial (UPJ)

No segundo semestre de 2014, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em iniciativa inédita no Brasil, inaugurou projeto que pretende prover varas judiciais de mesma competência com um único escritório judicial (no máximo cinco varas por cartório), a denominada Unidade de Processamento Judicial (UPJ), também conhecida como “Cartório do Futuro”.

Um escritório único passa a concentrar todas as atividades administrativas e cartorárias relacionadas ao andamento dos feitos de todos os juízos. A unificação de cartórios torna mais eficiente divisão de tarefas, e melhor aproveita o espaço físico e os recursos humanos. Isso possibilita ainda a liberação de servidores para o apoio e auxílio aos gabinetes dos magistrados, com o consequente aumento da produtividade.

Os espaços anteriormente ocupados pelos cartórios são reunidos em um só ambiente, que conta com uma estrutura anexa para atendimento ao público. O novo modelo está dividido em quatro seções: (1) processamento, (2) movimentação (controle de prazos), (3) atendimento ao Público, e (4) administrativa, esta última ligada diretamente ao Juiz Corregedor Permanente. Segundo o novo formato, cada um dos dez magistrados dispõe de uma sala individual, além de outra destinada à equipe do gabinete, que agora conta com quatro servidores e dois estagiários. As salas de audiências foram reduzidas a quatro, e – mais uma novidade – cuja utilização é compartilhada, por meio de agenda eletrônica, a fim de permitir a conciliação de pautas.

Pode-se afirmar que está em curso um verdadeiro laboratório que visa aumentar a produtividade e a expertise do Tribunal de Justiça de São Paulo nesta forma de gestão, visto que as UPJs, instaladas até momento, têm diferentes perfis se considerado o tipo preponderante de processo em tramitação.

1ª fase do projeto:

Para a implantação do projeto piloto, nas 41ª, 42ª, 43ª, 44ª e 45ª Varas Cíveis Centrais da Capital, o Tribunal promoveu a reforma integral do 14º andar do Fórum João Mendes Jr. A 1ª fase do projeto-piloto iniciou suas atividades em 17/11/14, com 18 mil processos, preponderando o trabalho com processos digitais (sendo 5 mil físicos e 13 mil digitais).

2ª fase do projeto:

A iniciativa exitosa produziu frutos, e uma 2ª UPJ foi instalada em 5/10/15, no Foro Regional de Santo Amaro, a abranger 11 varas digitais, sendo seis cíveis (9ª a 14ª) e cinco varas de Família e Sucessões (7ª a 11ª). Nesta UPJ o processamento é inteiramente digital.

3ª fase do projeto:

A 3ª UPJ, agrupando as 26ª, 27ª, 28ª, 29ª e 30ª Varas Cíveis Centrais da Capital foi inaugurada em 11/11/15. Nesta fase, prepondera o trabalho com processos físicos, já em tramitação, visto estas varas judiciais são mais antigas, se comparadas com aquelas das 1ª e 2ª fases do projeto.

O funcionamento e produtividade da iniciativa estão sendo acompanhados pela E. Corregedoria Geral da Justiça.

5.7- Unidade remota de processamento digital (URPD)

A Unidade Remota de Processamento Digital do Estado de São Paulo (URPD) foi criada pelo Provimento Conjunto nº 11/15 da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria Geral da Justiça.

Com a crescente implantação do processo digital, não se mostra mais necessário o processamento dos feitos digitais no mesmo local físico em que instaladas as varas judiciais. A iniciativa busca a fixação de uma equipe de processamento digital no Fórum Central Cível da Capital, com competência para auxiliar,

de maneira remota (a distância, virtualmente), no cumprimento de processos digitais de qualquer unidade judicial de 1ª Instância do Estado, e que esteja apresentando atrasos ou dificuldades de processamento, a critério da Presidência ou da Corregedoria Geral da Justiça.

A URPD foi inaugurada em 8/10/15, e é integrada por 30 (trinta servidores).

5.8- Petição com código de barras

A iniciativa consiste na utilização, por opção do advogado, da impressão do número do processo com fonte vinculada ao código de barras na petição intermediária, o que agilizará o protocolo, uma vez que o servidor que a recepciona fará a leitura com o leitor óptico, sem a necessidade de digitar o número completo do processo, que contém 13 dígitos. O procedimento é simples, bastando ser baixada a fonte de letra do word, cujo manual está disponibilizado no Portal do TJSP.

5.9- Certidão cível na Capital pela internet

Na presente gestão possibilitaram-se o pedido de certidão, emissão do boleto de pagamento e impressão da certidão cível da Capital pela internet, evitando o deslocamento dos interessados aos prédios dos fóruns.

Trata-se, mais uma vez, da aplicação dos recursos tecnológicos a favor da prestação jurisdicional mais célere e eficiente. Aos servidores que faziam o atendimento ao público, nos setores de certidões cíveis, foram atribuídas novas competências, relacionadas à atividade fim do Tribunal de Justiça. Readequou-se o espaço físico ocupado pelos setores de certidões cíveis da Capital, que foram esvaziados do público externo.

5.10- Integração do SAJ com o Portal da Defensoria

A integração SAJ/Portal da Defensoria tem por escopo a indicação de advogados e emissão de certidão de honorários eletrônica, via Webservice.

A requisição e a indicação de advogados ocorrem por meio do acesso ao sistema da Defensoria, eliminando o formato anterior com trâmite em papel. Quanto à certidão de honorários, minimizaram-se os campos a serem preenchidos pelas unidades cartorárias. As inovações economizam tempo, recursos humanos, materiais e suprimentos, inclusive de informática, do TJSP e da Defensoria.

O sistema foi implantado em todo o Estado, nas competências Criminal, do Juizado Especial Criminal e da Infância Infracional.

5.11- Mandado de citação com senha e sem contrafé

Criou-se funcionalidade no sistema informatizado SAJ-PG5 para emissão do mandado de citação, nos processos eletrônicos, sem a necessidade de instrução da contrafé: possibilita-se a consulta dos autos digitais mediante a utilização da senha impressa no corpo do mandado, o que dispensa a impressão da contrafé.

É medida de desburocratização, eficiência e produtividade, que proporciona economia de papel (sustentabilidade e redução de custos) e otimização das atividades cartorárias.

5.12- Curso de aperfeiçoamento para magistrados

A participação de magistrados em cursos oficiais de aperfeiçoamento e promoção está prevista no artigo 93, IV, da Constituição Federal, sendo, pois, adequado instrumental à norma-princípio de eficiência da gestão pública, ao convergir para o direito dos jurisdicionados e da sociedade em geral à obtenção de um serviço de qualidade na Administração de Justiça.

Com esse intuito, o Provimento CSM nº 2.179/14 criou cursos de aperfeiçoamento de magistrados, que são promovidos pela Escola Paulista da Magistratura, como forma de efetivar a capacitação permanente e a formação continuada dos juízes de primeiro grau de jurisdição. Direcionada àqueles que se movimentarem na carreira mediante promoção, remoção ou permuta, dispõe a norma que o juiz deverá, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da movimentação, iniciar curso de aperfeiçoamento na(s) área(s) do Direito da respectiva Vara, especializada ou cumulativa, para a qual ocorreu a movimentação.

Iniciado pela Assessoria Jurisdicional, o projeto, para sua normatização, conta com a importante colaboração da Escola Paulista da Magistratura e de todos os integrantes do Conselho Superior da Magistratura.

Paralelamente, a Presidência ofereceu o I Curso de História da Ética, credenciado na Escola Nacional de Formação de Magistrados (ENFAM) e oferecido a juízes de direito de São Paulo e de mais de 10 Estados da federação, com perfil multidisciplinar e crítico.

Foram ainda aprovados os Provimentos nºs 2.219/14 e 2.226/14 pelo Conselho Superior da Magistratura, com a finalidade de aperfeiçoar o Provimento nº 2.179/14.

5.13- Projeto de implantação do Boletim Informativo de Jurisprudência (BIJ)

Proposta desenvolvida em parceria com a Diretoria de Gestão do Conhecimento Judiciário (DGJUD), busca viabilizar a sistematização da jurisprudência do TJSP, a partir de convênios com instituições de ensino, para aperfeiçoar a comunicação com a sociedade civil e os profissionais da área jurídica, de modo a atender, inclusive, ao dever de eficiência da gestão pública.

5.14- Congresso ‘Justiça & Imprensa – Temas e Propostas’

Organizado pelo Gabinete Civil da Presidência, em parceria com a Associação Paulista de Magistrados – Apamagis e as Organizações Globo, o Congresso ocorreu no dia 5 de setembro de 2014, na sede da Academia Paulista de Letras.

O evento contou com a presença de ministros do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça, desembargadores e juízes do Tribunal de Justiça de São Paulo, e foi dividido em mesas que se propunham a apontar caminhos para instigantes questões do Poder Judiciário.

5.15- 101º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil

No período de 4 a 6 de dezembro de 2014, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo sediou e organizou o 101º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, evento que contou com exposições de importantes autoridades, tais como o ministro Ricardo Lewandowski (Presidente

do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça) e o ministro Paulo Dias de Moura Ribeiro (Superior Tribunal de Justiça).

Ao final do Encontro, foi publicada a “Carta de São Paulo”, que fixou as diretrizes a serem seguidas pelos Tribunais de Justiça do Brasil:

a) Incentivo à solução consensual de controvérsias e a desjudicialização dos conflitos de interesses, a exemplo do eminente trabalho desenvolvido pelos Centros Judiciais de Solução de Conflitos (CEJUSCs), no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;

b) Ficou definido que os Tribunais de Justiça teriam a plena autonomia para a implantação do processo judicial eletrônico, flexibilizando os termos da Resolução 185/13 do Conselho Nacional de Justiça, notadamente quanto ao seu artigo 44;

c) Os Tribunais de Justiça foram conclamados a se unirem em um grande esforço nacional de combate à malversação do dinheiro público, dando ênfase aos objetivos da Meta 4 do Judiciário Nacional, ampliando o seu alcance para todos os processos que envolvam a corrupção sob qualquer de suas formas;

d) Manifestaram ainda, integral apoio às iniciativas do ministro Ricardo Lewandowski, presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, no sentido de que sejam alocados recursos orçamentários e humanos aos Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) previstos na Resolução CNJ 96/2009.

5.16- Regulamentação de honorários periciais nas ações de desapropriação

Foi instaurado expediente administrativo por provocação da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, em que se propugnava pela normatização do pagamento de honorários periciais aos peritos nas ações de desapropriação.

Após o devido processamento, a comissão formada para estudar a proposta concluiu, ao final, ser inócua qualquer tentativa do TJSP de providenciar a regulamentação de eventuais parâmetros a orientar magistrados para o arbitramento de honorários, por se tratar de matéria eminentemente jurisdicional.

A Presidência decidiu então pelo arquivamento do expediente, determinando a extração de cópia integral do relatório final da Comissão, com seus anexos, para encaminhamento ao CAJUFA (Centro de Apoio aos Juizes da Fazenda), para servir de informação e subsídio aos magistrados, caso tenham interesse, quanto aos elementos levantados durante os trabalhos da comissão.

5.17- Custeios de perícias pelos fundos de direitos difusos da lei de ação civil pública

Na presente gestão, propugnou-se pela destinação de parte dos depósitos dos fundos de direitos difusos da lei de Ação Civil Pública (artigo 13 da Lei nº 7.347/85) para fins de produção de perícias em ações civis públicas de reparação de danos e de improbidade administrativa.

Atualmente o fundo é gerido pelo Poder Executivo, inexistindo qualquer repasse ou previsão de empenho para o custeio de perícias judiciais em ações civis públicas.

Iniciou-se em julho de 2014, em parceria com a Vice-Presidência, um trabalho junto ao Ministério Público Estadual com vistas à elaboração de um projeto de lei, a ser posteriormente apresentado ao Poder Executivo, para a alteração da legislação estadual.

A medida resolveria um dos principais entraves ao andamento de ações com esta natureza.

5.18- Comarcas de difícil provimento

Iniciaram-se os estudos para elaboração e encaminhamento de projeto de lei que define e indica as Comarcas de difícil provimento do Estado de São Paulo e dispõe sobre a concessão de retribuição pecuniária aos magistrados nelas lotados (artigo 65, X, da LC nº 35/79, e artigo 5º, I, da Res. CNJ nº 13/06).

5.19- Juízos privativos para conflitos fundiários urbanos e agrários

Criou-se Grupo de Trabalho com a missão de pensar e projetar as varas especializadas e câmaras reservadas em conflitos fundiários urbanos e agrários no âmbito do Estado de São Paulo.

5.20- Aperfeiçoamento do NURER da Presidência

Os Núcleos de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos (NURER) foram criados pelo Conselho Nacional de Justiça (Resolução nº 160/12) para a especialização dos servidores dos Tribunais encarregados do processamento de Recurso Extraordinário e Recurso Especial e do gerenciamento do acervo desses recursos, decorrente dos institutos da repercussão geral e dos recursos repetitivos.

O Tribunal de Justiça de São Paulo criou 5 (cinco) NURERs, vinculados à Presidência, Vice-Presidência e às Seções de Direito Público, Direito Privado e Direito Criminal (Provimento CSM nº 2019/12).

A cada um deles incumbe auxiliar a Diretoria de Assistência Técnica da respectiva competência e ao primeiro também o auxílio aos Colégios Recursais e às Varas de Execuções Fiscais: uniformizam e informatizam o procedimento de gestão dos processos submetidos à sistemática da repercussão geral e recursos repetitivos; subsidiam a seleção dos recursos representativos da controvérsia, pelos órgãos competentes; monitoram os recursos dirigidos aos Tribunais Superiores; mantêm dados atualizados sobre os recursos sobrestados, identificando o acervo a partir do tema e do recurso paradigma, encaminhando ao STF, STJ e CNJ relatórios trimestrais.

No ano de 2015, por meio da Assessoria de Assuntos Jurisdicionais, foram empreendidas ações para aperfeiçoar o NURER da Presidência, tais como:

- a) Aprovação da programação desenvolvida para a multiplicação da expertise aplicada no Tribunal aos Colégios Recursais, com o fim de viabilizar a uniformização, a padronização e o controle dos processos sobrestados em razão da sistemática de repercussão geral e recursos repetitivos, com expedição de ofícios aos destinatários;
- b) Envio de ofícios orientadores aos Colégios Recursais quanto ao tempo de aplicação dos leading cases no juízo de conformidade dos temas com trânsito em julgado, para a efetiva aplicabilidade da sistemática dos artigos 543-B e 543-C do Código de Processo Civil;
- c) Estudos para o desenvolvimento, pela STI, do Sistema Nurer destinado a realizar o controle eletrônico dos processos sobrestados, a cientificar os aplicadores do direito dos temas paradigmas, a monitorar os recursos representativos da controvérsia dirigidos ao STF ou STJ, e a viabilizar a extração de dados estatísticos para encaminhamento ao CNJ;
- d) Reuniões realizadas com os demais Nurers para a uniformização e padronização dos procedimentos adotados aos processos submetidos à sistemática dos artigos 543-B e 543-C do Código de Processo Civil, além das reuniões com a STI e Softplan voltadas ao desenvolvimento de novas funcionalidades no sistema SAJ, com a finalidade de que todas as aplicações constantes do sistema Nurer sejam inseridas em um único sistema;

e) Previsão de projeto de ajuste do Sistema Nurer, após a entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil, para albergar os novos institutos, se o caso, (IRDR – Incidente de Resolução de Demanda Repetitiva e Assunção de Competência);

f) Previsão para o incremento do Sistema com a realização do projeto Minuto Nurer, destinado à criação de vídeo-aulas de 1 minuto sobre dúvidas pertinentes à sistemática de repercussão geral e recursos repetitivos.

5.21- Oitiva de presos por videoconferência

A Assessoria para Assuntos de Segurança Pública elaborou proposta, encaminhada a Deputado Federal, para alteração do Código de Processo Penal (artigos 185, 217 e 222), que tornasse obrigatória a oitiva de presos por videoconferência, evitando o perigoso, custoso e desgastante deslocamento de presos pelas vias públicas.

5.22- Guarda regionalizada de armas de fogo

Medida adotada para que as armas vinculadas a processos judiciais, de todas as Comarcas do Estado, e que não podem ser destruídas, sejam guardadas nos Depósitos Judiciais de Armas (DJA), localizados em Batalhões da Polícia Militar.

Nos 36 (trinta e seis) depósitos disponibilizados pela Polícia Militar, foram instalados 81 (oitenta e um) conjuntos de prateleiras porta-paletes, além de terem sido adquiridos 2.075 (dois mil e setenta e cinco) cunhetes (grandes e pequenos) para o acondicionamento de armas de fogo nos DJA's e Setores de Armas das Comarcas.

O Sistema Gestor de Armas foi finalizado, autorizando-se o início das transferências das armas para os depósitos das Comarcas que possuem estabelecimentos prisionais em suas bases territoriais.

Com a remessa das armas para depósitos da Polícia Militar é possível empregar recursos humanos e espaços físicos na atividade-fim propriamente dita. Além da melhoria na prestação jurisdicional, pode-se citar a contribuição desse projeto para a promoção da segurança dos servidores, haja vista que a guarda de armas nos prédios dos fóruns pode despertar o interesse de organizações criminosas.

Todas as medidas foram adotadas sem prejuízo da destruição das armas por ordem judicial. Até o mês de novembro de 2015, haviam sido destruídas 7.072 (sete mil e setenta e duas) armas de fogo e 4.048 (quatro mil e quarenta e oito) armas brancas, além de projéteis e explosivos.

5.23- Sessões do E. Órgão Especial, do C. Conselho Superior da Magistratura e da D. Câmara Especial de Presidentes

No biênio de 2014/2015, o Presidente Nalini, presidiu as seguintes sessões:

	Número de sessões presididas 2014/2015	Declarações de voto (inclusive como relator)
E. Órgão Especial	60	282
C. Conselho Superior da Magistratura	115 (25 presenciais e 90 virtuais)	18
D. Câmara dos Presidentes	8	16

6 - Informatização das atividades do Tribunal de Justiça

A utilização das novas tecnologias de comunicação, na chamada “Sociedade da Informação”, assim definida pela simultaneidade da transmissão das informações, produção exponencial do conhecimento e virtualização das relações, é fator decisivo para o sucesso de qualquer atividade contemporânea.

Com o Poder Judiciário não poderia ser diferente, e outra alternativa não resta aos seus gestores senão curvar-se a essa inexorável realidade, benéfica, se considerarmos que essa ambiência favorece a concretização do direito constitucional à razoável duração dos processos, a diminuição dos elevados custos com a movimentação da máquina judiciária, e a ampliação do acesso ao Estado-Juiz, conquanto todas as formas de autocomposição de litígios devam ser estimuladas.

Com esse intuito, foram realizadas as seguintes medidas:

6.1- Projeto 100% Digital

Atingiu-se a meta do projeto 100% Digital. Agora, em todas as 331 comarcas do Estado, os novos processos serão recebidos apenas no formato digital, ou seja, não entrará mais nenhuma ação em papel no Judiciário paulista.

Os benefícios proporcionados pela digitalização são muitos. O chamado “tempo morto” — período em que o processo fica parado ou tramita apenas burocraticamente — praticamente acabou. Procedimentos como carga física, subida de petições do protocolo, realização da carga e juntada física dos documentos foram substituídos pela agilidade da tramitação eletrônica.

O processo digital elimina a perda de tempo com deslocamentos, dentro e fora do fórum, que oneram o dia a dia de servidores e advogados. Com o novo sistema, tanto o ajuizamento da ação, quanto os demais peticionamentos são feitos diretamente pelo portal na internet, disponível 24 horas por dia, inclusive em fins de semana e feriados. O processo digital é transparente e seguro. As consultas podem ser feitas de qualquer lugar, sem a necessidade de as partes e advogados irem ao fórum.

Além do treinamento de servidores e implantação, ocorrido em 2015, está prevista a reciclagem de dois dias em todas as unidades que foram transformadas em híbridas/digitais.

A diminuição no uso do papel também beneficia o meio-ambiente. A expectativa é que daqui a 5 (cinco) anos o TJSP tenha poupado 115.172 árvores – equivalente a 1.035 campos de futebol –, reduzindo a emissão de gás carbônico em 13.507 toneladas (poluição igual à de 7,03 milhões de carros) e economizado 446.226 m³ de água, suficientes para encher 178 piscinas olímpicas.

O TJSP é a maior Corte do Brasil, com 20,2 milhões de ações. E 14% desse montante são ações que já foram recebidas em formato digital ao longo da implantação do sistema. Os processos que hoje tramitam em papel finalizarão no mesmo formato.



6.2- Informatização dos sistemas judiciais e administrativos

Além de todas as novas ações judiciais ingressarem apenas em formato digital, busca-se a informatização de todos os setores do Tribunal de Justiça, sejam eles relacionados às áreas judiciais ou às áreas administrativas.

São desenvolvidos projetos de sistemas judiciais e administrativos pela Assessoria e a Secretaria de Tecnologia da Informação, que contavam, até novembro deste ano, com os seguintes percentuais concluídos:

Sistemas judiciais:

- a) Varas Digitais (em sua maioria Varas Cíveis, representando o universo de 40% das Varas Judiciais) → 100% concluído
- b) Varas Cumulativas e Criminais (a representar o universo de 60% das Varas Judiciais) → 3% concluído
- c) Execuções Fiscais (Varas Especializadas da Fazenda Pública, Setor de Execuções Fiscais - SEF, Serviço de Anexo Fiscal - SAF):
 - Execução Fiscal Municipal → 1% concluído
 - Execução Fiscal Estadual → 62% concluído
- d) Vara das Execuções Criminais → 1% concluído
- e) DEECRIM → 90% concluído
- f) DEPRE → 40% concluído
- g) SAJ 2º grau → 100% concluído
- h) Colégios Recursais Interior → 100% concluído

Sistemas administrativos:

- a) SGRH → 68% concluído
- b) SPRH → 59% concluído
- c) SAS → 56% concluído
- d) SAD/SOF/SAB Capital → 60% concluído
- e) SAD/SOF/SAB Interior → 30% concluído
- f) SEMA → 50% concluído
- g) CPA DIGITAL NAS DARAJs → 100% concluído
- h) B.I. → 80%

6.3- Outros projetos na área de informática

Foram também empreendidos os seguintes projetos:

- a) Finalização da expansão do sistema de frotas para todas as comarcas e respectivas DARAJs;
- b) Expansão para as Secretarias do módulo de substituição eventual;
- c) Implantação do Sistema de Precatórios – módulo de mapa orçamentário;
- d) Expansão para todo o Estado do Precatório Eletrônico – juízos de origem;
- e) Habilitação do acórdão eletrônico e do fluxo do processo eletrônico para o Conselho Superior da Magistratura;
- f) Implantação do SAJ-SG para feitos de origem nas Varas de Registro Público e que tramitam em grau de recurso na DICOGE;
- g) Implantação da Comissão Processante Permanente – atualização do sistema para versão 5 e migração dos dados;
- h) Implantação do Portal do Magistrado – habilitação de formulários eletrônicos para requisição de auxílio sentença e auxílio mudança;
- i) Implantação da Certidão Estadual on-line;
- j) Início do projeto-piloto de Distribuição Automática;
- k) Implantação do Inquérito Policial Eletrônico (70% concluído);
- l) Projeto de Integração com SSP/SAP (10% concluído);
- m) Projeto de Integração com Fundação Casa e SMADS (10% concluído);
- n) Projeto de Integração com TRE/SP (30% concluído);
- o) Termo de Cooperação com a Defensoria – informações diárias sobre réus e presos (80% concluído);
- p) Implantação da Resolução 46/CNJ (movimentos) no sistema SIVEC (100% concluído);
- q) O Webconnection, para utilização do Sistema SAJ, foi implantado para os Oficiais de Justiça e posteriormente houve expansão para utilização por escreventes que participam do programa “Home office” e servidores lotados em gabinetes de magistrados;
- r) Projeto Escritório Digital: desenvolvimento de interfaces para integração dos sistemas Judiciais do TJSP ao Escritório Judicial, software desenvolvido pelo CNJ para integrar os sistemas Processuais dos Tribunais Brasileiros e permitir ao usuário centralizar em um único endereço eletrônico a tramitação dos processos de seu interesse no Judiciário (53% concluído);
- s) Assinatura em Segundo Plano: otimização do trabalho dos magistrados e dirigentes de unidades cartorárias, no sentido de possibilitar a eles trabalharem em outras demandas enquanto o sistema assina automaticamente o lote de documentos já prontos (48% concluído);
- t) Citação Eletrônica PGE: implantação de funcionalidade no sistema SAJ/PG, que permita o envio de citação

eletrônica aos processos e que a Fazenda Pública do Estado é parte passiva (57% concluído);
u) Solução de Nuvem Privada (VMWARE): aquisição e ampliação da solução de virtualização de servidores com consequente construção de nuvem privada (87% concluído).

6.4- Modernização da infraestrutura e dos softwares do Tribunal de Justiça

Para o suporte das inovações tecnológicas pretendidas, foram modernizadas as instalações e equipamentos existentes nos prédios, e também adotadas novas soluções quanto aos softwares empregados pelo Tribunal de Justiça.

Destacam-se:

- a) Interligação por fibra ótica de 41 (quarenta e um) prédios centrais e regionais do TJSP, com links de 100 Mbps até 2 Gbps (100% concluído);
- b) Instalação de infraestrutura e suporte para o projeto Home Office que possibilita ao funcionário acessar os sistemas de 1º grau diretamente de sua residência;
- c) Projeto de acesso eletrônico à base de dados do Serasa, com uso de certificação digital, direcionado inicialmente aos magistrados e servidores das 45 (quarenta e cinco) Varas Cíveis do Fórum João Mendes e das 2 (duas) Varas do Juizado Especial Cível Central, com previsão de gradativa expansão para todo o Estado;
- d) Instituição do peticionamento eletrônico para os cartórios extrajudiciais;
- e) Implantação de botão de acesso ao Diário de Justiça Eletrônico – DJE para download facilitado do Caderno 1, acessível por smartphones com sistema IOS ou ANDROID;
- f) Implantação do modelo eletrônico da Revista de Jurisprudência do TJSP que pode ser livremente acessada, consultada e colecionada;
- g) Adição e substituição de ativos concentradores de rede (switches) e cabos de rede de conexão central, em todas as localidades do TJSP até a quantidade de 3.600 unidades/108.000 (30% concluído);
- h) Implantação do Setor de Gestão de Demandas, com elaboração do catálogo de serviços da STI e direcionamento de um único canal de entrada para as demandas recebidas pela STI;
- i) Implantação do Setor de Governança, Gestão e Planejamento dos Projetos de TI;
- j) Elaboração do Planejamento Estratégico de TI para o período de 2015-2020;
- k) Trabalho em conjunto com a SOF para saneamento dos contratos de TI e liberação de saldos de empenho não utilizados;
- l) Elaboração de controles e monitoramento dos Serviços de TI;
- m) Assinatura do contrato de unificação do suporte SAJ;
- n) Execução de 9.202 (nove mil duzentos e dois) novos pontos de rede;
- o) Execução de 15.014 (quinze mil e quatorze) novos pontos de elétrica;
- p) Instalação de 172 (cento e setenta e duas) novas centrais de atendimento;
- q) Contratação de nova empresa para execução de 20.000 (vinte mil) pontos de rede lógica e 40.000 (quarenta mil) pontos de rede elétrica;
- r) Contratação de novo serviço de Service Desk, abrangendo o atendimento remoto dos funcionários e magistrados no teletrabalho e conveniados na instalação e configuração do sistema SAJ, bem como a ampliação do quantitativo de técnicos do atendimento presencial;
- s) Fornecimento de 3.000 (três mil) microcomputadores;
- t) Troca de 10.727 (dez mil, setecentos e vinte e sete) impressoras em decorrência de renovação do contrato;
- u) Distribuição de 2.971 (dois mil novecentos e setenta e um) novos computadores.

6.5- Treinamento e suporte aos servidores

De nada adiantaria a informatização dos processos judiciais e dos procedimentos administrativos sem o adequado treinamento e suporte de servidores.

Nesse sentido:

- a) Desenvolveu-se novo treinamento por intermédio da Escola Judicial de Servidores;
- b) Implantou-se o programa “Minuto Digital”, com dicas rápidas para utilização do sistema SAJG5 e sistemas de 1º e 2º grau e de Recursos Humanos;
- c) Criou-se programa de atendimento especial aos Gabinetes dos Desembargadores;
- d) Realizou-se curso de ITIL (Information Technology Infrastructure Library – Biblioteca de Informações de Infraestrutura de TI): trata-se de um manual de boas práticas para gerenciamento de processos de TI, com treinamento oferecido a aproximadamente 80 gestores da STI, em módulos de 40 horas;
- e) Ofereceu-se Treinamento de Gerenciamento de Projetos/Talk Chalk, dividido em 05 módulos: oferecido a todos os Diretores, Coordenadores, Supervisores e gestores de Projetos da STI;
- f) Foram realizados cursos de Switching (HP), de Software de Gerenciamento de Rede (IMC/HP), Thoubleshooting de Incidentes, Workshop SCOM;
- g) “Maratona de dúvidas”: realizaram-se reuniões com os servidores, em cujas unidades judiciais houve migração de processos para o sistema SAJ/PG5, para explicação das alterações de algumas rotinas cartorárias e procedimentos dos setores de distribuição e protocolo, inclusive com transmissão EAD para atingir o maior número de participantes possível;
- h) Reciclagem do sistema SAJ – Processo Digital: treinamento com aulas práticas dos procedimentos no sistema informatizado digital SAJ-PG5, ministradas pela SPI 4 sob a organização da EJUS, com participação de um terço dos servidores de cada unidade judicial, indicados pelo Coordenador, para que depois repliquem o conhecimento aos demais colegas.

Foram atendidos:

- a) 192.157 (cento e noventa e dois mil, cento e cinquenta e sete) usuários;
- b) 132.641 (cento e trinta e dois mil, seiscentos e quarenta e um) chamados do SAJ;
- c) 206.429 (duzentos e seis mil, quatrocentos e vinte e nove) chamados do Help Desk Interno.

7 – Patrimônio e contratos

Há um esforço constante da Presidência do Tribunal de Justiça em melhorar as condições de trabalho de servidores e magistrados, e também de atendimento do jurisdicionado, o que passa pela conservação, reforma e mesmo mudança de prédios, conforme o caso.

A viabilização de tais medidas, em tempos de contingenciamento econômico, exigem redobrada responsabilidade, com observância da legalidade, interesse público, economicidade e eficiência.

Padrão que se repete nas licitações e contratações pertinentes a obras, serviços, compras e locações no âmbito do Tribunal de Justiça.

Destacam-se:

Imóveis e projetos e obras de engenharia

7.1 – Investimento em capacitação de servidores

7.2 – Economia com imóveis utilizados pelo Tribunal de Justiça

Dos prédios utilizados:

- a) 54,6% são de propriedade do Tribunal de Justiça;
- b) 11,4% são locados pelo Tribunal de Justiça;
- c) 34% são locados e/ou cedidos pelas Prefeituras ou por Terceiros.

Conforme ressaltado no capítulo 1 deste relatório, na presente gestão concluíram-se:

- a) 20 convênios com Prefeituras para locação de imóveis e cessão para fóruns, varas judiciais, serviços anexos ou setores técnico-administrativos locais, sem ônus ao Tribunal de Justiça;
- b) 7 Convênios para cessão de imóveis pelas Prefeituras para fóruns, varas judiciais, serviços anexos ou setores técnico-administrativos locais, sem ônus ao Tribunal de Justiça;
- c) 5 Convênios com Prefeituras para construção e reforma de imóveis para fóruns locais;
- d) 1 Convênio com Ministério Público para ocupação de espaço (rateio de parte de aluguel e condomínio);
- e) 11 Recebimentos de prédios construídos pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania.

*Mais detalhes, sobre informações gerais imobiliárias, encontram-se no capítulo 14 deste relatório – ‘*TJSP em números*’.

Licitações

7.3- Economia em licitações

No biênio 2014/2015 foram realizadas 658 licitações envolvendo recursos na ordem de R\$ 904.542.647,34 (novecentos e quatro milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, seiscentos e quarenta e sete reais, e trinta e quatro centavos), registrando-se, uma economia significativa de recursos orçamentários, conforme ressaltado no capítulo 1 deste relatório:

MODALIDADE	VALOR REFERENCIAL (R\$)	VALOR NEGOCIADO (R\$)	ECONOMIA	
			(R\$)	%
PREGÃO ELETRÔNICO	1.151.529.499,03	798.556.446,91	351.367.801,63	30,51%
TOM. PREÇOS	484.280,41	430.135,80	54.144,61	11,18%
LEILÃO	-	2.639.986,85	-	0,00%
PREGÃO PRESENCIAL	163.975.295,21	100.626.810,61	60.348.484,60	36,80%
CONCORRÊNCIA	985.992,39	2.189.240,27	-	0,00%
CONVITE	102.935,00	100.026,90	2.909,00	2,83%
TOTAL	1.317.078.002,04	904.542.647,34	411.773.339,84	81,32%

*Mais detalhes, sobre licitações e contratos, encontram-se no capítulo 14 deste relatório – ‘TJSP em números’.

8 - Modernização e democratização da gestão

8.1- Conselho Consultivo Interinstitucional (CCI)

Ciente do papel que cabe ao Poder Judiciário nesta segunda década do século XXI, a Presidência do TJSP editou a Portaria nº 8.964/2014, com vistas a instituir um órgão consultivo e de assessoramento, para a tomada de decisões que envolvam temáticas sensíveis e de grande impacto institucional e social.

Criou-se, assim, o Conselho Consultivo Interinstitucional do TJSP, presidido pelo Presidente do Tribunal, e composto por membros da sociedade civil organizada, indicados pela Presidência, por representantes dos atores institucionais (poderes Executivo e Legislativo, Defensoria Pública, Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil e Procuradoria do Estado), por 2 (dois) representantes dos servidores públicos do TJSP, eleitos por seus pares, e por 1 (um) representante dos juizes de direito de primeiro grau, eleito por seus pares, iniciativa absolutamente inédita e sem precedentes.

Mediante reuniões ordinárias e extraordinárias, os membros do conselho discutem, formulam propostas e produzem recomendações sobre os temas pautados. Ao oferecer este espaço, pretende o TJSP tratar a todos, em especial os atores institucionais, com a mesma abertura e transparência, para resolução das demandas setoriais e comuns, apostando no caráter legitimador que o diálogo democrático tem no aperfeiçoamento das instituições.

Os membros do Conselho Consultivo tomaram posse no dia 18 de agosto de 2014 e mantiveram intensa interlocução por meio eletrônico. Já em 18 de dezembro de 2014, teve vez a segunda reunião do CCI, no Palácio da Justiça, na qual foram discutidas propostas elaboradas pelos grupos de trabalho. Nesta oportunidade, o Presidente do CCI, Desembargador Renato Nalini, apresentou o panorama da situação do Tribunal e metas prioritárias da atual gestão, como a disseminação de métodos alternativos de solução de conflitos, informatização, melhorias de gestão e resgate da autoestima dos servidores; ressaltou que existem projetos fundamentais para o aprimoramento da prestação jurisdicional da Corte paulista que aguardam votação da Assembleia Legislativa de São Paulo; disso resultando as seguintes recomendações dos membros do CCI para o exercício de 2015:

- a) Esforços para inclusão dos projetos nas próximas pautas da ALESP;
- b) Questões corporativas do Tribunal de Justiça;

- c) Fortalecimento da Ouvidoria do TJSP;
- d) Criação das câmaras especializadas;
- e) Especialização dos Gabinetes (Cartório do Futuro);
- f) Melhor estruturação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC);
- g) Ampliação do Sistema home office;
- h) Mediação e arbitragem;
- i) Inclusão de regras de governança relacionadas à solução de conflitos;
- j) Necessidade de redução da litigiosidade.

8.2- Incubadora de Ideias do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Criada com o duplice propósito de: a) gerenciar as atividades de planejamento estratégico, cuidando para que as iniciativas internas permaneçam articuladas às diretrizes de gestão, como medida de racionalização de investimentos de tempo, dinheiro e recursos humanos; e b) captar recursos através de agências de fomento e outros parceiros, além da produção de pesquisas e diagnósticos sobre os gargalos estruturais do Poder Judiciário Bandeirante.

Foram protagonizados, nessa seara, os seguintes projetos:

a) Acordo de Cooperação Técnica com a Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas:

Celebrado em março de 2014 com a finalidade de produzir diagnósticos sobre os grandes litigantes e os conflitos massificados, já concluiu etapa de levantamento de dados, compartilhados com comissão de magistrados do Fórum João Mendes Júnior.

b) Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA):

Celebrado no início do segundo semestre de 2014, contou com financiamento da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça. Destina-se a identificar os gargalos estruturais dos Juizados Especiais, porta de entrada da Justiça e que, atualmente, contam com taxa de congestionamento superior a 57%.

c) Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Pólis:

Celebrado no início do segundo semestre de 2014, destina-se a produzir diagnósticos e propostas de intervenção concreta acerca dos conflitos fundiários urbanos e agrários já judicializados.

d) Acordo de Cooperação Técnica com a Universidade Nove de Julho, na área de saúde:

Celebrado na mesma época, destinou-se a fornecer recursos humanos (professores e estudantes de graduação) para coordenar atividades de ginástica laboral, inicialmente no Fórum João Mendes Júnior.

O propósito deste convênio é o de estabelecer novos padrões e práticas relacionadas à saúde laboral e ao bem-estar dos servidores. A partir da avaliação dos resultados dessa iniciativa pioneira prevê-se a extensão de seu oferecimento para as unidades judiciais localizadas em comarcas do interior, através de novas parcerias com instituições de ensino superior locais.

e) Acordo de Cooperação Técnica com a Universidade Nove de Julho, na área de sustentabilidade:

Com a finalidade de elaborar uma política pública judiciária de sustentabilidade, contando com a colaboração de professores e pesquisadores dos programas de pós-graduação em Direito e Gestão Ambiental e Sustentabilidade.

f) Parceria estratégica com o G100:

Referido grupo conta com a participação de presidentes, CEOs e diretores de grandes corporações brasileiras. O diálogo multisetorial permite a produção de sinergias e aprendizado acerca das boas práticas em matéria de cultura corporativa junto à iniciativa privada.

g) Parceria com InternetLab:

A parceria com o InternetLab, uma startup de tecnologia jurídica, visou realizar um diagnóstico situacional do TJSP em relação à Lei de Acesso à Informação. Os membros da equipe do InternetLab valeram-se de entrevistas com magistrados e servidores, bem como da análise do website do TJSP e das respectivas redes sociais, para mapear os pontos fortes e os pontos a serem melhorados em relação a transparência. O projeto resultou em um detalhado relatório, e explicita os pontos que o TJSP cumpre ou não, de acordo com o que é previsto na Lei de Acesso à Informação.

h) Programa Empresa Amiga:

O programa foi instituído pela Portaria nº 9.126/15, tem como objetivo estimular a desjudicialização, através da adoção, por parte das empresas, de percentuais de redução de novas ações e de ações em estoque. Tais percentuais são definidos de maneira dialogada e consensual junto às entidades setoriais ou, na ausência desse consenso prévio, de percentuais mínimos produzidos com base em radiografias de cada setor. Uma vez aderindo ao programa, a empresa recebe um selo estilizado, denominado “Selo Empresa Amiga da Justiça”, que pode ser utilizado em campanhas publicitárias, informes a investidores e demais materiais de interesse da empresa. Ao final de cada ano, serão premiadas aquelas que obtiverem, em cada segmento, o melhor desempenho na redução de novas ações.

O programa já está em plena atividade desde maio de 2015, quando a TAM Linhas Aéreas assinou o primeiro Termo de Compromisso. Atualmente, mais de 7 (sete) empresas já aderiram ao programa, dentre elas bancos, empresas de varejo e de energia, bem como diversas entidades setoriais (como ABRAREC, G100 Brasil e Febraban).

O Programa se coloca como carro-chefe das iniciativas de desjudicialização às quais o TJSP se prestou durante essa gestão. Muito embora o resultado da redução de entrada de processos só possa ser observado a partir do meio do ano de 2016 (quando o primeiro compromisso, com a TAM, completa um ano), é notável como o Programa já é referência para diversas empresas: a demanda pela subscrição ao Programa continua aumentando, e as entidades do setor produtivo comprometem-se e buscam conceber diversas soluções que possibilitem uma solução alternativa aos conflitos, evitando a batalha judicial.

i) Projeto GT indicadores:

Decorrente da parceria com o Secovi nos termos do “Programa Empresa Amiga da Justiça”, o GT Indicadores visa mapear, segundo as especificidades do novo Código de Processo Civil, o fluxo de processos existente nas varas do Fórum João Mendes Júnior, de forma a criar um modelo que possa ser seguido pelos magistrados e servidores para otimização do trabalho no cartório.

O grupo, formado por engenheiros do ramo da habitação e servidores da Seplan, foi constituído no final de 2015, e tendo mapeado o fluxo de processos de uma das varas judiciais do Fórum João Mendes Júnior (fase realizada), contatará especialistas do novo CPC para adequação do fluxo às novas regras (fase atual).

j) Programa Município Amigo:

O programa, instituído pela Portaria nº 9.127/15, em fevereiro de 2015, tem como objetivo estimular a desjudicialização, através da adoção, por parte dos Municípios, de percentuais de redução de novas ações. Tais percentuais são definidos de maneira dialogada e consensual junto aos Municípios. Uma vez aderindo ao programa, o Município recebe um selo estilizado, denominado “Selo Município Amigo da Justiça”, que pode ser utilizado em prestações de contas ao cidadão. Ao final de cada ano, serão premiados aqueles que obtiverem o melhor desempenho na redução do ajuizamento de novas ações.

Em outubro de 2015 o Município de São Paulo – cidade com o número de ações mais expressivo de todo o Estado – assinou o termo, comprometendo-se em diminuir em 10% o número de novas ações. A expectativa é de que, seguindo os passos da maior metrópole do Brasil, outros municípios paulistas decidam aderir ao programa.

8.3- Criação de Assessorias, Comissões, Comitês e Grupos de Trabalho

Com o intuito de dinamizar a implementação das diretrizes da gestão 2014/2015 foram criadas assessorias, comissões, comitês e grupos de trabalho:

- a) Reformulação do Gabinete de Gerenciamento de Riscos e Crises;
- b) Grupo de Apoio às Ordens Judiciais de Reintegração de Posse (GAORP);
- c) Grupo de Trabalho sobre Julgamento Virtual (GT-JUV);
- d) Grupo de Apoio a Corregedoria Nacional de Justiça;
- e) Comitê Gestor do Orçamento e de Priorização do Primeiro Grau;
- f) Comissão administrativa temporária voltada à formalização de proposta de regulamentação de parâmetros a orientar o arbitramento de honorários periciais nos processos de desapropriação instaurados no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- g) Grupo de Trabalho Responsável pelo Desenho das Varas Especializadas e Câmaras Reservadas em Conflitos Fundiários Urbanos e Agrários;
- h) Comissão de estudos com vistas à adoção de política de saúde para os Magistrados Paulistas;
- i) Comissão de estudos relativos à matéria previdenciária;
- j) Comissão de Estudos Sobre o Transporte Institucional;
- k) Grupo de Trabalho Encarregado de Estudar e Oferecer Propostas de Otimização da Estratégia Comunicacional do TJSP;
- l) Comitê Gestor Permanente de Políticas Públicas do Tribunal de Justiça;
- m) Comissão de Estudos Sobre Políticas de Ações Afirmativas e Combate à Discriminação de Afrodescendentes;
- n) Comissão para a Elaboração da História do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo de Justiça do Estado de São Paulo;

- o) Comitê de Ética;
- p) Grupo de Trabalho Acadêmico Interinstitucional (GTAI);
- q) Comissão Mista de Assuntos Institucionais entre o TJSP e Faculdades de Direito.

Gabinete de Planejamento de Gerenciamento de Riscos e Crises (GPGRC)

O gabinete, criado com vistas a prevenir riscos, gerenciar e solucionar crises ou situações extraordinárias, foi reformulado pela Portaria nº 9.015/14, e passou a ser formado por um juiz aAssessor da Presidência, a quem cabe sua coordenação, e por um juiz assessor da Vice-Presidência e um da Corregedoria Geral da Justiça.

Grupo de Apoio a Corregedoria Nacional de Justiça

Em caráter inovador, grupo de desembargadores aposentados do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a convite do presidente, auxiliou, voluntariamente, o Conselho Nacional de Justiça na análise dos expedientes de revisões de decisões administrativas da Corregedoria Nacional de Justiça, de todo o país, com exceção de São Paulo.

A Presidência do Tribunal de Justiça realizou em 03/12/14, por videoconferência, a primeira reunião entre o grupo de desembargadores voluntários e a Ministra Nancy Andrighi (Corregedora Nacional de Justiça), que destacou na ocasião a importância do trabalho: “Esse fato inédito permite que a expertise dos que estão aposentados seja aproveitada para a diminuição do acervo, que já chegou a 36 mil processos.”

Comitê Gestor de Orçamento e de Priorização do Primeiro Grau

Em cumprimento às Resoluções CNJ nºs 194/14 (institui a Política Nacional de Atenção Prioritária do Primeiro Grau de Jurisdição) e 195/14 (dispõe sobre a distribuição de orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus), foram desenvolvidos diversos estudos que resultaram na edição de 3 (três) portarias pela Egrégia Presidência:

- a) Portaria nº 9.165/15 - Instituiu o Comitê Gestor de Orçamento e de Priorização do Primeiro Grau no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- b) Portaria nº 9.169/15 - Dispõe sobre as eleições para os representantes dos servidores do Quadro do TJSP e magistrados no Comitê Gestor de Orçamento e de Priorização do Primeiro Grau, e
- c) Portaria nº 9.192/15 – Trata da composição do Comitê Gestor de Orçamento e de Priorização do Primeiro Grau no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Busca-se com as medidas desenvolver, em caráter permanente, iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento da qualidade, da celeridade, da eficiência, da eficácia e da efetividade dos serviços judiciários da Primeira Instância.

A primeira Reunião do Comitê Gestor de Orçamento e de Priorização do Primeiro Grau ocorreu aos 25/9/15.

Grupo de Trabalho Responsável pelo Desenho das Varas Especializadas e Câmaras Reservadas em Conflitos Fundiários Urbanos e Agrários

O grupo, de caráter consultivo e composição colegiada, a envolver todos os atores institucionais diretamente interessados nas questões de natureza fundiária, tais como: Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretarias de Estado e do Município da Habitação, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, Procuradorias do Estado e

do Município, entre outros, foi criado pela Portaria nº 8.971/14.

Até o momento foram realizadas três reuniões. O próximo passo será a elaboração de relatório a ser submetido à Presidência. Adicionalmente, o grupo de trabalho proporá a normatização preliminar das varas especializadas e câmaras reservadas.

Comissão de Estudos sobre Políticas de Ações Afirmativas e Combate à Discriminação de Afrodescendentes

Diante de requerimento formulado pela Associação Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes Pré-Vestibular Comunitário (Educafro), foi prontamente aprovada a instituição de uma comissão administrativa temporária para: a) promoção de cursos e de campanhas de conscientização direcionados ao combate da discriminação racial; e b) adoção de ações afirmativas, com utilização de critério étnico-racial para fins de seleção, nos concursos públicos para ingresso na magistratura e no quadro de servidores públicos do Tribunal de Justiça de São Paulo.

A comissão foi constituída por meio da Portaria n.º 9.108, de 09/12/14. Com o desenvolvimento dos trabalhos, a Assessoria de Assuntos Jurisdicionais da Presidência elaborou minuta de Resolução a regulamentar a reserva de 20%, à população negra, das vagas oferecidas para provimento de cargos efetivos no quadro de pessoal e de ingresso na magistratura do TJSP. Referida minuta culminou na Resolução nº 719/15, aprovada em 18/11/15, pelo Egrégio Órgão Especial do TJSP.

Grupo de Trabalho Acadêmico Interinstitucional (GTAI)

Criado pela Portaria nº 9.089/14, o GTAI é um grupo de natureza consultiva da Presidência do TJSP, cujo propósito é explorar as possibilidades de cooperação entre a Justiça e as Universidades, com vistas a enfrentar a excessiva judicialização de conflitos da sociedade contemporânea.

O GTAI é composto por professores doutores, vinculados aos programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Direito do Estado de São Paulo.

Objeto de estudos do Grupo é a possibilidade de processos análogos serem julgados por uma câmara ou grupo especial, bem como a adaptação do Regimento Interno do TJSP às mudanças do Novo Código de Processo Civil.

8.4- Gestão junto às Regiões Administrativas Judiciárias

Como forma de prestigiar o modelo participativo de gestão, realizou-se audiência, por videoconferência, entre o presidente do Tribunal de Justiça e todos os juízes diretores das Regiões Administrativas Judiciárias do Estado. Trata-se de maneira célere e eficiente de identificação das principais dificuldades enfrentadas em cada uma das comarcas pertencentes às Regiões Administrativas Judiciárias, sem prejuízo de visitas pessoais do presidente Nalini, que ativamente promoveu reuniões com magistrados, servidores, Ordem dos Advogados do Brasil e políticos locais.

Ainda com esse intuito, a Presidência nomeou 111 (cento e onze) desembargadores como coordenadores e coordenadores adjuntos das 56 (cinquenta e seis) circunscrições judiciárias do Estado. A única circunscrição que não houve nomeação foi a 42ª CJ de Jaboticabal.

8.5- Revista Eletrônica “Justiça SP”

Por meio da Portaria nº 8.982/14, criou-se a “Justiça SP”, Revista Eletrônica do Tribunal de Justiça.

Com periodicidade trimestral, a “Justiça SP” visa intensificar os espaços de transparência e interlocução entre o Judiciário paulista e a sociedade civil, bem como divulgar as ações e projetos da instituição e seus departamentos.

O acesso à revista eletrônica está disponível no site do TJSP, em link constante do menu “Cidadão”. Durante o biênio 2014/2015, foram disponibilizadas sete edições.

9 - Projetos de lei apresentados e aprovados

9.1- Projetos enviados ao Governador do Estado

- 1 Projeto de Lei
(Proposta de criação de Fundo Especial de Custeio de Perícias – FEP)

9.2- Projetos enviados à Assembleia Legislativa

Projeto	Assunto	Aprovação e conversão em Lei
PLC 42/2012	Dispõe sobre a criação de cargos de Estatístico Judiciário no Quadro do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.	Lei Complementar nº 1.235, de 20/3/14, publicada em 21/03/14.
PLC 6/2013	Dispõe sobre a criação e extinção de cargos no Quadro do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.	Lei Complementar nº 1.269, de 21/8./15, publicada em 22/8/15.
PLC 48/13	Dispõe sobre a extinção do Foro Distrital de Brás Cubas, da Comarca de Mogi das Cruzes.	Lei Complementar nº 1.254, de 14/10/14, publicada em 15/10/14.
PLC 56/13	Dispõe sobre o requisito de ingresso no cargo de Oficial de Justiça e altera dispositivos na Lei Complementar nº 1.111, de 25 de maio de 2010, e dá providências correlatas.	Lei Complementar nº 1.273, de 17/9/15, publicada em 17/9/15.
PL 1016/14	Dispõe sobre a instituição de auxílio-saúde aos magistrados do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.	
PL 1211/14	Dispõe sobre a instituição de auxílio-saúde aos magistrados do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo	
PL 1014/15	Dá nova redação ao inciso X do parágrafo único do artigo 2º da Lei Estadual nº 11.608, de 29 de dezembro de 2003, que dispõe sobre despesas decorrentes de serviços de natureza pública forense.	
PLC 12/14	Dispõe sobre a transformação e a extinção dos cargos de Agente Administrativo Judiciário do TJSP, nos termos do artigo 48, X, da CF e artigo 19, III, da CE.	Lei Complementar nº 1.260, de 15/10/15, publicada em 15/10/15.
PLC 38/14	Dispõe sobre a transformação e a extinção dos cargos de Agente Administrativo Judiciário do TJMSP, nos termos do artigo 48, X, da CF e artigo 19, III, da CE.	
PLC 42/14	Dispõe sobre o requisito de ingresso no cargo de Oficial de Justiça do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo e altera dispositivos na Lei Complementar nº 1.120, de 2010.	
PLC 49/14	Altera a denominação dos Foros Distritais do Interior e a entrância de Unidades Judiciárias do Estado	Lei Complementar nº 1.274, de 17/9/15, publicada em 17/9/15.
PLC 50/14	Dispõe sobre a extensão da Lei Complementar nº 432, de 18 de dezembro de 1985 – adicional de insalubridade, aos servidores do Quadro do Tribunal de Justiça.	
PLC 32/15	Dispõe sobre a transformação de cargos no Quadro Pessoal do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo.	
PLC 41/15	Altera a Organização e a Divisão Judiciárias do Estado de São Paulo e dispõe sobre a modificação da anexação de Comarcas, e dá outras providências.	

10 – Sustentabilidade

10.1- TJ + Sustentável

O TJ + Sustentável é um projeto desenvolvido pelo Poder Judiciário do Rio Grande do Norte e implantado no Tribunal de Justiça de São Paulo por força de convênio firmado entre as duas Cortes, em dezembro de 2014. O programa está alinhado às recomendações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pela economia de recursos em todos os tribunais brasileiros e à necessidade crescente de conscientização ambiental. A ideia é promover uma competição saudável entre os prédios do Judiciário para estimular o consumo consciente de recursos naturais e de bens públicos entre servidores e magistrados.

O projeto-piloto envolveu 12 prédios do TJSP no Estado, com representantes das 10 Regiões Administrativas Judiciárias: 1ª RAJ, Comarca da Capital (Fórum João Mendes Júnior, - Fórum Ministro Mário Guimarães, Fórum Hely Lopes Meirelles); 2ª RAJ, Comarca de Lins (Fórum Doutor Daniel Saraiva); 3ª RAJ, Comarca de Jaú (Fórum Doutor Antonio Hermógenes Altenfelder Silva); 4ª RAJ, Comarca de Rio Claro (Fórum Desembargador Paulo Colombo Pereira de Queiroz); 5ª RAJ, Comarca de Presidente Prudente (Fórum Desembargador Francisco de Souza Nogueira), 6ª RAJ, Comarca de Ribeirão Preto (Fórum João Alves Meira Junior); 7ª RAJ, Comarca do Guarujá (Fórum Desembargador Mário de Almeida Pires); 8ª RAJ, Comarca de São José do Rio Preto (Fórum Desembargador Dimas Rodrigues de Almeida), 9ª RAJ, Comarca de São José dos Campos (Fórum Desembargador Joaquim Cândido de Azevedo Marques) e 10ª RAJ, Comarca de Capão Bonito (Fórum Desembargador Benedicto Jorge Farah).

A meta dessas unidades consistia na redução do consumo de água em 6%, de energia em 6%, de copos descartáveis em 10% e de telefonia em 7%, no período de junho a novembro de 2015. Para tanto, cada prédio recebeu sua média de consumo, calculada com base no mesmo período do ano anterior, além de distribuição de material para divulgação interna, formada por peças de comunicação, veiculação de dicas de economia, palestras de conscientização, e um jogo virtual. Até o último dia de cada mês, a administração predial das unidades participantes preencheu, na página desse jogo, os dados de consumo de acordo com a conta do mês ou, no caso do consumo de copos descartáveis, com o relatório gerado pela Rede de Suprimentos. Cada uma das 12 unidades tinha uma “árvore virtual”, que ficava mais seca ou mais frondosa de acordo com os resultados de economia alcançados.

Ao final do período, o Fórum de Jaú sagrou-se vencedor. Graças à participação de servidores e magistrados economizou-se 20% de água, 15% de energia, 25% de telefone e 100% de copos descartáveis, em comparação com o mesmo período de 2014. A unidade recebeu o “Selo Verde”, havendo o sorteio de 5 (cinco) bicicletas entre os servidores, doadas pela Associação dos Advogados Criminalistas do Estado de São Paulo (Acrimesp), entidade parceira do projeto.

O projeto-piloto foi um sucesso e todas as unidades tiveram bom desempenho. Somando os resultados dos fóruns participantes nos últimos sete meses (período do jogo), o Judiciário paulista economizou:

- 9.786 m³ de água;
- 267.473 kWh de energia;
- R\$ 22.835,12 em contas de telefone;
- 641.500 copos descartáveis.

10.2- Plano de Logística Sustentável do TJSP

A Resolução CNJ nº 201/15 determinou aos órgãos do Poder Judiciário a criação de unidades ou núcleos socioambientais, o estabelecimento de suas competências e a implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável.

Em cumprimento à mencionada Resolução, o CSM editou o Provimento nº 2.262/15, dispondo sobre a criação do Núcleo Socioambiental e das Unidades Socioambientais nas 10 RAJs, e o Provimento nº 2.296/15, que aprovou o Plano de Lógica Sustentável (PLS) no TJSP.

O PLS-TJSP estabeleceu 4 objetivos: 1º) utilizar de forma eficiente os insumos e materiais; 2º) gerir eficientemente documentos, energia elétrica, água e esgotos, resíduos e telefonia; 3º) elevar a qualidade de vida no ambiente de trabalho; 4º) sensibilizar e capacitar os agentes públicos em temas de sustentabilidade.

A cada um destes OBJETIVOS estão vinculadas METAS e as AÇÕES NECESSÁRIAS para empreendê-las. Por exemplo: a) objetivo: utilização de forma eficiente os insumos e materiais; b) meta: uma das metas deste objetivo é reduzir em 20% a média de consumo de papel branco (em resmas) até dezembro de 2016; c) ações previstas: configuração das impressoras frente e verso, e edição de norma determinando o uso da frente e verso do papel.

Busca-se com a medida um planejamento estratégico do Poder Judiciário, que permita o estabelecimento e acompanhamento de práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade que objetivem uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica do órgão.

10.3- Junte Óleo

Campanha iniciada em 13/11/15, com palestra inaugural no auditório do Gade 23 de maio (prédio da Seção de Direito Privado), para orientar administradores dos prédios do Judiciário na Capital sobre os procedimentos necessários para recolhimento sustentável de óleo de cozinha vegetal usado para reciclagem. A ação faz parte de Acordo de Cooperação entre o TJSP e o Instituto Triângulo de Desenvolvimento.

Serão implantados 40 (quarenta) postos de coleta. Para cada 2 (dois) litros de óleo usado – entregues em garrafa pet – o doador receberá uma embalagem com duas barras de sabão, produzido pelo Instituto Triângulo a partir do óleo coletado. A expectativa é que a campanha atinja a reciclagem de 1.200 litros/mês do óleo usado.

10.4- Campanhas e medidas técnicas para redução do consumo de água e energia elétrica

Para o enfrentamento da crise hídrica e elétrica que atingiu o país nos últimos 2 (dois) anos, foram adotadas campanhas de sensibilização, tais como a conscientização para o desligamento de luzes em ambientes ociosos, a moderação no uso do ar condicionado, o desligamento de desktops na hora do almoço, e o acionamento de descargas do vaso sanitário pelo tempo estritamente necessário. Adotaram-se, também, medidas técnicas pertinentes, como a verificação do consumo de água e energia elétrica para identificação de pontos de desperdício, padronização do horário de trabalho, redutor de pressão nas torneiras, consertos imediatos de vazamentos, entre outras.

O quadro abaixo descreve a evolução do consumo de água e energia elétrica nos prédios da Capital, nos anos de 2013, 2014 e 1º semestre do ano de 2015.

CONSUMO DE ÁGUA NA CAPITAL (fontes SAD 2 e SEPLAN)

	QUANTIDADE EM M3 DE ÁGUA		
	2013	2014	2015
JANEIRO	22.829	23.576	19.792
FEVEVEIRO	21.098	21.027	14.865
MARÇO	17.142	19.503	13.071
ABRIL	21.988	24.463	17.315
MAIO	24.305	24.081	16.322
JUNHO	22.724	20.907	15.696
JULHO	22.801	20.346	
AGOSTO	23.116	18.439	
SETEMBRO	24.395	18.175	
OUTUBRO	24.792	20.457	
NOVEMBRO	24.910	21.570	
DEZEMBRO	23.696	20.560	
MÉDIA DO CONSUMO MENSAL	22.816 M³	21.092 M³	16.177 M³

Observa-se uma acentuada redução no consumo de água na Capital, tendo por base os anos de 2013 (não havia nenhuma campanha ostensiva ou medidas para redução), de 2014 (início das campanhas e das medidas técnicas) e de 2015 (campanhas e medidas técnicas já implementadas).

O consumo de água mensal no ano de 2015, no período acima considerado, foi 29% menor que o consumo mensal no ano de 2013.

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NA CAPITAL (fontes SAD 2 e SEPLAN)

	QUANTIDADE DE Kwh CONSUMIDOS		
	2013	2014	2015
JANEIRO	1.797.675	2.136.707	2.644.526
FEVEVEIRO	2.361.762	2.787.724	3.315.364
MARÇO	2.627.323	3.183.122	2.497.282
ABRIL	1.817.435	2.891.357	2.931.389
MAIO	2.896.181	2.632.288	2.832.003
JUNHO	2.365.337	2.788.211	2.613.774
JULHO	2.118.005	2.612.838	
AGOSTO	2.221.301	2.622.963	
SETEMBRO	2.457.393	2.873.854	
OUTUBRO	2.261.307	2.994.052	
NOVEMBRO	2.833.617	3.100.101	
DEZEMBRO	2.676.254	3.008.332	
MÉDIA DO CONSUMO MENSAL	2.199.049 Kwh	2.802.629 Kwh	2.805.723 Kwh

Quanto à energia elétrica, houve um incremento de 27,5% do consumo. Todavia, há que se ponderar que os anos de 2014 e 2015 foram marcados pela digitalização das varas judiciais – conclusão do Projeto 100% Digital. Deste modo, a intensificação do uso de computadores e substituição de sistemas justifica, em parte, o aumento na utilização da energia elétrica, o que não afasta, todavia, a necessidade de se reavaliar os padrões de consumo, com o prosseguimento das campanhas e medidas técnicas para sua redução.

11 - Projetos culturais, Museu, Biblioteca e Cerimonial

Com intensa participação da Assessoria do Gabinete Civil da Presidência, foram desenvolvidos projetos culturais que trazem não apenas diversão e entretenimento aos servidores, magistrados e público que visita diariamente as dependências do Tribunal de Justiça, mas também estimulam o pensamento crítico e o talento daqueles colaboradores dotados de pendoros artísticos.

11.1- Projeto Arte & Cultura no TJ

Pensado para a promoção de shows gratuitos de música, saraus, leitura de textos, apresentações de dança, teatro, exibições de vídeos, oficinas, intervenções, exposições de fotografias e pinturas, o projeto desenvolveu-se em eventos que ocorreram no Salão dos Passos Perdidos do Palácio da Justiça e em outros prédios do Tribunal, com vistas a entreter e a fomentar a cultura entre magistrados, servidores e o público que diariamente visita as instalações do Judiciário Bandeirante.

A iniciativa fomenta a cultura e estimula a motivação e a valorização do quadro de funcionários do Tribunal de Justiça; promove a qualidade de vida e melhora o clima organizacional nos ambientes de trabalho; amplia os espaços de convivência e eleva o relacionamento com a comunidade que habita e frequenta o centro da capital para além do convívio formal, Grande São Paulo e interior.

Os espetáculos ganharam agenda no âmbito do Judiciário: na capital e no interior, do popular ao erudito,

com talentos renomados ou quase desconhecidos. Para os artistas: apresentar-se no Poder Judiciário é sinal de prestígio e reconhecimento de sua arte. Para o público: a diversão é gratuita! Os artistas apresentam-se gratuitamente ou então são remunerados através de parcerias com as Secretarias da Cultura do Estado e da capital, avenças que estão em plena expansão. Existem pequenas despesas decorrentes do transporte e da recepção dos artistas no TJSP, da iluminação e sonorização dos espetáculos e da confecção de folhetos (programas) sobre cada evento, custos estes que já estão, de uma forma ou de outra, abarcados nas despesas ordinárias do Tribunal, e que são insignificantes se considerados os enormes benefícios que o projeto alcançou.

O envolvimento dos funcionários do TJSP com o projeto é muito grande. Muitos se apresentaram. Inclusive magistrados. Outros tantos indicaram artistas. Iniciaram-se, inclusive, intercâmbios de artistas entre os fóruns do interior, gerando um movimento de integração muito bonito.

As apresentações ocorreram conforme autorização e disponibilidade de local e data, sem prejuízo das atividades jurisdicionais.

Dentro do projeto, estão ainda abrangidas:

Visitas monitoradas

O Projeto Arte & Cultura incorporou também as visitas monitoradas somente para servidores aos finais de semana (que ainda encontra-se em fase de teste), e tem tido muito sucesso. Na primeira visitação inscreveram-se 180 (cento e oitenta) funcionários, vindos da capital e interior, interessados em conhecer a Instituição e o Palácio da Justiça.

Sorteio de ingressos para eventos culturais

Medida indutora da valorização dos colaboradores e do lazer saudável, introduziu-se a prática de disponibilizar aos funcionários, mediante sorteio, ingressos destinados a eventos culturais.

Foram sorteados pares de ingressos de teatro e shows diversos, ao longo do biênio 2014/2015, sendo que em muitos eventos os funcionários não contemplados receberam descontos de até 50% nas bilheteiras das companhias artísticas da Capital, visto que, em média, para cada sorteio se inscrevem mais de 600 (seiscentos) funcionários.

O Tribunal começa a estender esta iniciativa às demais comarcas do Estado de São Paulo, mediante novas parcerias.

Jornadas Musicais

Projeto idealizado pelo Desembargador Sidney Romano dos Reis. O magistrado oferece um pouco do seu conhecimento sobre música em apresentações de grandes obras eruditas e populares, sempre acompanhado de seus comentários e esclarecimentos.

O projeto é incentivado pela Presidência, tendo em vista os benefícios que a fruição da cultura traz aos servidores e magistrados. Os eventos não permitem que os servidores “negligenciem” o trabalho. Ao contrário, permitem que os servidores melhorem sua produtividade.

A frequência foi expressiva. Inicialmente, o programa era realizado somente no prédio do Gade MMDC – na Avenida Ipiranga, na Capital –, depois, passou a acontecer também no Salão do Júri do Palácio da Justiça. Houve uma apresentação especial no Foro de São Miguel Paulista muito elogiada pelos funcionários. A ideia é estender as Jornadas a outros Fóruns Regionais da Capital.

No ano de 2014, o Projeto Arte & Cultura no TJ contabilizou 86 (oitenta e seis) eventos distribuídos na Capital e Interior. No ano de 2014 foram 257 (duzentas e cinquenta) manifestações culturais em todo o Estado.

11.2- Concursos

a) Concurso Cultural de Fotografia do Tribunal de Justiça de São Paulo:

Realizado entre os dias 24/3 e 25/4/14, teve por tema “140 anos da Justiça Paulista”, com o fim de divulgar o lançamento da página oficial do TJSP no INSTAGRAM, e registrar imagens relacionadas à convivência entre a população paulista e o Poder Judiciário, mediante seleção de fotos publicadas nessa rede social.

b) Concurso de Microcontos do Dia das Mães para a página oficial do TJSP no Twitter:

Realizado entre os dias 11/4 e 11/5/14, teve por objetivo incentivar o uso da rede social como ferramenta de comunicação e angariar novos seguidores para a página do TJSP, além de fortalecer a utilização das redes sociais do Tribunal como canal de comunicação com o público.

c) Concurso de Trovas do Tribunal de Justiça:

Como forma de incentivar a criação literária e, ao mesmo tempo, enaltecer as tradicionais trovas, criou-se o Concurso de Trovas do Tribunal de Justiça. Para concorrer, os participantes – público interno e externo – devem enviar uma trova formada por uma única estrofe com quatro versos, com tema livre, entre os dias 13 e 24 de outubro de cada ano.

Em 2014, ao total, foram classificadas 80 trovas. Na etapa final, foram selecionados os três melhores trabalhos.

d) Concurso Cultural para o Dia dos Pais:

Realizado entre os dias 8 e 25/7/14 e teve como finalidade incentivar a participação de magistrados e servidores na criação de mensagem institucional para a data comemorativa, que foi publicada no site, intranet e páginas da Corte nas redes sociais.

e) Prêmio de Literatura para Juízes:

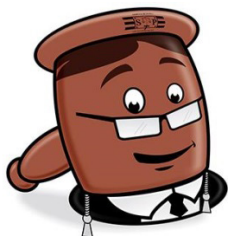
Concurso literário de iniciativa conjunta do Tribunal de Justiça de São Paulo, da Associação Paulista de Magistrados e da Academia Paulista de Letras, premiou o primeiro, segundo e terceiro colocado nas categorias poesia, crônica e conto.

As obras, com temas de livre escolha, deveriam ser inéditas e com enfoque literário. Do certame poderiam participar magistrados brasileiros residentes no Brasil e que fossem vinculados ao TJSP, órgãos das Regiões Administrativas Judiciárias e os integrantes da Associação Paulista de Magistrados. O período de inscrições ocorreu entre 10/2 a 15/5/15, e a premiação em 7/9/15, na sede da Academia Paulista de Letras.

f) Concurso Cultural de Avatares do TJSP:

Concurso que objetivava a seleção de um avatar para representar o Judiciário Paulista nas redes sociais. O interessado deveria confeccionar o símbolo com resolução mínima de 300 DPI, em espaço de dimensões 1000 x 1000 pixels, gerado em softwares de edição de imagens ou finalizado manualmente e digitalizado,

em arquivo no formato PNG (com fundo incolor/transparente), com tamanho inferior a 10Mb. O participante poderia ainda, a seu critério, criar um nome para seu avatar. As inscrições ocorreram entre os dias 4/5 e 31/7/15, com divulgação do resultado em 11/9/15.



AVATAR 'VERUS' DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

11.3- Coral dos Servidores

A Portaria nº 9.091/14 criou o Coral do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a ser constituído pelo Coral de Servidores da Comarca da Capital e pelos que venham a ser formados nas demais Comarcas ou Regiões Administrativas Judiciárias.

Na Capital, o Coral foi instituído por Termo de Parceria, assinado em 29/10/14, pelo Presidente Renato Nalini e a Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, associação sem fins lucrativos. O curso livre de coral para adultos é ministrado pela Maestrina Ana Beatriz Valente Zaghi, professora da Escola de Música do Estado de São Paulo (EMESP) TOM JOBIM, entidade gerida pela Associação Santa Marcelina. A professora é remunerada pela Associação e o Governo do Estado, responsabilizando-se o Tribunal de Justiça, em caso de apresentação do coral em outras comarcas ou fóruns, pelos gastos com locomoção, alimentação e uniformes dos funcionários.

Em novembro de 2014, promoveu-se a aula inaugural do Coral. Em 2015, as aulas foram retomadas no mês de fevereiro, com ensaio todas as quartas-feiras no salão do Júri do Palácio.

Composto atualmente por 43 funcionários, o Coral tem participado de apresentações em prédios dos foros regionais e outras comarcas, e ainda em Instituições Privadas. Desde sua criação foram 25 apresentações, sendo 4 apresentações fora da sede (duas em fóruns regionais, uma na virada cultural e uma no hospital Santa Catarina na Avenida Paulista). Para dezembro de 2015 há 5 apresentações agendadas.

11.4- Museu do Tribunal de Justiça

A gestão 2014/2015 buscou também a revitalização do Museu do Tribunal de Justiça de São Paulo. Foram diversas atividades e eventos realizados na sede do Museu ou que foram objeto de sua curadoria:

Visitas monitoradas agendadas e individuais

Ocorreram 97 (noventa e sete) visitas monitoradas, agendadas por instituições de ensino e órgãos oficiais, e cerca de 6.060 (seis mil e sessenta) visitas individuais.

Projeto Quintas Musicais

Na primeira quinta-feira de cada mês foram realizadas apresentações musicais junto à sede do Museu do Tribunal de Justiça. Com custo zero, foram selecionados artistas convidados que em sua maioria fazem parte da comunidade jurídica.

São apresentações de pianistas, instrumentistas diversos, cantores, poetas e até atores. Todos apresentaram espetáculos com duração aproximada de 30 minutos, aproveitando o período de almoço dos funcionários do TJ que trabalham nos prédios do centro da capital. As apresentações ocorrem em pequeno espaço, para um público cativo, de forma descontraída e muito animada.

Exposições, curadoria, projeto expográfico do Museu

a) Capítulos da Violência Doméstica e da História das Mulheres no Brasil:

Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher e à Semana contra a Violência Doméstica. Curadoria e expografia do Museu do Tribunal. Instalada no Complexo Criminal Ministro Mário Guimarães e no Palácio da Justiça.

b) 90 anos da Vara da Infância:

Em comemoração aos 90 anos da Vara da Infância. Com uma parceria da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça, Coordenadoria do Arquivo do Tribunal de Justiça, Coordenadoria de Gestão Documental do Tribunal de Justiça, Diretoria de Transportes do Tribunal de Justiça e Coordenadoria da Administração do Fórum João Mendes Jr., e a Curadoria e Expografia do Museu do Tribunal de Justiça.

c) Revivendo Ayrton Senna:

Exposição iconográfica inaugurada no Palácio da Justiça. Realizada em parceria com a Torcida Ayrton Senna. Curadoria e expografia do Museu do Tribunal.

d) Fim de Jogo – Juntos contra a Prostituição Infantil:

Exposição iconográfica instalada no Fórum João Mendes Júnior. Parceria realizada entre o Tribunal de Justiça de São Paulo, pela Coordenadoria da Infância e Juventude do TJSP e a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo.

e) O Legado de Leonardo da Vinci:

Realização Uniesp, com apoio de expografia do Museu do Tribunal. Instalação no Palácio da Justiça.

f) Epopeia de 32 e o Duplo Infinito de Paulo Bomfim:

Evento histórico artístico realizado no Palácio da Justiça em homenagem aos 80 anos do Poeta Paulo Bomfim, símbolo atual do Movimento Constitucionalista de 32. Curadoria e organização do Museu do Tribunal de Justiça em parceria com Coordenadoria de Arte e Cultura, o Tribunal Regional Eleitoral e o Tribunal de Justiça Militar.

g) Contos & Fotos - Microcontos do Dia das Mães:

Exposição iconográfica e textual. Curadoria e expografia do Museu do Tribunal, realizada em parceria com a Diretoria de Comunicações do Tribunal de Justiça. Inaugurada no Palácio da Justiça, visitou o hall central do prédio Escola Paulista da Magistratura, o Fórum da Comarca de Ribeirão Preto e o Fórum Young da Costa Manso.

h) Memória Paulistana – Pintora Cristiane Carbone:

Curadoria e Expografia do Museu do Tribunal. Inaugurada no Palácio da Justiça, visitou a Escola Paulista da Magistratura, Prédio do Gade MMDC, sendo reinstalada com outro projeto iconográfico no Palácio da Justiça.

i) Música para se Ver – artista Silvia Borini:

Curadoria e projeto expográfico do Museu do Tribunal de Justiça. Inaugurada no Palácio da Justiça, visitou prédio dos Gade MMDC.

j) O Universo de Stasi:

Artista Leonardo Di Stasi. Inaugurada no Palácio da Justiça por ocasião da Semana de Museus, cujo tema proposto era: Arte em uma sociedade sustentável – IBRAM.

l) O Tribunal de Justiça Bandeirante e o Movimento Constitucionalista de 1932:

Curadoria e Expografia do Museu do Tribunal de Justiça, com acervo do colecionador Claudio Senise. Inaugurada no Palácio da Justiça.

m) As Cores da Vida – exposição da artista Gracie Dallari:

Curadoria e expografia do Museu do Tribunal, em parceria com professor doutor Hécio Dallari. Inaugurada no Palácio da Justiça por ocasião do evento Primavera de Museus.

11.5- Reinauguração do Salão da Biblioteca do Palácio da Justiça

Reinaugurou-se, em 24/11/15, a “Sala Advogado José Adriano Marrey Júnior”, conhecida como “Salão da Biblioteca” e que está entre as mais bonitas do Palácio da Justiça. O espaço passou por um longo processo de restauro – ficou fechado por cerca de sete anos – e foi totalmente recuperado, mantendo-se a riqueza de detalhes das pinturas nas paredes, os belos vitrais e revestimentos de madeira. As obras mais antigas e raras do acervo ficarão no Salão em exposição aberta à visitação pública.

11.6- Eventos realizados pelo Cerimonial

EVENTOS REALIZADOS PELO CERIMONIAL NO BIÊNIO 2014/2015 – CAPITAL

SPr 4	2014	2015	Total
Cerimonial e Relações Públicas	238	262	500
Arte e Cultura no TJSP	42	83	125
Museu do TJSP	60	55	115
Visita TJSP	101	108	209
Total de Eventos na Capital	441	508	949

EVENTOS REALIZADOS PELO CERIMONIAL NO BIÊNIO DE 2014/2015 – INTERIOR

SPr 4	2014	2015	Total
Cerimonial e Relações Públicas	41	144	185
Arte e Cultura no TJSP	44	174	218
Museu do TJSP			
Total de Eventos no Interior	85	318	403

12 - Projetos sociais

12.1- Comitê de Ação Social e Cidadania

O Comitê de Ação Social e Cidadania (CASC) foi criado pela Portaria nº 8.559/12, para suprir a necessidade de integração do Judiciário com a sociedade, e objetiva principalmente, a promoção e defesa dos direitos humanos, a responsabilidade e inclusões sociais, bem como a valorização da vida.

Atuando por meio de práticas inovadoras, com ações direcionadas à população, o CASC empreendeu e concretizou projetos de grande relevância social durante o biênio 2014/2015.

Foram empreendidos 3 (três) grandes programas:

- 1- Campanhas de solidariedade e de conscientização na área da saúde;
- 2- Projeto de Inclusão Digital;
- 3- TJ na Comunidade.

1-Campanhas de solidariedade e conscientização na área da saúde

a) Campanha Páscoa Solidária

Arrecadação de caixas de bombons de 7/3 a 7/4/14;

b) Campanha do Livro Infantil

Os fóruns do Estado receberam doações de livros infantis de 14/4 a 16/5/14.

Na capital, o material arrecadado foi encaminhado a projetos de bibliotecas comunitárias. No interior, os administradores dos prédios enviaram os livros para comunidades locais, creches e instituições voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes carentes;

c) Campanha “Não deixe seu coração frio neste inverno. Doe cobertores”

Inverno de 2014. O CASC ajudou muitas famílias carentes a enfrentarem o frio: foram arrecadados e doados para instituições beneficentes e comunidades mais de 800 cobertores na campanha;

d) Distribuição de cartilha antidrogas: ‘Agir é Prevenir – Drogas’, na Escola Estadual Heidi Alves Lazzarini, no Parque Santo Antônio, em 23/8/14;

f) Campanha do Dia da Criança 2014

Arrecadação de brinquedos de 1º/9 a 8/10/14;

g) Inauguração da Sala de Brincar na Vara da Infância e da Juventude Central da Capital

Destinada a propiciar ambiente acolhedor e menos formal às crianças que, diariamente, visitam as dependências do Fórum João Mendes Júnior. Inaugurada no segundo semestre de 2014;

h) Instalação de brinquedoteca do CEJUSC de Itaquera em 27/10/14;**i) Participação na 18ª Festa de Natal das Crianças Especiais**

Em 13/12/14, o CASC participou da 18ª Festa de Natal das Crianças Especiais organizada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), doando brinquedos e cestas básicas arrecadados às mães e crianças participantes da comemoração;

j) Campanha “Doe Sangue – Ação Consciente”

Lançada em 21/1/15. Disponibilizou-se transporte, com saída do Palácio da Justiça, aos servidores que se voluntariassem para as coletas, nos dias 2 a 6 e 9 a 13 de fevereiro, no Hospital do Servidor Público Estadual (Banco de Sangue do HSPE);

l) Campanha Páscoa Solidária

Arrecadação de 02 a 27/3/015.

Embora o Comitê de Ação Social e Cidadania tivesse privilegiado, neste biênio, as ações de cidadania, por entender que os efeitos a longo prazo são mais promissores e efetivos, algumas ações de doações são reconhecidas como um passaporte para se conhecer o mundo de vulnerabilidade social.

Sendo assim, foi mantida Campanha da “Páscoa Solidária” e o CASC distribuiu mais de 3.000 (três mil) caixas de chocolates para crianças e idosos assistidos por 16 (dezesseis) entidades assistenciais.

Tudo o que foi arrecadado foi entregue às seguinte entidades:

- 1- Aldeias Indígenas;
- 2- Balé Paraisópolis;
- 3- Crianças com Câncer;
- 4- Projeto AIDS;
- 5- Casa dos Velhinhos Ondina Lobo;
- 6- APOIE;
- 7- Lar Vivência Feliz;
- 8- Creche Vivência Feliz;
- 9- Lar da Criança Ninho de Paz;
- 10- COTIC;
- 11- Instituto PIVI;
- 12- Casas André Luiz;
- 13- EE Profª. Regina Miranda Brant de Carvalho;
- 14- Abrigo Velhice - Bezerra de Menezes;
- 15- GRAAC;
- 16- Abrigo Velhinhos - Frederico Ozanan.

m) Semana Nacional da Conciliação de 23 a 27/11/15

O CASC foi responsável pela Brinquedoteca;

n) Participação na 19ª Festa de Natal das Crianças Especiais

Em 12/12/14, o CASC participou da 19ª Festa de Natal das Crianças Especiais organizada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP).

Na ocasião, brinquedos novos doados pelos funcionários do Tribunal nos prédios centrais da Capital foram entregues a 1.737 crianças e adolescentes especiais de diversas instituições sociais. “O Tribunal empenhou-se em ajudar, pois é uma festa que traz alegria e divertimento tanto às crianças, como aos seus familiares,” afirmou a presidente do CASC, Maria Luiza de Freitas Nalini.

2- Projeto de Inclusão Digital

Objetivou a doação de equipamentos de informática para entidades assistenciais.

Tendo com público alvo inicial crianças e adolescentes, foi depois ampliado para alcançar adultos e idosos.

Como as inscrições das entidades eram feitas pelo site do TJSP na internet, o CASC adotou a rotina de, antes de serem entregues os equipamentos, visitar as solicitantes. Medida necessária para a certificação de que as doações chegassem a quem realmente delas necessitasse. Até o final de novembro de 2015 o CASC havia entregado 1.800 (um mil e oitocentos) conjuntos de equipamentos, para as seguintes entidades:

- 1- 2/2/15 - Abrigo dos Velhinhos Frederico Ozanam;
- 2- 2/2/15 - Instituto Nossa Senhora de Fátima;
- 3- 5/2/15 - Sociedade de Beneficência e Assistência Social Lar das Mãezinhas;
- 4- 11/2/15 - UNAS - União de Núcleos, Associação dos Moradores de Heliópolis;
- 5- 11/2/15 - Clube Feminino Para Proteção à Infância;
- 6- 12/2/15 - Fundação Antonio Antonieta Cintra Gordinho;
- 7- 13/2/15 - Instituto A Sétima Trombeta;
- 8- 20/2/15 - Associação Líder Miguel Arcanjo;
- 9- 2/3/15 - Casa dos Meninos de Tietê;
- 10- 31/3/15 - Associação Comunitária Monte Azul;
- 11- 1/4/15 - A Mão Cooperadora Obras Sociais e Educacionais - Núcleo Marcilac;
- 12- 4/5/15 - APOIE - Associação Para Profissionalização, Orientação e Int.;
- 13- 6/5/15 - IASE - Instituto de Ass. Social e Educ. Nossa Senhora de Fátima;
- 14- 21/7/15 - Lar Vicentino de Lagoinha;
- 15- 18/9/15 - AMPA - Associação de Mães e Pais Funcionário do TJSP;
- 16- 28/9/15 - SOBEI- Sociedade Beneficente Equilíbrio de Interlagos.
- 17- 18/11/15 - Caritas Diocesana de Campo Limpo - CDCL

3- TJ na Comunidade

O programa foi subdividido em 3 (três) ações de cidadania, levadas principalmente ao público frequentador dos CEUs (Centros Educacionais Unificados) da Prefeitura de São Paulo e, eventualmente, a outros locais.

3.1 – Divulgação e explicação da Lei Maria Da Penha

Com a parceria valorosa das integrantes da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Comesp), o Comitê de Ação Social e Cidadania levou o conhecimento da Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha, aos Centros Educacionais Unificados (CEUs). A equipe da Comesp que tem acompanhado o CASC nos eventos assinalados, contam com juízas de Direito, psicóloga e assistente social, além de juiz assessor do Gabinete Civil da Presidência.

É fundamental para a solução de muitos problemas da sociedade contemporânea a conscientização da condição de vulnerabilidade da mulher e o reconhecimento vergonhoso dos altos índices de feminicídio que ocorrem no Brasil. As palestras também informam onde buscar ajuda tanto para a vítima bem como proporcionam o conhecimento das oficinas de reeducação para o agressor. A violência contra a mulher é sem dúvida um problema cultural, e o que se busca nestas palestras é provocar uma transformação de comportamento, e que Mulheres e Homens sejam, juntos, construtores de uma Cultura de Paz.

3.2 - Tribunal de Justiça CONCILIA

Essa é uma ação do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania.

O CEJUSC tem como objetivo prestar auxílio a qualquer cidadão para que ele receba orientações para resolver seus problemas sem a necessidade de advogado. Não é preciso apresentar provas e o juiz não está ali para decidir. Com a ajuda de conciliadores ou mediadores preparados para isso, a meta é chegar a um acordo bom para as duas partes. O juiz ajuda para que a solução encontrada esteja dentro da lei.

Nos eventos em que a CASC participou, fizeram-se presentes conciliadores e a coordenação da NUPEMEC (Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos)

3.3 - Futebol de Rua (Fútbol Callejero) - Parceria Ação Educativa

Fazendo o mesmo de forma diferente. O Projeto Fútbol Callejero, nasceu na Argentina com o objetivo de pacificar comunidades vizinhas. Aqui no Brasil vem se popularizando rapidamente. É o nosso jogo conhecido como Pelada, jogada em três tempos:

1º Tempo - as equipes combinam as regras;

2º Tempo - é o jogo propriamente dito;

3º Tempo - as duas equipes sentam-se para discutir quem respeitou as regras, se houve solidariedade, colaboração. Um mediador acompanha os três tempos.

Vence quem pontuou não só no placar mas também quem cumpriu o combinado.

CEUs Visitados com as ações 1- 2 - 3 e parcerias locais

- 1 - Aricanduva - (1-2) – 14/3/14
- 2 - Guarapiranga - (1-2) – 21/3/15
- 3 - Anhanguera - (1-2) – 28/3/015
- 4 - Rosa da China - (1-2-3) – 23/5/15
- 5 - Paraisópolis - (1) + Ação Global + Balé Paraisópolis – 30/5/15
- 6 - Perus - (1-2) – 27/6/15
- 7 - Jaçanã - (1-2-3) – 15/8/15
- 8 - Butantã - (1-2-3)- 22./8/015
- 9 - Jaguaré - (1-2-3) – 12/9/15
- 10 - Sapopemba - (1-2-3) – 26/9/15
- 11- Campo Limpo - (1-2-3) – 03/10/15
- 12 - Capão Redondo (1-2-3) – 24/10/15

Outros Locais

- 1 – 19/9/15 - Guarujá (1-2-3) e outras ações em parceria com a Prefeitura Municipal do Guarujá;
- 2 – 11/4/15 - EE Profª. Regina Miranda Brant de Carvalho - Em Engenheiro Marcilac (1-2) - e parcerias locais: CREAS, CRAS, Polícia Militar, CONSEG, Polícia Civil. Neste evento o presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Desembargador Dr. José Renato Nalini, gravou uma mensagem apresentando o tema O PROTAGONISMO DO JUIZ DO MEIO AMBIENTE por ele elaborado. A presidente do CASC, Dona Maria Luiza, conduziu a apresentação.
- 3 – 25 a 30/8/15 – Semana da “Estéticas das Periferias” - Promoção da Ação Educativa e Apoio e participação

do CASC nos locais: Comunidade Capão Redondo, CEU Heliópolis.

4 - Balé de Paraisópolis - O CASC, em parceria com o Arte & Cultura no TJSP, promoveu encontros de apoio ao Balé de Paraisópolis, entre esses encontros destacamos a visita da bailarina Ana Botafogo.

12.2- Convênio com a APAE para contratação de aprendizes

O Tribunal de Justiça e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo (APAE SP) firmaram avença (Contrato nº 000.271/2014/CT), em 29/10/14, com a finalidade de inclusão de 06 (seis) aprendizes de auxiliar administrativo e apoio para gabinetes, diagnosticados preferencialmente portadores de trissomia do cromossoma 21 – Síndrome de Down, ou deficiência intelectual, para a prestação de serviços administrativos das dependências do Tribunal de justiça, com carga horária semanal de 30 (trinta) horas, mediante remuneração.

13 - Projetos de preservação da memória do Judiciário Paulista

A memória, conforme bem observa José Antonio Marina Torres, filósofo e pedagogo espanhol, não é um “armazém do passado mas um limiar do porvir... Não se ocupa de restos, mas de sementes”.

Com o intuito de evocar fatos de relevo histórico, e personalidades com grande atuação social em seu tempo, a servir de fonte de inspiração para a ação futura, a Presidência do Tribunal de Justiça lançou projetos de resgate da história do Judiciário paulista.

São os seguintes:

13.1- Programa “Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal Bandeirante”

A iniciativa objetivou manter viva a memória de personalidades que dedicaram sua vida ao aprimoramento das instituições jurídicas em nosso país, mediante homenagens no Salão do Júri, no Palácio da Justiça.

Realizou-se a pesquisa histórica para obtenção do curriculum vitae do homenageado, com a respectiva catalogação de acervo doado durante os eventos. O presidente Renato Nalini convidava um magistrado da Corte para prestar a homenagem. Em seguida, o Gabinete Civil da Corregedoria Geral da Justiça ou o Cerimonial entrava em contato com a família e, em conjunto com o magistrado responsável pela homenagem, agendava-se a data do evento.

Foram 88 (oitenta e oito) eventos, para 96 (noventa e três) homenageados, com público total estimado de 6.160 (seis mil e cento e sessenta) pessoas.

Durante as homenagens, a emoção tomava conta dos familiares e amigos íntimos dos homenageados, trazendo aos presentes exemplos inspiradores de dedicação ao bem comum.

*Vale conferir mais detalhes, com a relação de todos os homenageados e oradores, no capítulo 14 deste relatório – ‘TJSP em números’

13.2- Livro “140 Anos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo”

Projeto editorial a cargo da Comissão de História do TJSP, o livro representa a versão atualizada da obra “Memória e Atualidade”, destinada a oferecer, à sociedade civil e à comunidade especializada, uma consolidação de dados e referências acerca da história da Corte Bandeirante.

13.3- Livro “Galeria dos Presidentes – Memória Histórica da Justiça Bandeirante através de seus Presidentes”

A publicação, fruto da parceria entre o Tribunal de Justiça de São Paulo e a Imprensa Oficial do Estado (Imesp), idealizada pelo presidente José Renato Nalini, apresenta um registro biográfico e fotos dos homens que comandaram o Tribunal paulista, considerado hoje o maior do mundo.

Os textos e revisão ficaram a cargo dos desembargadores integrantes da Comissão de História do TJSP, Alexandre Moreira Germano e Justino Magno Araújo.

13.4- Livro digital “Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e seus Desembargadores”

O livro digital, idealizado pelo desembargador Ricardo Henry Marques Dip, e executado pela Coordenadoria de Difusão das Informações Judiciais, reúne dados biográficos e fotos de todos os desembargadores e ministros da Corte, desde sua instalação. A publicação é uma obra em constante atualização. Contará como revisões periódicas, para que se possa atingir o máximo possível de fidelidade nas informações e imagens.

13.5- Dia do Patrono

Dentro ainda do Programa Agenda 150 anos de Memória Histórica do Tribunal Bandeirante, a Portaria nº 9.203/14 instituiu o “Dia do Patrono das Unidades Judiciais do Estado de São Paulo”, comemorado na data do natalício da personalidade que dá nome às edificações pertencentes ao TJSP, mediante resgate e ampla divulgação dos dados biográficos dos homenageados e produção de eventos culturais a ele relacionados.

13.6- Equipe de restauro

Lançam-se as bases da formação de uma equipe de restauro no âmbito do Tribunal de Justiça, para a pronta atuação nos casos de tragédias naturais, com vista à ação imediata de rescaldo da documentação e interrupção das causas de sua degradação; à posterior limpeza e desinfecção do suporte material, para recuperação da informação; e à final restauração documental, em parceria com organismo técnico e em local próprio ao procedimentos, atualmente o Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Além disso, a equipe atuará permanentemente na recuperação de autos processuais arquivados que, embora ostentem relevância histórica, padecem de algum tipo de dano.

14 - TJSP em números

O presente capítulo traz relações, listas e dados estatísticos mencionados nos capítulos anteriores.

14.1- Eventos da Coordenadoria de Apoio aos Servidores do Tribunal de Justiça de São Paulo (CAPS), em atuação conjunta com a EJUS

Foram realizadas 31 palestras no período e 02 Workshops em média 200 comarcas participantes no ensino EAD

PALESTRAS 2014

21/5/14 - A ARTE DA COMUNICAÇÃO

Palestrante: Thais Helena Costa

CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO PARA SERVIDORES PÚBLICOS

Palestrante: Alessandro César Finardi

10/6/14 – O SEU FUTURO DEPENDE DE VOCÊ

Palestrante: Cesar Romão

24/6/14 – O GOLPE DE 1964

Palestrante: Almino Monteiro Alvares Affonso

25/6/14 - FUNDAMENTOS DE CONTROLE INTERNO

Palestrantes: Paulo Massaru Uesugi Sugiura e Alexandre Mateus Dos Santos

6/8/14 - GESTÃO DE PESSOAS - ATITUDES E FUNDAMENTOS

Palestrante: Lucila Mara Sbrana Sciotti

19/8/14 – PROSPERIDADE FINANCEIRA

Palestrante: Cristiane Regina Perfídio Maeda

3/9/14 – SUA SAÚDE – VILÕES E ALIADOS

Palestrante: José Luiz Amuratti

24/9/14 – DINHEIRO SEM SEGREDO

Palestrante: Cristiane Regina Perfídio Maeda

08/10/14 – SANTA MARCELINA CULTURA: MÚSICA PARA FORMAR PESSOAS

Palestrante: Paulo Zuben

14/10/14 - RETRATO FOTOGRÁFICO, UMA VISÃO PESSOAL

Palestrante: Márcio Scavone

21/10/14 – ETIQUETA – PODEROSA FERRAMENTA PROFISSIONAL

Palestrante: Claudia Matarazzo

5/11/14 – EQUILÍBRIO PESSOAL E PROFISSIONAL

Palestrante: Cecília Cibella Shibuya

11/11/14 – SOMOS TODOS CONSUMIDORES: APLICABILIDADE DO CDC NO DIA A DIA

Palestrante: Fernando Augusto de Vita Borges de Sales

3/2/15 - LINGUAGEM CORPORAL E MENTIRA: COMO IDENTIFICAR MENSAGENS NÃO VERBAIS

Palestrante: Paulo Sergio de Camargo

3/3/15 - TRABALHO E BEM ESTAR

Palestrante: Cristiano Faé Vallejo

31/3/15 - CONVIVENDO COM A DIVERSIDADE: VOCÊ SABE SE RELACIONAR COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA?

Palestrante: Andréa Schwarz e Jaques Haber

28/4/15 - MEMORIZAÇÃO E CONCENTRAÇÃO PARA O DIA A DIA: DESPERTE O SEU POTENCIAL MENTAL

Palestrante: Robson Gessoni

5/5/15 - A MÁGICA DA MOTIVAÇÃO

Palestrante: Meiry Kamia

9/6/15 - NÃO EXISTE GESTÃO SEM COMUNICAÇÃO

Palestrante: Daniel Costa

23/6/15 – TERAPIA DO RISO: APRENDA A RIR DE SI MESMO

Palestrante: Professora Ivone Engelmann

11/8/15 – OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Palestrante: José Rogério Cruz e Tucci

12/8/2015 - RESISTIR É PRECISO"

Palestrante: Dr. Renato Nalini

18/9/15 – LITERATURA PRA QUE? A IMPORTÂNCIA DA LEITURA EM NOSSO COTIDIANO

Palestrante: Prof. Antônio Geraldo Figueiredo Ferreira

29/9/15 - ASSÉDIO MORAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Palestrante: Prof. José Roberto Heloani

6/10/15 - TEORIA GERAL DA PROVA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Palestrante: Flavio Luiz Yarshell

16/10/15 - DIREITO DOS ANIMAIS NA CONTEMPORANEIDADE

Palestrante: Máira Pereira Vélez

20/10/15 - LIDERANÇA, ESPIRITUALIDADE E RELACIONAMENTOS NO AMBIENTE DE TRABALHO

Palestrante: Fábio Cristofolete

10/11/15 – ÉTICA, INDIVÍDUO E SOCIEDADE

Palestrante: Mario Sergio Cortella

24/11/15 - OS PODERES E DEVERES DO JUIZ NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Palestrante: Oreste Nestor de Souza Laspro

1/12/15 – TUTELA DE URGÊNCIA E EVIDÊNCIA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Palestrante: Fabio Tabosa

1/12/2015 - O SISTEMA RECURSAL E GESTÃO DE PROCESSOS REPETITIVOS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Palestrante: Heitor Sica

WORKSHOPS

21/05/15 - WORKSHOP PARA INFORMAÇÕES E ORIENTAÇÕES SOBRE COMPRA DE ARMAS E MUNIÇÕES PELOS MAGISTRADOS – ATRIBUIÇÕES DO EXÉRCITO BRASILEIRO - desembargador Edison Brandão - general Cláudio Coscia Moura

18/08/2015 - WORKSHOP PARA INFORMAÇÕES E ORIENTAÇÕES SOBRE COMPRA DE ARMAS E MUNIÇÕES PELOS MAGISTRADOS – ATRIBUIÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL - desembargador Edison Brandão - delegada Fernanda Golin Nogueira

14.2- Situação imobiliária do TJSP



Informações gerais imobiliárias

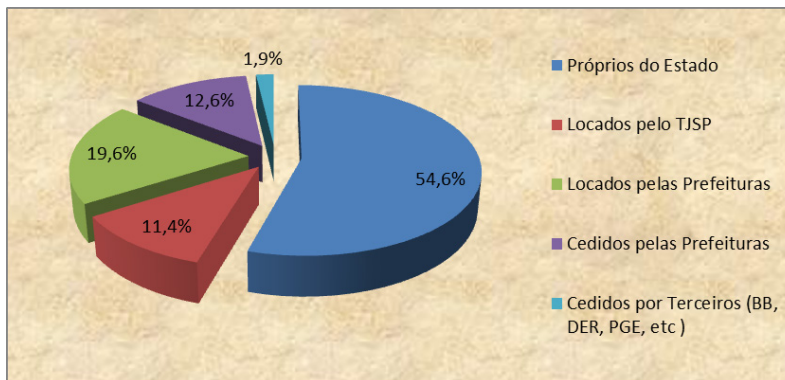
Total de prédios (Capital e interior) ocupados pelo Tribunal de Justiça = 700 (382 próprios)

Total de prédios na Capital ocupados pelo Tribunal de Justiça = 53

Total de prédios no interior ocupados pelo Tribunal de Justiça = 647

Área construída (Capital e interior) = 1.801.000m² (aproximadamente) Área construída na Capital = 620.000m² (aproximadamente)

Área construída no interior = 1.181.000m² (aproximadamente)



14.3-Obras, serviços e projetos de engenharia de maior relevância nas Regiões Administrativas Judiciárias

Tabela compilada de obras e projetos de engenharia de maior relevância tratados pela SAD 1:

LOCAL	ASSUNTO	PERCENTUAL	VALOR	STATUS
Botucatu	Projeto executivo, aquisição, instalação e manutenção de ar condicionado central	100%	688.820,00	concluído em 2015
Centro Administrativo e EPM	Obras de proteção e combate a incêndio	88,60%	3.065.320,99	em andamento
Centro Administrativo e EPM	Instalação de infraestrutura para ar condicionado em diversos locais	0%	60.000,00	em contratação via Ata de Registro de Preços
Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães	Projeto de proteção e combate a incêndio	100%	151.500,00	concluído em 2015
Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães	Obra de segurança e proteção contra incêndio	0%	331.136,89	em licitação
Estacionamento da Rua Conde de Sarzedas	Reestabilização de trecho de talude e reconstrução de muro limítrofe	100%	261.369,41	concluída em 2014

LOCAL	ASSUNTO	PERCENTUAL	VALOR	STATUS
Estacionamento da Rua Conde de Sarzedas	Reconstrução do muro de divisa	0%	70.306,63	em contratação via Ata de Registro de Preços
Ferraz de Vasconcelos	Reforma da cobertura	100%	829.717,13	concluída em 2014
GADE 23 de Maio	Execução de infra estrutura e fornecimento de ar condicionado para a sala de monitoramento	50%	17.921,96	em andamento
GADE Conselheiro Furtado	Instalação de sistema de CFTV	100%	308.000,00	concluída em 2014
Garagem Móoca	Obras de proteção e combate a incêndio	80%	137.687,80	em andamento
Gráfica e Oficinas	Manutenção da cabine primária e substituição do forro	100%	39.800,00	concluída em 2015
Gráfica e Oficinas	Projeto de proteção e combate a incêndio	30%	81.750,00	em andamento
Gráfica e Oficinas	Execução reparos no reservatório de água	0%	32.870,32	em contratação via Ata de Registro de Preços
Hely Lopes, FJM, Barra Funda	Projeto de acessibilidade	100%	1.604.092,43	concluído em 2015
Jabaquara	Reforma geral dos Blocos 1 e 2	48,85%	40.511.026,01	em andamento
João Mendes Junior	Reforma das fachadas e dos caixilhos	80,42%	22.960.913,00	em andamento
João Mendes Junior	Reforma das instalações hidráulicas	100%	8.879.548,53	concluída em 2014
Palácio da Justiça	Instalação de novo sistema e infraestrutura de telefonia	100%	7.175.156,80	concluída em 2015
Palácio da Justiça	Obra de restauro - 1.ª fase cobertura e forro do 4.º pavimento (Biblioteca) e forro do 6.º pavimento	40%	20.165.473,99	em andamento
Palácio da Justiça	Projeto de Restauro e adequações das instalações - 1.ª fase	100%	incluindo no valor abaixo	concluído em 2012
Palácio da Justiça	Projeto de Restauro e adequações das instalações - 2.ª fase restauro geral	58%	1.412.772,41	em andamento
Palácio da Justiça	Instalação de sistemas de sonorização em salas de sessões de julgamentos	100%	296.333,33	concluída em 2014
Pátio do Colégio	Projeto de reforma geral	25%	1.346.025,70	em andamento
Pátio do Colégio	Laudo estrutural	100%	101.217,00	concluído em 2014

LOCAL	ASSUNTO	PERCENTUAL	VALOR	STATUS
Patriarca	Substituição do revestimento de piso- 4º pav.	0%	107.182,39	em contratação via Ata de Registro de Preços
Patriarca	Substituição do revestimento de piso - 24º ao 28º e 30º	0%	448.232,15	em contratação via Ata de Registro de Preços
Patriarca	Projeto de reforma geral	20%	3.593.467,30	em andamento
Pinheiros	Projeto de proteção e combate a incêndio	100%	160.000,00	concluído em 2014
Prédio Vergueiro	Projeto de reforma geral	54,50%	257.588,16	em andamento
Prédio Tabatinguera	Projeto de reforma geral	30%	1.031.338,00	em andamento
S.J. dos Campos	Projeto executivo, aquisição, instalação e manutenção de ar condicionado central	100%	2.649.900,00	concluído em 2014
Santo Amaro Cível e Criminal	Projeto de reforma geral	20%	2.307.075,23	em andamento
São Bernardo do Campo	Reforma da fachada	100%	341.750,00	concluída em 2014
São Sebastião	Instalação de ar condicionado	100%	259.900,00	concluída em 2015
Socorro	Projeto executivo de reforma geral	27%	116.000,00	Para recontratar
Tatuí	Projeto executivo, aquisição, instalação e manutenção de ar condicionado central	100%	1.103.528,24	concluído em 2015
VEIJ - Piratininga	Projeto de reforma geral - 1.ª fase	100,00%	58.630,00	concluído em 2015
VEIJ - Piratininga	Projeto de reforma geral - 2.ª fase	42,37%	415.557,60	em andamento

Tabela compilada de obras e serviços de engenharia de maior relevância tratados pelo Departamento de Administração das Regionais Administrativas Judiciárias – DARAJ

RAJ	COMARCA/ PRÉDIO	SERVIÇO	VALOR	SITUAÇÃO
1	Barueri	Manutenção da cobertura	240.406,17	Em andamento
1	Carapicuíba	Concertina e hidráulica	15.653,60	Concluída em 2014
1	Consolação	Banheiros do 10º andar	30.028,83	Concluída em 2014
1	Ferraz de Vasconcelos	Reforma da obertura	829.717,13	Concluída em 2014
1	Gade MMDC	Piso	28.215,51	Concluída em 2014

RAJ	COMARCA/ PRÉDIO	SERVIÇO	VALOR	SITUAÇÃO
1	Gráfica e Oficinas	Manutenção da cabine primária e substituição do forro	39.800,00	Concluída em 2015
1	Guarulhos	Substituição de pisos	277.504,13	Em andamento
1	Guarulhos	Manutenção de esquadrias	65.872,89	Em andamento
1	Guarulhos	Manutenção do muro de arrimo	134.421,70	Em andamento
1	Guarulhos	Manutenção da cobertura	352.777,39	Em andamento
1	Hely Lopes Meirelles	Cobertura	81.073,02	Concluída em 2014
1	Hely Lopes Meirelles	Manutenção de prumada de água	22.178,84	Em andamento
1	Hely Lopes Meirelles	Manutenção da cobertura	315.029,58	Em andamento
1	Itapecerica da Serra	Manutenção da cobertura	293.448,03	Em andamento
1	Itapecerica da Serra	Substituição de pisos	51.509,06	Em andamento
1	Itapevi	Manutenção da cobertura	188.084,98	Em andamento
1	João Mendes Júnior	Telefonia	41.333,26	Concluída em 2014
1	João Mendes Júnior	Tacos	23.342,62	Concluída em 2014
1	João Mendes Júnior	14º PAV. Cartório do Futuro	534.038,31	Concluída em 2014
1	João Mendes Júnior	Piso da sala 2212	3.772,59	Concluída em 2014
1	João Mendes Júnior	Adeq. salas-Unid. Remota	451.013,50	Concluída em 2015
1	João Mendes Júnior	Adeq. salas - Servidor	44.132,31	Concluída em 2015
1	João Mendes Júnior	Forro e inst. lâmpadas Led	408.344,22	Em andamento
1	João Mendes Júnior	Implantação do Cartório do Futuro II	973.284,12	Concluída em 2015
1	João Mendes Júnior	Manutenção da escadaria e hall	505.016,94	Em andamento
1	João Mendes Júnior	Bicicletário e vestiário	117.715,96	Em andamento
1	João Mendes Júnior	Acessibilidade no hall de entrada	259.784,67	Em andamento
1	João Mendes Júnior	Reparo na área do lixo	39.533,99	Em andamento
1	João Mendes Júnior	Manutenção no 22º andar	408.639,98	Em andamento
1	João Mendes Júnior	Manutenção nos 1º e 2º andares	547.226,30	Em andamento

RAJ	COMARCA/ PRÉDIO	SERVIÇO	VALOR	SITUAÇÃO
1	Lapa	Manutenção da cobertura	120.598,82	Em andamento
1	Lapa	Manutenção de piso	147.146,02	Em andamento
1	Lapa	Manutenção de forro	131.861,02	Em andamento
1	Lapa	Substituição de pisos	284.180,02	Em andamento
1	Lapa	Fachada	246.808,67	Em andamento
1	Mairiporã	Manutenção da cobertura	112.024,32	Em andamento
1	Mário Guimarães	Cobertura	2.043.155,12	Concluída em 2015
1	Mário Guimarães	Perfuração de poço artesiano	265.975,70	Em andamento
1	Mário Guimarães	Reocupação - Sala de Custódia	352.664,91	Em andamento
1	Mário Guimarães	Manutenção de caixa de esgoto	51.497,27	Em andamento
1	Mário Guimarães	Reparo no reservatórios	162.826,18	Em andamento
1	Mauá	Substituição de pisos	150.377,88	Em andamento
1	Mauá	Substituição de esquadrias	70.470,90	Em andamento
1	Mauá	Pintura interna e externa	364.587,45	Em andamento
1	Mogi das Cruzes	Cobertura	448.370,56	Concluída em 2014
1	Palácio da Justiça	Ar Condicionado	203.240,34	Concluída em 2014
1	Palácio da Justiça	Instalação de sistemas de sonorização em salas de sessões de julgamentos	296.333,33	concluída em 2014
1	Penha de França	Manutenção de forro	58.633,64	Em andamento
1	Pinheiros	Fechamento perimetral	492.701,57	Em andamento
1	Pinheiros	Manutenção da cobertura	200.576,90	Em andamento
1	Pinheiros	Manutenção da fachada	104.022,64	Em andamento
1	Pinheiros	Manutenção de piso	52.746,04	Em andamento
1	Pinheiros	Automação dos portões	13.051,16	Em andamento
1	Prédio da Rua da Móca	Obras de proteção e combate a incêndio	137.687,80	Em andamento
1	Prédio Patriarca	Telefonia e Elétrica	25.666,40	Concluída em 2014
1	Rua da Glória	Elétrica	78.660,02	Concluída em 2014
1	Santa Isabel	Piso	11.660,49	Concluída em 2014

RAJ	COMARCA/ PRÉDIO	SERVIÇO	VALOR	SITUAÇÃO
1	Santana de Parnaíba	Fechamento perimetral	91.847,15	Concluída em 2015
1	São Bernardo do Campo	Reforma da fachada	341.750,00	concluída em 2014
1	São Bernardo do Campo	Reforma das pastilhas da fachada	53.494,51	Em andamento
1	São Bernardo do Campo	Substituição de pisos	44.400,60	Em andamento
1	São Bernardo do Campo	Instalação de aparelhos de ar condicionados	72.536,92	Em andamento
1	Taboão da Serra	Manutenção das marquises	301.879,79	Em andamento
1	VEIJ - Brás - Rua Piratinga	Tela de proteção para fachada	21.700,80	Concluída em 2014
1	VEIJ - Brás - Rua Piratinga	Andaimes fachadeiros	63.596,67	Em andamento
2	Araçatuba	Erosão e alagamento no estacionamento	37.015,52	Concluída em 2014
2	Araçatuba	Desvio de águas pluviais	34.153,22	Em andamento
2	Araçatuba	Sistema de combate a incêndio	341.888,30	Em andamento
2	Auriflama	Fundação, talude e trincas	81.131,79	Em andamento
2	Bilac	Cobertura	161.038,36	Concluída em 2015
2	Buritama	Reforma - elétrica	123.600,00	Concluída em 2015
2	Buritama	Fechamento perimetral	128.140,45	Em andamento
2	Cafelândia	Cobertura	128.839,02	Concluída em 2014
2	Cafelândia	Bomba hidráulica	15.625,41	Em andamento
2	Getulina	Cobertura	67.667,05	Concluída em 2014
2	Guararapes	Cobertura	116.621,38	Em andamento
2	Jales	Esgoto	12.879,95	Concluída em 2014
2	Mirandópolis	Cobertura	92.063,45	Concluída em 2014
2	Palmeira D'Oeste	Conserto - elevador	7.990,00	Concluída em 2015
2	Palmeira D'Oeste	Reforma de telhado	98.483,24	Em andamento
2	Penápolis	Cobertura	17.720,86	Concluída em 2015
2	Pereira Barreto	Manutenção da cobertura	10.258,77	Em andamento
2	Promissão	Cobertura	170.037,00	Concluída em 2014
2	Santa Fé do Sul	Cobertura	49.067,33	Concluída em 2014
2	Valparaíso	Reforma de telhado	118.414,06	Em andamento
3	Agudos	Reforma da cobertura	120.000,00	Concluída em 2015
3	Agudos	Forro do São do Júri	16.915,12	Em andamento
3	Bariri	Reparo na cobertura	171.463,59	Em andamento

RAJ	COMARCA/ PRÉDIO	SERVIÇO	VALOR	SITUAÇÃO
3	Barra Bonita	Passeio intertravado	197.060,58	Concluída em 2014
3	Barra Bonita	Fechamento perimetral	381.269,91	Concluída em 2015
3	Barra Bonita	Cobertura - Emergencial	117.275,00	Em andamento
3	Bauru	Substituição de pisos	233.769,27	Concluída em 2015
3	Botucatu	Aquisição e Instalação de ar condicionado central	688.820,00	Concluída em 2015
3	Conchas	Fechamento perimetral	70.000,00	Concluída em 2014
3	Dois Córregos	Recuperação dos pisos internos	42.321,52	Concluída em 2015
3	Duartina	Fechamento perimetral	129.587,61	Em andamento
3	Fartura	Fechamento perimetral	140.500,90	Concluída em 2014
3	Jaú	Cobertura	54.754,76	Concluída em 2014
3	Lençóis Paulista	Projeto de Combate à incêndio	7.935,00	Em andamento
3	Lençóis Paulista	Cobertura	156.899,03	Concluída em 2014
3	Lençóis Paulista	Reservatório subterrâneo e esgoto	41.898,97	Concluída em 2014
3	Macatuba	Fechamento perimetral	149.000,00	Concluída em 2014
3	Ourinhos	Cobertura	182.115,24	Concluída em 2014
3	Ourinhos	Fechamento perimetral	171.930,83	Concluída em 2015
3	Ourinhos	Substituição de pisos	34.951,46	Em andamento
3	Pirajuí	Cobertura	188.269,56	Concluída em 2014
3	Pirajuí	Fachadas	154.341,09	Concluída em 2014
3	Piratinga	Manutenção da cobertura	96.964,89	Em andamento
3	Santa Cruz do Rio Pardo	Substituição de pisos e forro	45.088,95	Em andamento
3	São Manuel	Fechamento perimetral	237.435,28	Concluída em 2015
3	São Manuel	Impermeabilização caixa d'água	18.810,51	Em andamento
3	Taquarituba	Cobertura	86.501,88	Concluída em 2014
4	Aguai	Cobertura do átrio/ passarela	34.304,13	Concluída em 2014
4	Aguai	Manutenção da cobertura	180.115,69	Em andamento

RAJ	COMARCA/ PRÉDIO	SERVIÇO	VALOR	SITUAÇÃO
4	Amparo	Cobertura - Anexo Fiscal	48.489,85	Concluída em 2014
4	Amparo	Manutenção da cobertura	183.819,52	Em andamento
4	Amparo	Fechamento perimetral	253.463,20	Em andamento
4	Atibaia	Execução de escoramento na estrutura do prédio	48.000,00	Concluída em 2014
4	Bragança Paulista	Telefonia	97.238,75	Concluída em 2014
4	Brotas	Manutenção da cobertura	242.960,62	Em andamento
4	Campinas	Cobertura	66.681,00	Concluída em 2014
4	Campinas	Rede de telefonia	26.600,76	Em andamento
4	Campinas	Reparo na cobertura	86.501,02	Em andamento
4	Campinas	Reparo na cabine de força	61.874,14	Em andamento
4	Capivari	Reparo na cobertura	233.996,55	Em andamento
4	Cerquillo	Cobertura	160.601,28	Concluída em 2015
4	Cerquillo	Fechamento perimetral	467.586,17	Em andamento
4	Espirito Santo do Pinhal	Manutenção da cobertura	210.857,19	Em andamento
4	Franco da Rocha	Piso	111.431,06	Concluída em 2015
4	Franco da Rocha	Manutenção caixa d'água	62.601,53	Em andamento
4	Itatiba	Reparo no sistema hidráulico de combate a incêndio	72.000,00	Concluída em 2015
4	Itatiba	Caixilhos, ferragens, pintura	184.574,33	Concluída em 2015
4	Itirapina	Cobertura	184.835,21	Concluída em 2015
4	Jaguariúna	Cobertura	165.414,81	Concluída em 2014
4	Jarinu	Cobertura	66.809,37	Concluída em 2014
4	Jundiaí	Fechamento perimetral	78.909,73	Em andamento
4	Laranjal Paulista	Fechamento perimetral	100.000,00	Concluída em 2014
4	Leme	Reforma do SPDA	11.879,60	Concluída em 2014
4	Limeira	Manutenção da cobertura	304.822,47	Em andamento
4	Limeira	Automação dos portões	48.345,67	Em andamento
4	Mogi Guaçu	Reforma em fachada	239.469,85	Em andamento

RAJ	COMARCA/ PRÉDIO	SERVIÇO	VALOR	SITUAÇÃO
4	Mogi Mirim	Manutenção da cobertura	293.912,92	Em andamento
4	Pedreira	Cobertura	83.934,92	Concluída em 2014
4	Piracaia	Cobertura	252.987,28	Concluída em 2014
4	Piracicaba	Reforma do SPDA	7.687,47	Concluída em 2014
4	Piracicaba	Cobertura	231.702,17	Concluída em 2015
4	Piracicaba	Centrais de GLP externa	36.953,49	Em andamento
4	Pirassununga	Cobertura e Pintura	254.978,90	Concluída em 2015
4	Pirassununga	Piso e fundação	108.458,86	Concluída em 2014
4	Porto Ferreira	Fechamento perimetral	80.000,00	Concluída em 2014
4	Porto Ferreira	Obras de Combate a incêndio	7.889,55	Concluída em 2014
4	Rio Claro	Caixilhos, pingadeiras e platibandas	872.411,58	Concluída em 2015
4	Santa Rita do Passa Quatro	Cobertura	353.662,67	Concluída em 2015
4	São Pedro	Manutenção da cobertura	202.037,26	Em andamento
4	Sumaré	Reservatório de concreto	207.122,92	Concluída em 2015
4	Sumaré	Fechamento perimetral	239.240,75	Em andamento
4	Sumaré	AVCB	28.332,94	Em andamento
4	Tietê	Manutenção da cobertura	408.987,21	Em andamento
5	Adamantina	Reparo em estragos pela chuva	32.600,30	Em andamento
5	Adamantina	Cobertura	286.003,75	Em andamento
5	Assis	Impermeabilização do reservatório	10.080,47	Concluída em 2014
5	Bastos	Transferência do PABX	1.551,50	Concluída em 2014
5	Cândido Mota	Reparo na cobertura	115.037,70	Em andamento
5	Dracena	Conserto do elevador	6.500,00	Concluída em 2014
5	Florida Paulista	Manutenção da cobertura	56.295,32	Em andamento
5	Lucélia	Cobertura	89.744,86	Concluída em 2014
5	Oswaldo Cruz	Bomba submersa	11.781,42	Concluída em 2014
5	Pacaembu	Cobertura	92.258,31	Concluída em 2014
5	Palmital	Cobertura	157.099,35	Concluída em 2014
5	Palmital	Bomba	11.781,42	Concluída em 2014
5	Palmital	Cobertura	207.445,25	Em andamento

RAJ	COMARCA/ PRÉDIO	SERVIÇO	VALOR	SITUAÇÃO
5	Paraguaçu Paulista	Cobertura	185.747,15	Concluída em 2014
5	Pirapozinho	Manutenção da cobertura	276.686,57	Em andamento
5	Pompéia	Cobertura	92.258,31	Concluída em 2014
5	Presidente Epitácio	Cobertura	103.802,52	Concluída em 2014
5	Presidente Prudente	Transferência do botigão de gás	22.773,93	Em andamento
5	Presidente Venceslau	Estabilização do talude do estacionamento	75.606,85	Em andamento
5	Presidente Venceslau	Manutenção da cobertura	299.243,54	Em andamento
5	Tupã	Instalação de 2 placas de identificação de chamadas	2.009,00	Concluída em 2014
5	Tupã	Cobertura	203.861,43	Concluída em 2014
6	Altinópolis	Manutenção da cobertura	259.503,05	Em andamento
6	Araraquara	Cobertura	189.605,88	Concluída em 2015
6	Araraquara	Sistema de combate a incêndio	228.387,24	Em andamento
6	Cajuru	Sistema de combate a incêndio	234.576,16	Em andamento
6	Franca	Transferência do PABX	5.536,00	Concluída em 2014
6	Guariba	Cobertura	176.480,07	Em andamento
6	Ibitinga	Impermeabilização	176.897,94	Em andamento
6	Igarapava	Cobertura	146.601,60	Concluída em 2014
6	Itápolis	Cobertura e fachada	292.804,65	Em andamento
6	Itápolis	Fechamento perimetral	138.124,66	Em andamento
6	Ituverava	Reforma - elétrica	139.800,00	Concluída em 2014
6	Ituverava	Manutenção da cobertura	284.409,22	Em andamento
6	Jaboticabal	Pintura	235.343,23	Concluída em 2015
6	Jardinópolis	Manutenção da cobertura	151.819,22	Em andamento
6	Miguelópolis	Cobertura, piso e hidráulica	194.229,29	Concluída em 2015
6	Monte Alto	Pintura e toldos	63.164,97	Concluída em 2014
6	Monte Alto	Fechamento perimetral	191.843,75	Em andamento
6	Morro Agudo	Reforma - elétrica	167.060,00	Em andamento
6	Pedregulho	Reforma - elétrica	67.500,00	Concluída em 2014

RAJ	COMARCA/ PRÉDIO	SERVIÇO	VALOR	SITUAÇÃO
6	Pontal	Reforma - elétrica	93.000,00	Concluída em 2015
6	Ribeirão Preto	Sistema de chamada por voz	57.000,00	Concluída em 2014
6	Ribeirão Preto	Troca de corrimão e guarda corpo	391.173,47	Em andamento
6	Santa Rosa de Viterbo	Fechamento Perimetral	45.000,00	Concluída em 2014
6	Santa Rosa de Viterbo	Cobertura	137.234,02	Concluída em 2015
6	São Carlos	Sistema de combate a incêndio	204.083,92	Em andamento
6	São José do Rio Pardo	Cobertura	264.553,44	Concluída em 2015
6	São Simão	Pintura	120.216,19	Concluída em 2015
6	Sertãozinho	Cobertura	696.722,66	Em andamento
6	Tambaú	Cobertura, fachada e juntas de dilatação	148.807,68	Em andamento
6	Taquaritinga	AVCB	170.931,98	Em andamento
6	Taquaritinga	Reforma no telhado	173.902,92	Em andamento
7	Cananéia	Manutenção em esquadrias	111.388,41	Em andamento
7	Cubatão	Cobertura	216.461,93	Concluída em 2014
7	Cubatão	Adequação de cela de detentos	45.999,04	Em andamento
7	Cubatão	Pisos	439.900,43	Em andamento
7	Iguape	Forro	19.044,20	Concluída em 2014
7	Itanhaém	Substituição de pisos	35.980,27	Em andamento
7	Itanhaém	Impermeabilização de laje	33.125,29	Em andamento
7	Itanhaém	Manutenção de esquadrias	35.844,69	Em andamento
7	Itariri	Reforma elétrica	76.000,00	Concluída em 2014
7	Jacupiranga	Manutenção da cobertura	28.224,77	Em andamento
7	Juquiá	Fechamento perimetral	145.500,00	Concluída em 2014
7	Juquiá	Cobertura	55.345,40	Concluída em 2014
7	Juquiá	Manutenção de esquadrias	77.283,64	Em andamento
7	Juquiá	Manutenção de gradil	15.775,50	Em andamento
7	Juquiá	SPDA	28.975,00	Em andamento
7	Miracatu	Fechamento perimetral	60.000,00	Concluída em 2014
7	Miracatu	Reforma da cobertura	154.000,00	Concluída em 2015
7	Miracatu	Piso	78.827,89	Concluída em 2014

RAJ	COMARCA/ PRÉDIO	SERVIÇO	VALOR	SITUAÇÃO
7	Paria grande	Manutenção de esquadrias	48.666,60	Em andamento
7	Praia Grande	Reforma das instalações elétricas	100.000,00	Em andamento
7	Praia Grande	Sonorização do Salão do Júri	50.500,00	Concluída em 2014
7	Praia Grande	Cobertura prédio Anexo	134.962,93	Concluída em 2014
7	Praia Grande	Forro e luminárias - prédio Anexo	104.937,72	Concluída em 2014
7	Praia Grande	Reforma de telhado	182.123,54	Em andamento
7	Praia Grande	Sistema de drenagem águas pluviais	53.058,21	Em andamento
7	Praia Grande	Manutenção de piso e azulejo	67.474,75	Em andamento
7	Praia Grande	Reparo na cobertura do prédio anexo	11.723,94	Em andamento
7	Registro	Pintura externa	184.832,22	Concluída em 2014
7	Santos	Ar condicionado	16.966,67	Concluída em 2014
7	Santos	Fachada	27.923,87	Concluída em 2014
7	Santos	Manutenção de esquadrias	265.724,81	Em andamento
7	Santos	Manutenção em grades e portoes	47.423,64	Em andamento
7	Santos	Instalação de concertinas	8.680,85	Em andamento
8	Barretos	Manutenção de cobertura	20.083,88	Em andamento
8	Cardoso	Obras de proteção e combate a Incêndio	120.950,00	Concluída em 2014
8	Cardoso	Reforma no reservatório água	20.392,04	Em andamento
8	Cardoso	Forro do Salão do Júri	58.422,19	Em andamento
8	Catanduva	Fechamento perimetral	318.000,00	Concluída em 2014
8	Catanduva	Cobertura	197.598,87	Concluída em 2014
8	Catanduva	Manutenção em revestimento	143.083,32	Em andamento
8	Catanduva	Reparo nas esquadrias	97.400,55	Em andamento
8	Colina	Cobertura	25.534,66	Concluída em 2014
8	Colina	Recuperação de concreto	46.037,15	Em andamento

RAJ	COMARCA/ PRÉDIO	SERVIÇO	VALOR	SITUAÇÃO
8	Fernandópolis	Reforma no calçamento	69.275,15	Em andamento
8	Fernandópolis	Reparo na rede hidráulica	49.672,10	Em andamento
8	Fernandópolis	Fechamento perimetral	300.318,30	Em andamento
8	General Salgado	Hidráulica e elétrica	26.927,19	Concluída em 2014
8	General Salgado	Reforma de hidráulica	14.049,56	Em andamento
8	General Salgado	AVCB	78.593,57	Em andamento
8	Guaíra	Cobertura	87.076,21	Concluída em 2014
8	Guaíra	Manutenção em esquadrias	50.731,46	Em andamento
8	Itajobi	Fechamento perimetral	94.063,07	Em andamento
8	Mirassol	Cobertura	77.018,38	Concluída em 2014
8	Monte Aprazível	Fechamento perimetral	194.112,40	Em andamento
8	Olímpia	Cobertura	140.808,74	Concluída em 2014
8	Olímpia	Fechamento perimetral	111.673,01	Em andamento
8	Paulo de Faria	Reforma de telhado	101.199,25	Em andamento
8	Paulo de Faria	Substituição de louças sanitárias	8.365,74	Em andamento
8	Santa Adélia	Forro do Salão do Júri	26.328,27	Em andamento
8	Tanabi	Reforma - elétrica	97.250,00	Concluída em 2015
8	Urupês	Cobertura	109.198,10	Em andamento
8	Urupês	Fechamento perimetral	126.129,24	Em andamento
9	Caçapava	Reforma de telhado	233.759,91	Em andamento
9	Cachoeira Paulista	Reparo no sistema de combate à incêndio	146.551,80	Em andamento
9	Campos do Jordão	Cobertura	154.864,10	Concluída em 2014
9	Campos do Jordão	Reforma de telhado	62.201,59	Em andamento
9	Campos do Jordão	Sistema de combate a incêndio	183.759,47	Em andamento
9	Guaratinguetá	Cobertura	237.956,77	Concluída em 2014
9	Jacareí	Elétrica	23.827,91	Concluída em 2014
9	Jacareí	Sistema de combate a incêndio	303.171,15	Em andamento
9	Lorena	Cobertura	108.407,80	Concluída em 2014
9	Paraibuna	Piso	76.913,73	Concluída em 2014
9	Piquete	Reforma do telhado	153.054,59	Em andamento

RAJ	COMARCA/ PRÉDIO	SERVIÇO	VALOR	SITUAÇÃO
9	Queluz	Esquadrias internas e externas	102.572,52	Concluída em 2015
9	Santa Branca	Reforma do SPDA	19.100,00	Concluída em 2014
9	Santa Branca	Obras combate incêndio	71.107,68	Em andamento
9	Santa Branca	Esquadria e grades de proteção	41.228,69	Em andamento
9	São Bento do Sapucaí	Impermeabilização da cobertura	189.590,07	Em andamento
9	São Luiz do Paraitinga	Reforma do SPDA	26.800,00	Concluída em 2014
9	São Sebastião	Reforma elétrica	102.109,43	Concluída em 2014
9	Ubatuba	Cobertura	324.922,35	Concluída em 2015
10	Angatuba	Cobertura	79.830,77	Concluída em 2014
10	Apiaí	Cobertura	81.640,96	Concluída em 2014
10	Apiaí	Troca de portas de vidro	85.724,15	Em andamento
10	Apiaí	Reparo na rampa	36.693,74	Em andamento
10	Apiaí	Reparo do piso	14.593,08	Em andamento
10	Apiaí	Fechamento perimetral	87.262,33	Em andamento
10	Capão Bonito	Fachada /caixilhos	165.814,69	Concluída em 2014
10	Indaiatuba	Copa/cozinha	23.025,10	Concluída em 2014
10	Indaiatuba	Manutenção de piso	24.846,77	Em andamento
10	Indaiatuba	Instalação de ar condicionado	38.327,17	Em andamento
10	Indaiatuba	Fechamento perimetral	144.866,07	Em andamento
10	Itapeva	Muro de arrimo	209.397,35	Em andamento
10	Itaporanga	Pintura interna	144.922,80	Em andamento
10	Itaporanga	Fechamento perimetral	311.666,02	Em andamento
10	Itu	Pisos	71.801,12	Concluída em 2014
10	Itu	Reforma elétrica	21.987,28	Concluída em 2015
10	Piedade	Cobertura	83.128,21	Concluída em 2014
10	Piedade	Quadro de telefonia	25.603,88	Em andamento
10	Pilar do Sul	Cobertura	75.128,60	Concluída em 2014
10	Pilar do Sul	Fechamento perimetral	113.216,01	Em andamento
10	Porto Feliz	Hidráulica	84.505,03	Concluída em 2014
10	Salto	Cobertura	154.241,30	Concluída em 2014
10	São Roque	Construção de muro de contenção	314.129,42	Concluída em 2014
10	São Roque	Cobertura	82.353,97	Concluída em 2014
10	São Roque	Instalação de toldo	13.515,04	Em andamento

RAJ	COMARCA/ PRÉDIO	SERVIÇO	VALOR	SITUAÇÃO
10	São Roque	Automação dos portões	15.571,99	Em andamento
10	São Roque	Retirada de brises	137.515,88	Em andamento
10	Sorocaba	Instalação de ar condicionado	99.871,15	Em andamento
10	Sorocaba	Substituição de cabos elétricos	73.895,36	Em andamento
10	Sorocaba	Reforma em calçada interna	24.486,28	Em andamento
10	Tatuí	Aquisição e Instalação de ar condicionado central	1.103.528,24	Concluída em 2015
10	Tatuí	Tubulação caixa d'água	6.215,62	Concluída em 2015

Tabela compilada de projetos de engenharia de maior relevância tratados pelo Departamento de Administração das Regionais Administrativas Judiciárias - DARAJ

RAJ	COMARCA/ PRÉDIO	SERVIÇO	VALOR	SITUAÇÃO
1	Arujá	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
1	Barra Funda	Climatização	1.458.391,22	Concluído em 2015
1	Barra Funda	Aprovação Prefeitura	1.402.770,23	Em andamento
1	Barra Funda	CFTV	82.679,75	Concluído em 2015
1	Barra Funda - sala de custódia	Climatização	34.402,57	Concluído em 2015
1	Barueri	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	55.518,23	Em andamento
1	Barueri	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
1	Carapicuíba	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
1	Diadema	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
1	Diadema	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
1	Ferraz de Vasconcelos	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	55.518,23	Em andamento

RAJ	COMARCA/ PRÉDIO	SERVIÇO	VALOR	SITUAÇÃO
1	Guararema	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
1	Guarulhos	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	110.209,16	Em andamento
1	Guarulhos	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	55.518,23	Em andamento
1	Guarulhos	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	55.518,23	Em andamento
1	Guarulhos	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
1	Guarulhos	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
1	Guarulhos	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
1	Guarulhos	Instalações Elétricas	87.593,30	Em andamento
1	Hely Lopes Meirelles	Instalações Elétricas	889.849,32	Em andamento
1	Hely Lopes Meirelles	CFTV	47.975,68	Concluído em 2015
1	Itapecerica da Serra	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	55.518,23	Em andamento
1	Itapevi	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	55.518,23	Em andamento
1	Itapevi	Laudo Estrutural	10.121,70	Concluído em 2014
1	Itaquaquecetuba	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	55.518,23	Em andamento
1	João Mendes	Sistema de Alarme de Incêndio	15.521,49	Concluído em 2015
1	João Mendes	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	331.163,67	Em andamento
1	João Mendes	Instalações Elétricas - CFTV	56.206,15	Concluído em 2015
1	Mairiporã	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
1	Mauá	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	55.518,23	Em andamento
1	Mogi das Cruzes	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	55.518,23	Em andamento
1	Osasco	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	55.518,23	Em andamento
1	Osasco	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
1	Pinheiros	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	37.592,04	Em andamento

RAJ	COMARCA/ PRÉDIO	SERVIÇO	VALOR	SITUAÇÃO
1	Poá	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
1	Ribeião Pires	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
1	Ribeião Pires	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
1	Rio Grande da Serra	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
1	Santa Isabel	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
1	Santa Isabel	Instalações Elétricas	15.432,64	Em andamento
1	Santo André	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	110.209,16	Em andamento
1	Santo André	Instalações Elétricas	211.402,24	Em andamento
1	São Bernardo do Campo	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	271.714,99	Em andamento
1	Vargem Grande Paulista	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
1	Vargem Grande Paulista	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
2	Andradina	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
2	Andradina	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
2	Andradina	Instalações Elétricas	44.438,53	Concluído em 2015
2	Andradina	Instalações Elétricas	22.147,75	Em andamento
2	Araçatuba - Colégio Recursal	Climatização	41.048,48	Concluído em 2014
2	Araçatuba - Colégio Recursal	Layout	27.370,80	Concluído em 2014
2	Auriflama	Laudo Estrutural	10.121,70	Concluído em 2014
2	Auriflama	Novo Acesso	43.290,22	Concluído em 2014
2	Bilac	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
2	Buritama	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
2	Cafelândia	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
2	Cafelândia	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento

RAJ	COMARCA/ PRÉDIO	SERVIÇO	VALOR	SITUAÇÃO
2	Cafelândia	Instalações Elétricas	17.763,79	Concluído em 2015
2	Getulina	Instalações Elétricas	22.348,75	Concluído em 2015
2	Guararapes	Laudo Estrutural	10.121,70	Concluído em 2014
2	Guararapes	Hidráulica - Águas Pluviais	21.656,76	Concluído em 2014
2	Jales	Instalações Elétricas	40.800,60	Em andamento
2	Lins	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	55.518,23	Em andamento
2	Lins	Instalações Elétricas	66.126,03	Em andamento
2	Mirandópolis	Laudo Estrutural	10.121,70	Concluído em 2014
2	Penápolis	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
2	Penápolis	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
2	Penápolis	Instalações Elétricas	49.158,80	Concluído em 2015
2	Promissão	Instalações Elétricas	38.048,08	Em andamento
2	Valparaíso	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
2	Valparaíso	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
2	Valparaíso	Laudo Estrutural	10.121,70	Concluído em 2014
3	Agudos	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
3	Avaré	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
3	Avaré	Instalações Elétricas	59.836,22	Em andamento
3	Bariri	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
3	Bariri	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
3	Bariri	Instalações Elétricas	12.908,21	Em andamento
3	Barra Bonita	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
3	Bauru	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	110.209,16	Em andamento

RAJ	COMARCA/ PRÉDIO	SERVIÇO	VALOR	SITUAÇÃO
3	Bauru	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
3	Bauru	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
3	Bauru	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
3	Cerqueira César	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
3	Chavantes	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
3	Chavantes	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
3	Chavantes	Instalações Elétricas	10.105,44	Em andamento
3	Conchas	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
3	Conchas	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
3	Dois Córregos	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
3	Dois Córregos	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
3	Dois Córregos	Instalações Elétricas	8.551,34	Em andamento
3	Duartina	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
3	Fartura	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
3	Itatinga	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
3	Itatinga	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
3	Jaú	Laudo Estrutural	10.121,70	Concluído em 2014
3	Lençóis Paulista	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
3	Lençóis Paulista	Instalações Elétricas	4.627,49	Em andamento
3	Macatuba	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
3	Ourinhos	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	55.518,23	Em andamento
3	Ourinhos	Instalações Elétricas	73.676,16	Concluído em 2015
3	Ourinhos	Instalações Elétricas	28.151,50	Em andamento

RAJ	COMARCA/ PRÉDIO	SERVIÇO	VALOR	SITUAÇÃO
3	Paranapanema	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
3	Paranapanema	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
3	Pederneiras	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
3	Pederneiras	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
3	Pederneiras	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
3	Piraju	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
3	Piraju	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
3	Piraju	Instalações Elétricas	35.921,86	Concluído em 2015
3	Piraju	Instalações Elétricas	22.147,75	Em andamento
3	Pirajuí	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
3	Piratininga	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
3	Santa Cruz do Rio Pardo	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
3	Santa Cruz do Rio Pardo	Instalações Elétricas	38.353,51	Em andamento
3	Santa Cruz do Rio Pardo	Instalações Elétricas	22.147,75	Em andamento
3	São Manuel	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
3	São Manuel	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
3	Taquarituba	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
4	Americana	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	55.518,23	Em andamento
4	Araras	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	23.156,68	Concluído em 2015
4	Araras	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
4	Atibaia	Laudo Estrutural	236.616,50	Concluído em 2015
4	Brotas	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	23.195,42	Concluído em 2015
4	Caieiras	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento

RAJ	COMARCA/ PRÉDIO	SERVIÇO	VALOR	SITUAÇÃO
4	Cajamar	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
4	Campinas - Bloco E	Instalações Elétricas	4.271,81	Concluído em 2014
4	Campinas - Bloco E	Instalações Elétricas	22.147,75	Em andamento
4	Campinas - Palácio da Justiça	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	110.209,16	Em andamento
4	Campinas - Cidade Judiciária	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	215.520,21	Em andamento
4	Campinas - Vila Mimosa	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	55.518,23	Concluído em 2015
4	Campo Limpo Paulista	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
4	Conchal	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
4	Cosmópolis	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
4	Espírito Santo do Pinhal	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
4	Espírito Santo do Pinhal	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
4	Francisco Morato	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
4	Francisco Morato	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
4	Francisco Morato	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
4	Hortolândia	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
4	Itirapina	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Concluído em 2015
4	Jaguariúna	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Concluído em 2015
4	Jundiaí	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	110.209,16	Em andamento
4	Jundiaí	Instalações Elétricas	206.017,07	Em andamento
4	Laranjal Paulista	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
4	Leme	Laudo Estrutural	10.121,70	Concluído em 2014
4	Mogi Guaçu	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Concluído em 2015
4	Mogi Guaçu	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento

RAJ	COMARCA/ PRÉDIO	SERVIÇO	VALOR	SITUAÇÃO
4	Monte Mor	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
4	Pedreira	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Concluído em 2015
4	Pinhalzinho	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
4	Piracicaba	Instalações Elétricas	99.013,38	Em andamento
4	Pirassununga	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
4	Pirassununga	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
4	Porto Ferreira	Instalações Elétricas	43.560,84	Em andamento
4	Rio Claro	Instalações Elétricas	81.025,15	Em andamento
4	Rio das Pedras	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
4	Santa Bárbara D'Oeste	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Concluído em 2015
4	Santa Rita do Passa Quatro	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Concluído em 2015
4	São João da Boa Vista - Prédio novo	Instalações Elétricas	57.617,22	Em andamento
4	São Pedro	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Concluído em 2015
4	Serra Negra	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
4	Serra Negra	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
4	Socorro	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Concluído em 2015
4	Tietê	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Concluído em 2015
4	Valinhos	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Concluído em 2015
4	Valinhos	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
4	Vargem Grande do Sul	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Concluído em 2015
4	Várzea Paulista	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
4	Vila Mimosa	Elevador	42.319,89	Concluído em 2014
5	Adamantina	Instalações Elétricas	29.032,84	Em andamento

RAJ	COMARCA/ PRÉDIO	SERVIÇO	VALOR	SITUAÇÃO
5	Adamantina	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
5	Assis	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
5	Assis	Laudo Estrutural	10.121,70	Concluído em 2014
5	Cândido Mota	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
5	Dracena	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
5	Dracena	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
5	Dracena	Laudo Estrutural	10.121,70	Concluído em 2014
5	Flórida Paulista	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
5	Gália	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
5	Gália	Instalações Elétricas	14.605,34	Em andamento
5	Garça	Instalações Elétricas	45.308,22	Em andamento
5	Iepê	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
5	Iepê	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
5	Junqueirópolis	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
5	Lucélia	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
5	Maracaí	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
5	Maracaí	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
5	Marília	Instalações Elétricas	19.391,30	Em andamento
5	Martinópolis	Instalações Elétricas	13.364,39	Em andamento
5	Martinópolis	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
5	Oswaldo Cruz	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
5	Palmital	Laudo Estrutural	10.121,70	Concluído em 2014
5	Panorama	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento

RAJ	COMARCA/ PRÉDIO	SERVIÇO	VALOR	SITUAÇÃO
5	Panorama	Instalações Elétricas	29.353,71	Em andamento
5	Paraguaçu Paulista	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
5	Pirapozinho	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
5	Pompéia	Instalações Elétricas	11.574,48	Em andamento
5	Pompéia	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
5	Presidente Epitácio	Laudo Estrutural	10.121,70	Concluído em 2014
5	Presidente Venceslau	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
5	Quatá	Instalações Elétricas	11.160,83	Em andamento
5	Quatá	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
5	Rancharia	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
5	Rancharia	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
5	Regente Feijó	Instalações Elétricas	14.647,87	Em andamento
5	Regente Feijó	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
5	Regente Feijó	Laudo Estrutural	10.121,70	Concluído em 2014
5	Rosana	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
5	Santo Anastácio	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
5	Santo Anastácio	Instalações Elétricas	20.759,84	Em andamento
5	Tupã	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
5	Tupã	Instalações Elétricas	70.490,62	Em andamento
6	Altinópolis	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
6	Américo Brasiliense	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
6	Borborema	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
6	Borborerma	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento

RAJ	COMARCA/ PRÉDIO	SERVIÇO	VALOR	SITUAÇÃO
6	Caconde	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
6	Casa Branca	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
6	Casa Branca	Laudo Estrutural	60.258,41	Em andamento
6	Cravinhos	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
6	Cravinhos	Instalações Elétricas	31.016,03	Em andamento
6	Descalvado	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
6	Guará	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
6	Guariba	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
6	Guariba	Instalações Elétricas	24.718,50	Em andamento
6	Ibaté	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
6	Igarapava	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
6	Ipuã	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
6	Ipuã	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
6	Itápolis	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
6	Ituverava	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
6	Jaboticabal	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
6	Jardinópolis	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
6	Mococa	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
6	Mococa	Instalações Elétricas	34.966,97	Em andamento
6	Monte Alto	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
6	Nuporanga	Instalações Elétricas	24.718,50	Em andamento
6	Orlândia	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
6	Patrocínio Paulista	Instalações Elétricas	24.718,50	Em andamento

RAJ	COMARCA/ PRÉDIO	SERVIÇO	VALOR	SITUAÇÃO
6	Pedregulho	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
6	Pitangueiras	Instalações Elétricas	26.871,81	Em andamento
6	Pitangueiras	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
6	Pontal	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
6	Santa Cruz das Palmeiras	Instalações Elétricas	23.384,77	Em andamento
6	Santa Rosa do Viterbo	Instalações Elétricas	11.110,58	Em andamento
6	Santa Rosa do Viterbo	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
6	São Carlos - Criminal	Instalações Elétricas	54.308,02	Em andamento
6	São Joaquim da Barra	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
6	São José do Rio Pardo	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
6	São Sebastião da Gramma	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
6	São Simão	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
6	Serrana	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
6	Sertãozinho	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
6	Sertãozinho	Instalações Elétricas	39.517,12	Em andamento
6	Tambaú	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
6	Taquaritinga	Instalações Elétricas	30.003,17	Em andamento
7	Bertioga	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	55.518,23	Em andamento
7	Cananéia	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
7	Cubatão	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	55.518,23	Em andamento
7	Cubatão	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
7	Cubatão	Instalações Elétricas	55.243,54	Em andamento
7	Cubatão	Laudo Estrutural	73.165,80	Concluído em 2015

RAJ	COMARCA/ PRÉDIO	SERVIÇO	VALOR	SITUAÇÃO
7	Eldorado	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
7	Eldorado	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
7	Eldorado	Instalações Elétricas	12.587,34	Em andamento
7	Guarujá	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	55.518,23	Em andamento
7	Guarujá	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	55.518,23	Em andamento
7	Iguape	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
7	Iguape	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
7	Iguape	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
7	Itariri	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
7	Jacupiranga	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
7	Jacupiranga	Instalações Elétricas	30.486,44	Em andamento
7	Jacupiranga	Instalações Elétricas	22.147,75	Em andamento
7	Juquiá	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
7	Miracatu	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
7	Mongaguá	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
7	Pariquera-Açu	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
7	Peruíbe	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
7	Praia Grande	Laudo Estrutural	10.121,70	Concluído em 2014
7	Praia Grande	Laudo Estrutural	10.121,70	Concluído em 2015
7	Praia Grande	Instalações Elétricas	54.872,42	Em andamento
7	Registro	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
7	Santos	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	271.714,99	Em andamento
7	Santos	Instalações Elétricas	361.487,03	Em andamento

RAJ	COMARCA/ PRÉDIO	SERVIÇO	VALOR	SITUAÇÃO
7	Santos	Instalações Elétricas	53.821,10	Em andamento
7	São Vicente	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
8	Barretos	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	55.518,23	Em andamento
8	Barretos	Instalações Elétricas	73.301,11	Em andamento
8	Bebedouro	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
8	Bebedouro	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
8	Catanduva	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
8	Colina	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
8	Colina	Instalações Elétricas	38.546,79	Em andamento
8	Estrela D'Oeste	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
8	Estrela D'Oeste	Instalações Elétricas	34.966,97	Em andamento
8	General Salgado	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Concluído em 2015
8	Itajobi	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
8	Mirassol	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
8	Monte Aprazível	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
8	Nhandeara	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
8	Nova Granada	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
8	Novo Horizonte	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
8	Novo Horizonte	Instalações Elétricas	39.331,56	Em andamento
8	Olímpia	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
8	Olímpia	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
8	Olímpia	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
8	Potirendaba	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento

RAJ	COMARCA/ PRÉDIO	SERVIÇO	VALOR	SITUAÇÃO
8	Santa Adélia	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
8	Santa Adélia	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
8	São José do Rio Preto	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	39.289,17	Em andamento
8	Tanabi	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
8	Tanabi	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
8	Votuporanga	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
9	Bananal	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
9	Bananal	Fachada	41.195,02	Em andamento
9	Bananal	Instalações Elétricas	15.154,30	Em andamento
9	Caçapava	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
9	Caçapava	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
9	Caçapava	Instalações Elétricas	17.771,51	Em andamento
9	Cafelândia	Instalações Elétricas	17.763,79	Concluído em 2015
9	Cafelândia	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
9	Cafelândia	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
9	Caraguatatuba	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
9	Caraguatatuba	Laudo Estrutural	10.121,70	Concluído em 2014
9	Cruzeiro	Instalações Elétricas	40.607,74	Concluído em 2015
9	Cruzeiro	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
9	Cruzeiro	Instalações Elétricas	22.147,75	Em andamento
9	Cunha	Combate a incêndio	12.792,27	Concluído em 2015
9	Guaratinguetá	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
9	Guaratinguetá	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento

RAJ	COMARCA/ PRÉDIO	SERVIÇO	VALOR	SITUAÇÃO
9	Ilhabela	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
9	Jacareí	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	26.237,79	Concluído em 2014
9	Jacareí	Substituição do ramal de entrada	5.412,40	Concluído em 2014
9	Lorena	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
9	Paraibuna	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
9	Pindamonhangaba	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
9	Pindamonhangaba	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	55.518,23	Em andamento
9	Piquete	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
9	Queluz	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	12.792,27	Concluído em 2015
9	Roseira	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
9	São Bento do Sapucaí	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
9	São Bento do Sapucaí	Laudo SPDA	5.017,98	Concluído em 2014
9	São José dos Campos	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
9	São José dos Campos	Medidor de Grandeza	29.632,89	Concluído em 2014
9	São Luiz do Paraitinga	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Concluído em 2015
9	São Sebastião	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	55.518,23	Em andamento
9	Taubaté - Cível	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
9	Taubaté - Criminal	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
9	Taubaté - Cível	Instalações Elétricas	33.768,55	Em andamento
9	Taubaté - Criminal	Instalações Elétricas	44.565,98	Em andamento
9	Taubaté - Vara Exec. Criminais	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
9	Taubaté - Vara Fazenda Pública	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
9	Tremembé	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento

RAJ	COMARCA/ PRÉDIO	SERVIÇO	VALOR	SITUAÇÃO
9	Ubatuba	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	55.518,23	Em andamento
10	Angatuba	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
10	Apiáí	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
10	Capão Bonito	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	55.518,23	Em andamento
10	Ibiúna	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
10	Indaiatuba	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.348,95	Concluído em 2015
10	Itapetininga	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	55.518,23	Em andamento
10	Itapetininga	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
10	Itapeva	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
10	Itapeva	Projeto Estrutural	17.415,83	Concluído em 2015
10	Itaporanga	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
10	Mairinque	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
10	Piedade	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
10	Pilar do Sul	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
10	Porangaba	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
10	Porto Feliz	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	28.329,34	Em andamento
10	Salto de Pirapora	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
10	São Miguel Arcanjo	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
10	São Miguel Arcanjo	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
10	Sorocaba	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	271.714,99	Em andamento
10	Sorocaba	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	13.662,10	Em andamento
10	Sorocaba	Instalações Elétricas	298.277,16	Em andamento
10	Tatuí	Projeto de Proteção e Combate a Incêndio	55.518,23	Em andamento

ATIVIDADES DO COMITÊ TÉCNICO DE OBRAS:

Escopo: Edição pelo TJSP de Portaria n.º 8925/14 que dispõe sobre a atuação do Comitê Técnico de Obras.

No biênio 2014/2015 foram realizadas 16 reuniões dos Membros do Comitê Técnico de Obras e Projetos de Edificações do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, onde foram discutidos diversos assuntos relacionados às edificações ocupadas pelo Tribunal de Justiça, cabendo ressaltar os seguintes trabalhos:

1. Os planejamentos e prioridades para as reformas de prédios relativas aos exercícios de 2014 e 2015, sendo:

PLANEJAMENTO E PRIORIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE FÓRUNS		
Exercício	Quantidade	Valor
2014	695	R\$ 41.905.661,06
2015	500	R\$ 40.560.177,63

2. As propostas de priorização de ampliações com reforma e construções de fóruns a serem solicitadas à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania para os seguintes locais:

Construções: 1.ª Ipaussu – 2.ª Franca – 3.ª Jandira – 4.ª Mairinque – 5.ª Lucélia – 6.ª Urânia

Ampliações: 1.ª Regente Feijó – 2.ª Cubatão – 3.ª São Vicente – 4.ª Iguape – 5.ª Praia Grande – 6.ª Birigui – 7.ª Panorama

3. A programação para o desenvolvimento do sistema informatizado de cadastro dos prédios e de planejamento, classificação e priorização dos serviços de reforma e manutenção dos prédios do Tribunal, nos termos da Resolução n.º 114/2010 do CNJ e n.º 624/13 deste Tribunal de Justiça; e

4. Iniciada a formatação e o desenvolvimento da Tabela de Componentes Padronizados - TCP, instituída pela Resolução n.º 624/13, entre outros.

14.4- Licitações e contratos

No biênios 2014/2015 foram realizadas 658 licitações envolvendo recursos na ordem de R\$ 904.542.647,34, registrou-se, uma economia significativa de recursos orçamentários, conforme segue:

MODALIDADE	VALOR REFERENCIAL (R\$)	VALOR NEGOCIADO (R\$)	ECONOMIA	
			(R\$)	%
PREGÃO ELETRÔNICO	1.151.529.499,03	798.556.446,91	351.367.801,63	30,51%
TOM. PREÇOS	484.280,41	430.135,80	54.144,61	11,18%
LEILÃO	-	2.639.986,85	-	0,00%
PREGÃO PRESENCIAL	163.975.295,21	100.626.810,61	60.348.484,60	36,80%
CONCORRÊNCIA	985.992,39	2.189.240,27	-	0,00%
CONVITE	102.935,00	100.026,90	2.909,00	2,83%
TOTAL	1.317.078.002,04	904.542.647,34	411.773.339,84	81,32%

Das licitações e contratações concluídas destaca-se:

- a) Contratação Serviços Help Desk para todas as comarcas do Estado;
- b) Contratação de DDR para o GADE 23 de Maio;
- c) Aquisição, montagem e instalação de estantes de aço para o Fórum Regional de Santo Amaro;
- d) Manutenção do sistema de segurança e combate a incêndio do Prédio Patriarca;
- e) Serviços para erradicação de infestação de cupins do Forum Heli;
- f) Mudança do Foro Regional Santo Amaro;
- g) Limpeza Geral - Centro Administrativo e EPM;
- h) Aquisição de equipamentos concentradores de rede tipo switch de acesso;
- i) Alienação de 106 veículos;
- j) Criação de um Núcleo de Apoio Técnico e de Mediação (NAT);
- k) Implantação do processo eletrônico nas unidades judiciárias que operam com sistema SAJ/PG5 em meio físico e nas unidades judiciárias que operam com competência de execução criminal, operando com o sistema SIVEC - Projeto 100% Digital;
- l) Contratação dos serviços de gerenciamento e recrutamento de estagiários nível superior e nível médio;
- m) Contratação do Curso de Brigada de Incêndio;
- n) Limpeza geral dos Fóruns das Comarcas de José Bonifácio, Macaúbal, Mirassol, Monte Aprazível, Neves Paulista, Nova Granada, Palestina, Paulo de Faria, Potirendaba, São José do Rio Preto e Tanabi;
- o) Limpeza geral dos Fóruns das Comarcas de Araras, Brotas, Cordeirópolis, Espírito Santo do Pinhal, Itapira, Limeira, Mogi Guaçu, Moji Mirim, Rio Claro, São João da Boa Vista, Vargem Grande do Sul e FD de Aguai, Conchal e Itirapina;
- p) Constituição de Sistema de Registro de Preços para a prestação de serviço de agenciamento sistematizado de viagens corporativas, compreendendo serviços de reservas, marcação, remarcação, emissão, remessa, cancelamento, reembolso, ressarcimento, endosso e a entrega dos bilhetes para locomoção, via aérea, em todo território nacional e internacional;
- q) Registro de preços para realização de eventos;
- r) Contratação de serviços de reprografia para a Capital e Interior;
- s) Aquisição e serviços de instalação de sistemas de sonorização para 14 Salas de Sessões de Julgamento do Palácio da Justiça, bem como todos os serviços e materiais necessário para o seu perfeito funcionamento;
- t) Registro de Preços para aquisição de consumíveis através da Rede de Suprimentos para as 1ª à 10ª Região Administrativa (material de escritório e descartáveis);
- u) Implantação e desenvolvimento do PROGRAMA “SEMEAR”, parceria formal entre o Estado e a sociedade civil no gerenciamento das tarefas voltadas à reabilitação do sentenciado;
- v) Cooperação entre o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e o Governo do Estado de São Paulo, pela Secretaria de Segurança Pública, e com a interveniência da Polícia Militar, para empregar integrantes da Polícia Militar na ampliação da segurança nos Fóruns e arredores;
- w) Implementação da Segurança da Informação por meio da utilização do Software “Modulo Risk Manager”;
- x) Prestação de serviços de suporte técnico de primeiro nível aos públicos interno e externo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que fazem uso do sistema integrado de gestão de processos judiciais físicos e digitais de primeira e segunda instâncias, denominado Sistema de Automação da Justiça - SAJ e dos sistemas Administrativos denominado SAJ/ADM;
- y) Locação de impressora policromática para a Gráfica do TJ.

No TJSP são administrados atualmente 426 contratos/convênios, que juntos totalizam o montante de R\$ 648.929.154,96, em valores contratuais, assim distribuídos:

TIPO	QTD DE CONTRATOS	VALORES CONTRATADOS
Aquisição		
Bens	8	1.736.674,90
Materiais de consumo	17	3.656.434,60
Materiais de consumo informática	4	23.326.292,15
Sub-total		28.719.401,65
Serviços		
Informática	10	235.230.208,74
Limpeza Predial	17	29.632.045,44
Locação de Bens	2	2.404.440,00
Manutenção	91	8.588.950,02
Outros	13	72.715.852,33
Reprografia	1	1.647.392,28
Engenharia	3	605.216,98
Arquivo	0	0,00
Telefonia	5	2.139.868,86
Terceirizados outros	3	10.083.576,00
Vigilância Patrimonial	5	3.468.064,20
Subtotal		366.515.614,85
Convênios		
Convênios e acordos	97	73.440.000,00
Subtotal		
Atas de Registro de Preços		
Fornecimento	47	136.015.182,52
Serviços	1	22.000.000,00
Subtotal		158.015.182,52
Autorizações de Fornecimento	101	22.238.955,94
Total	425	648.929.154,96

14.5 - Lista dos homenageados no Programa Agenda 150 Anos

AGENDA 150 ANOS – Resgate da Memória Histórica do Tribunal Bandeirante Biênio 2014-2015

Total de Eventos Realizados:
88 Eventos para 96 homenageados

Média estimada de Público Presente:
80 Pessoas

Público Total Estimado:
6.160 Pessoas

Ministros, desembargadores, juízes, advogados e professores

Esther de Figueiredo Ferraz, Vicente de Carvalho, Valentim Alves da Silva, Alexandre Corrêa, Heráclides Batalha De Camargo, Gentil do Carmo Pinto, Antonio Carlos Marzagão Barbuto, Ítalo Galli, Álvaro Lazzarini, Júlio Prestes, Mário Hoepfner Dutra, Humberto de Andrade Junqueira, Young Da Costa Manso, José Geraldo Barreto Fonseca, Geraldo Amaral Arruda, Antonio Joaquim de Oliveira, Aniceto Lopes Aliende, Francisco Thomaz de Carvalho Filho, Antonio Carlos Alves Braga, Fernando Euler Bueno, Acácio Rebouças, Julio Ignacio Bomfim Pontes, Sylvio do Amaral, Lauro Malheiros, Theodomiro Dias, Luiz Ambra, Renato de Salles Abreu, Alfredo Fanucchi Neto, Nelson Pinheiro Franco, Bruno Affonso de Andre, Adalberto José Queiroz Telles de Camargo Aranha, Benedicto Jorge Farah, Joaquim Rebouças de Carvalho Sobrinho, Romeu Coltro, Márcio Martins Ferreira, José Fraga Teixeira de Carvalho, Renato Tôrres de Carvalho Filho, Laudo Ferreira de Camargo, Cid Norberto Vieira de Souza, Sebastião Carlos Garcia, Dagoberto Salles Cunha Camargo, Dagoberto Salles Cunha Camargo Júnior, Paulo Lúcio Nogueira, Mário Guimarães, Sebastião de Vasconcellos Leme, Pedro de Alcântara da Silva Leme, Marcos Nogueira Garcez, Thrasybulo Pinheiro de Albuquerque, Darcy de Arruda Miranda, Nelson Galvão de França, Heli de Quadros, José Machado de Assis Moura, José Mário Antonio Cardinale, Descio Mendes Pereira, Edgard de Moura Bittencourt, Roque Komatsu, Francis Selwin Davis, Joaquim de Sylos Cintra, Hélio Quaglia Barbosa, Aloisio Alvares Cruz, Afonso de Barros Faro, Sydney Sanches, Joaquim de Paula Ribeiro, Célio de Mello Almada, Ruy de Mello Almada, Clineu de Mello Almada, Hélio de Quadros Arruda, José Luiz Vicente de Azevedo Franceschini, Manoel Pedro Pimentel, Volney Corrêa Leite de Moraes Júnior, Onei Raphael Pinheiro Oricchio, Luiz Corrêa Fragoso, Heitor José Reali, Odyr José Pinto Porto, Sérgio Marcos de Moraes Pitombo, Luiz Gonzaga de Arruda Campos, André Andreucci, Sérgio Alexandre Carrato, Wilson Ninno, Manoel Thomaz Carvalhal, Adriano Marrey, Manoel Mendes de Almeida França, Octavio Roberto Cruz Stucchi, Cícero de Toledo Piza, Dionisio Barbosa, Euclides Custódio da Silveira, José Goulart Sobrinho, Evilásio Lustosa Goulart, José Gonçalves Santana, Nelson Schiesari, Waldemar Mariz de Oliveira Júnior, Maércio Frankel de Abreu Sampaio, Anthero Lopérgolo, Nereu Cesar Moraes, Mariano Cassavia Neto.

Material elaborado por

Renan Kenzo Toyoyama
Gabinete da Presidência

Revisão de texto

Rosangela Sanches
Diretoria de Comunicação

Colaboração de

Dicler Rodrigues Antonio
Daniel Gaiciner Minghin
Diretoria de Comunicação

Maria Osana Cardoso dos Reis
Gabinete da Presidência

Henrique Rodrigo Galhardo
Secretaria da Presidência

Sávio Ibrahim Viana
Gabinete da Presidência